Equatorial S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2026

Equatorial S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Índice

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS 4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO 8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO 9

Notas explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL 10
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 18
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E ESTIMATIVAS CRÍTICAS 20
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 23
5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS 23
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO) 24
7. VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO) 26
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR (CONSOLIDADO) 28
9. PARTES RELACIONADAS 29
10. OUTRAS CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO) 32
11. INVESTIMENTOS 35
12. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO) 40
13. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO) 40
14. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO) 42
15. ATIVOS DE CONTRATO (CONSOLIDADO) 44
16. AVALIAÇÃO DE IMPAIRMENT PARA OS ATIVOS COM VIDA ÚTIL DEFINIDA 44
17. FORNECEDORES (CONSOLIDADO) 45
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS 46
19. DEBÊNTURES 49
20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (CONSOLIDADO) 53
21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS 54
22. VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EQUATORIAL PARÁ 59
23. PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS (CONSOLIDADO) 61
24. PIS/COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONSUMIDORES 62
25. OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO) 63
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 64
27. PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO 66
28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO) 69
29. CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO) 71
30. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA (CONSOLIDADO) 72
31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONSOLIDADO) 73
32. RESULTADO FINANCEIRO 73
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS 75
34. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 82
35. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS 84
36. SEGMENTO DE NEGÓCIOS 88
37. COMPROMISSOS FUTUROS 91
38. EVENTOS SUBSEQUENTES 92

Shape the future
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial S.A.
São Luís - MA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Equatorial S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

Ênfase

Créditos especiais - FUNAC

Chamamos a atenção para o descrito na nota explicativa nº 10.2 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que a controlada Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. mantém registrado na rubrica de outras contas a receber "Créditos especiais - FUNAC", no montante de R$ 651.010 mil, líquido de provisões para perdas. Os referidos créditos são provenientes dos passivos contingentes administrativos e judiciais da controlada, relativos a fatos geradores ocorridos antes da venda do controle acionário da atual controlada pela Eletrobras, que foram assumidos pelo Estado de Goiás por meio da Lei Estadual nº 17.555/2012 e regulamentação aplicável. A diretoria da Companhia vem monitorando a expectativa de recebimento desses valores, bem como avaliando os eventuais impactos em suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 35 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em decorrência da alienação do controle do Grupo Transmissão em 31 de outubro de 2025, os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas dos períodos correspondentes anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados de forma a refletir o segmento operacional de transmissão de energia como operação descontinuada, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e pela IFRS 5 - Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

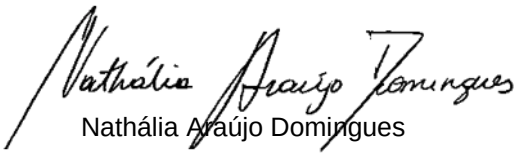
Shape the future
with confidence

Fortaleza, 11 de novembro de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC CE-001042/F



Nathália Araújo Domingues

Contadora CRC CE-020833/O

Equatorial S.A. e Consolidado
Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.152.578**	608.598	**4.721.141**	2.659.827
Aplicações financeiras	5	**5.253**	932.901	**4.708.095**	7.822.072
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	**10.090.782**	9.491.337
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	**-**	**2.049.555**	710.572
Subvenção-CCC		**-**	-	**131.801**	130.131
Serviços pedidos		**-**	-	**781.880**	751.533
Impostos e contribuições a recuperar	8	**9**	8	**1.756.863**	1.536.954
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**175.777**	176.866	**1.067.722**	805.679
Dividendos a receber	9	**4.063**	760.515	**24.060**	308.748
Almoxarifado		**-**	-	**291.319**	291.436
Depósitos judiciais	23	**3.185**	2.778	**17.619**	24.063
Instrumentos financeiros derivativos	33.5	**-**	-	**25.209**	19.470
Compromissos futuros	37	**-**	-	**184.403**	171.622
Outras contas a receber	10	**33.499**	38.403	**1.884.133**	1.881.552
Total do ativo circulante		**1.374.364**	2.520.069	**27.734.582**	26.604.996
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	**-**	-	**807.056**	724.835
Contas a receber de clientes	6	**-**	-	**791.089**	824.227
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	**-**	-	**403.346**	1.102.886
Impostos e contribuições a recuperar	8	**207**	-	**2.327.264**	2.362.940
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**301**	301	**91.488**	176.123
Serviços pedidos		**-**	-	**180.161**	200.694
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	**-**	-	**3.378.475**	3.402.456
PIS e COFINS diferidos		**-**	-	**1.345**	-
Depósitos judiciais	23	**-**	-	**811.739**	739.907
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		**-**	-	**333.186**	349.930
Benefício pós-emprego		**-**	-	**36.525**	34.536
Instrumentos financeiros derivativos	33.5	**-**	2.190	**-**	6.747
Compromissos futuros	37	**-**	-	**55.817**	71.611
Outras contas a receber	10	**178.191**	179.805	**715.125**	759.998
Investimentos	11	**27.742.294**	25.246.249	**13.777.232**	7.568.289
Ativo financeiro da concessão	12	**-**	-	**5.770.900**	19.135.756
Imobilizado	13	**7.511**	2.354	**6.447.933**	6.540.907
Intangível	14	**3.881**	4.595	**49.937.192**	31.729.991
Direito de uso		**-**	-	**454.405**	467.975
Ativos de contrato	15	**-**	-	**6.453.207**	6.799.140
Total do ativo não circulante		**27.932.385**	25.435.494	**92.773.485**	82.998.948
Total do ativo		**29.306.749**	27.955.563	**120.508.067**	109.603.944

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	**5.008**	4.138	**4.689.707**	4.970.620
Fornecedores - Risco sacado	17.1	**-**	-	**406.003**	458.432
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		**2.803**	2.208	**237.440**	178.670
Empréstimos e financiamentos	18	**-**	-	**3.380.002**	3.499.540
Debêntures	19	**7.930**	65.676	**1.496.944**	913.945
Impostos e contribuições a recolher	20	**3.026**	25.396	**1.585.531**	1.457.140
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		**67.039**	83.809	**420.145**	251.805
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	**-**	-	**274.075**	205.506
Dividendos a pagar		**142.645**	142.737	**146.543**	336.887
Contribuição de iluminação pública		**-**	-	**276.711**	271.194
Encargos setoriais		**-**	-	**322.386**	366.972
Participação nos lucros		**9.748**	13.009	**185.898**	206.740
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	**-**	-	**221.641**	146.875
Provisão para riscos judiciais	23	**-**	-	**1.482.496**	1.551.426
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	**-**	-	**657.473**	458.478
Benefício pós-emprego		**-**	-	**118.956**	109.765
Instrumentos financeiros derivativos	33.5	**-**	-	**149.476**	14.283
Passivo de arrendamento		**-**	-	**14.661**	12.936
Compromissos futuros	37	**-**	-	**183.200**	117.971
Outras contas a pagar	25	**762**	15	**2.177.898**	2.274.714
Total do passivo circulante		**238.961**	336.988	**18.427.186**	17.803.899
Não circulante					
Fornecedores	17	**-**	-	**19.472**	23.003
Empréstimos e financiamentos	18	**-**	-	**22.615.096**	17.478.963
Debêntures	19	**1.497.576**	1.496.848	**36.628.844**	32.579.315
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	**-**	-	**192.182**	134.179
Impostos e contribuições a recolher	20	**819**	827	**2.022.612**	2.921.492
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	**-**	744	**1.378.079**	1.333.604
PIS e COFINS diferidos		**-**	-	**967**	9.812
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	22	**-**	-	**843.763**	885.070
Provisão para riscos judiciais	23	**-**	-	**3.060.355**	3.198.308
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	24	**-**	-	**1.344.771**	1.499.858
Benefício pós-emprego		**-**	-	**1.095.316**	1.110.534
Encargos setoriais		**-**	-	**514.735**	366.180
Provisão para perda em investimento	11	**655.925**	351.288	**-**	-
Instrumentos financeiros derivativos	33.5	**-**	-	**1.379.434**	620.868
Passivo de arrendamento		**-**	-	**81.255**	87.196
Compromissos futuros	37	**-**	-	**9.213**	28.180
Outras contas a pagar	25	**14.552**	17.329	**1.304.319**	1.195.536
Total do passivo não circulante		**2.168.872**	1.867.036	**72.490.413**	63.472.098
Patrimônio líquido	26				
Capital social	26.1	**22.178.154**	22.169.281	**22.178.154**	22.169.281
Ações em tesouraria		**(234.185)**	(123.712)	**(234.185)**	(123.712)
Reservas de capital	26.2	**1.459.480**	1.798.082	**1.459.480**	1.798.082
Reservas de lucros		**1.816.733**	1.816.733	**1.816.733**	1.816.733
Ajuste de avaliação patrimonial	26.3	**11.411**	91.155	**11.411**	91.155
Resultado do período		**1.667.323**	-	**1.667.323**	-
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	**2.691.552**	2.576.408
Total do patrimônio líquido		**26.898.916**	25.751.539	**29.590.468**	28.327.947
Total do passivo e patrimônio líquido		**29.306.749**	27.955.563	**120.508.067**	109.603.944

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora				Consolidado			
		01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)
Operações em continuidade									
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas		-	-	-	-	**13.644.168**	**40.133.042**	13.806.028	37.655.577
Remuneração dos ativos da concessão, líquida		-	-	-	-	-	-	-	-
Receita operacional líquida	28	-	-	-	-	**13.644.168**	**40.133.042**	13.806.028	37.655.577
Custos com energia elétrica	30	-	-	-	-	**(5.879.203)**	**(17.625.123)**	(6.635.718)	(17.030.615)
Custo de construção		-	-	-	-	**(2.570.766)**	**(7.655.347)**	(2.946.149)	(7.920.791)
Custo da operação		-	-	-	-	**(1.148.469)**	**(3.735.815)**	(1.053.241)	(3.288.319)
Custos de energia elétrica, construção e operação	29	-	-	-	-	**(9.598.438)**	**(29.016.285)**	(10.635.108)	(28.239.725)
Lucro bruto		-	-	-	-	**4.045.730**	**11.116.757**	3.170.920	9.415.852
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas com vendas	29	**202**	-	(9)	(25)	**(301.956)**	**(902.812)**	(305.973)	(871.767)
Despesas gerais e administrativas	29	**(55.434)**	**(102.232)**	(19.461)	(70.157)	**(701.584)**	**(1.966.882)**	(578.733)	(1.301.157)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	-	-	**(250.681)**	**(682.629)**	(118.949)	(508.978)
Resultado da equivalência patrimonial	11	**817.093**	**1.820.620**	463.034	2.065.539	**246.689**	**730.358**	314.549	839.697
Outras despesas operacionais, líquidas	31	**(366)**	**(7.274)**	4.154	2.338	**(391.660)**	**(809.216)**	(341.453)	(546.711)
Total de receitas (despesas) operacionais		**761.495**	**1.711.114**	447.718	1.997.695	**(1.399.192)**	**(3.631.181)**	(1.030.559)	(2.388.916)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		**761.495**	**1.711.114**	447.718	1.997.695	**2.646.538**	**7.485.576**	2.140.361	7.026.936
Receitas financeiras	32	**52.546**	**127.300**	21.907	193.338	**387.187**	**4.358.450**	957.670	3.815.510
Despesas financeiras	32	**(57.499)**	**(171.835)**	(186.529)	(491.179)	**(1.985.161)**	**(9.129.984)**	(2.512.143)	(8.093.731)
Resultado financeiro	32	**(4.953)**	**(44.535)**	(164.622)	(297.841)	**(1.597.974)**	**(4.771.534)**	(1.554.473)	(4.278.221)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**756.542**	**1.666.579**	283.096	1.699.854	**1.048.564**	**2.714.042**	585.888	2.748.715
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.4	**941**	-	-	-	**(154.438)**	**(409.907)**	(215.780)	(579.971)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.4	-	**744**	8.817	(2.669)	**39.869**	**(110.377)**	62.709	35.492
Impostos sobre o lucro		**941**	**744**	8.817	(2.669)	**(114.569)**	**(520.284)**	(153.071)	(544.479)
Lucro das operações em continuidade		**757.483**	**1.667.323**	291.913	1.697.185	**933.995**	**2.193.758**	432.817	2.204.236
Operações descontinuadas									
Lucro das operações descontinuadas	35	-	-	176.988	401.485	-	-	176.988	401.485
Lucro líquido do período		**757.483**	**1.667.323**	468.901	2.098.670	**933.995**	**2.193.758**	609.805	2.605.721
Resultado atribuível aos:									
Acionistas controladores		**757.483**	**1.667.323**	468.901	2.098.670	**757.483**	**1.667.323**	468.901	2.098.670
Acionistas não controladores		-	-	-	-	**176.512**	**526.435**	140.904	507.051
Lucro líquido do período		**757.483**	**1.667.323**	468.901	2.098.670	**933.995**	**2.193.758**	609.805	2.605.721
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia - R$	26.4					**0,60300**	**1,32686**	0,37371	1,67642
Resultado por ação diluído atribuível aos acionistas da Companhia - R$	26.4					**0,60245**	**1,32559**	0,37347	1,67536
Quantidade de ações ordinárias no final do período (em milhares de ações)									

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Lucro líquido do período	**757.483**	**1.667.323**	468.901	2.098.670	**933.995**	**2.193.758**	609.805	2.605.721
Outros resultados abrangentes								
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado								
Hedge e benefícios pós emprego, líquidos de tributos diferidos	**(71.012)**	**(79.744)**	43.319	239.598	**(77.972)**	**(91.364)**	49.376	285.037
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	**(71.012)**	**(79.744)**	43.319	239.598	**(77.972)**	**(91.364)**	49.376	285.037
Total dos resultados abrangentes	**686.471**	**1.587.579**	512.220	2.338.268	**856.023**	**2.102.394**	659.181	2.890.758
Acionistas controladores	**686.471**	**1.587.579**	512.220	2.338.268	**686.471**	**1.587.579**	512.220	2.338.268
Acionistas não controladores	**-**	**-**	-	-	**169.552**	**514.815**	146.961	552.490
Total dos resultados abrangentes	**686.471**	**1.587.579**	512.220	2.338.268	**856.023**	**2.102.394**	659.181	2.890.758

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

					Reserva de lucros									
	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reserva Legal	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Reserva para investimento e expansão	Reserva de lucros a realizar	Reserva de dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do período	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2024		12.466.882	(58.348)	2.124.228	313.061	-	10.302.561	1.009.810	558	(45.066)	-	26.113.686	3.773.900	29.887.586
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.098.670	2.098.670	507.051	2.605.721
Aumento de capital		145.978	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145.978	-	145.978
Pagamento baseado em ações - Stock options		-	-	(2.539)	-	-	-	-	-	-	-	(2.539)	-	(2.539)
Pagamento baseado em ações - *Matching Shares*		-	-	7.162	-	-	-	-	-	-	-	7.162	-	7.162
Ações em tesouraria		-	10.424	1.547	-	-	-	-	-	-	-	11.971	-	11.971
Mudança na participação relativa		-	-	(62.849)	-	-	-	-		(2.953)	-	(65.802)	65.802	-
Dividendos adicionais distribuídos		-	-	-	-	-	-	-	(558)	-	-	(558)	-	(558)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(144.746)	(144.746)
Outros		-	-	890	-	-	-	-	-	-	-	890	-	890
Resultado abrangente do período														
Resultado de *hedge accounting*		-	-	-	-	-	-	-	-	381.692	-	381.692	66.637	448.329
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos finaceiros derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-	(142.094)	-	(142.094)	(21.198)	(163.292)
Saldos em 30 de setembro de 2025		12.612.860	(47.924)	2.068.439	313.061	-	10.302.561	1.009.810	-	191.579	2.098.670	28.549.056	4.247.446	32.796.502
Saldos em 31 de dezembro de 2025		22.169.281	(123.712)	1.798.082	169.629	547.000	1.100.104	-	-	91.155	-	25.751.539	2.576.408	28.327.947
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	**1.667.323**	**1.667.323**	**526.435**	**2.193.758**
Aumento de capital	26.1	**8.873**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**8.873**	**-**	**8.873**
Ações em tesouraria		-	**(110.473)**	-	-	-	-	-	-	-	-	**(110.473)**	-	**(110.473)**
Pagamento baseado em ações - *Stock options*	27.1	-	-	**1.794**	-	-	-	-	-	-	-	**1.794**	-	**1.794**
Pagamento baseado em ações - *Matching Shares*	27.3	-	-	**14.973**	-	-	-	-	-	-	-	**14.973**	-	**14.973**
Mudança na participação relativa	11.1	-	-	**(387.252)**	-	-	-	-	-	-	-	**(387.252)**	**316.297**	**(70.955)**
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	**(715.968)**	**(715.968)**
Pagamento baseado em ações - efeito reflexo das investidas		-	-	**31.883**	-	-	-	-	-	-	-	**31.883**	-	**31.883**
Resultado abrangente do período														
Resultado de *hedge accounting*		-	-	-	-	-	-	-	-	**(116.500)**	-	**(116.500)**	**(16.718)**	**(133.218)**
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos finaceiros derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-	**27.093**	-	**27.093**	**5.098**	**32.191**
Resultados abrangentes - benefício pós emprego		-	-	-	-	-	-	-	-	**13.622**	-	**13.622**	-	**13.622**
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego		-	-	-	-	-	-	-	-	**(3.959)**	-	**(3.959)**	-	**(3.959)**
Saldos em 30 de setembro de 2026		**22.178.154**	**(234.185)**	**1.459.480**	**169.629**	**547.000**	**1.100.104**	**-**	**-**	**11.411**	**1.667.323**	**26.898.916**	**2.691.552**	**29.590.468**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro das operações em continuidade	**1.667.323**	1.697.185	**2.193.758**	2.204.236
Lucro das operações descontinuadas	**-**	401.485	**-**	401.485
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	**1.078**	988	**2.391.284**	1.939.611
Amortização do direito de concessão	**-**	-	**286.498**	428.007
Resultado de equivalência patrimonial	**(1.820.620)**	(2.467.024)	**(730.358)**	(839.697)
Baixa de intangível, imobilizado, ativos financeiro e de contrato	**-**	-	**188.265**	231.520
Atualização dos ativos financeiro e de contrato	-	-	**(659.121)**	(1.595.467)
Encargos de geração distribuída	-	-	**-**	-
Encargos de dívidas, juros, variação monetária, cambial e marcação a valor justo	**165.060**	429.674	**4.534.962**	3.136.705
Resultado com instrumentos derivativos	**(6.676)**	(9.935)	**1.287.365**	2.153.546
Rendimento de aplicações financeiras	**(17.325)**	(47.932)	**(554.683)**	(989.667)
Provisão e atualização do ressarcimento	**-**	-	**116.691**	92.508
Realização futura de contratos de energia elétrica	-	-	**49.277**	(36.058)
Ajuste a valor presente	-	-	**9.981**	38.676
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	**682.629**	508.978
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	**1.185**	45.268
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	**51.562**	61.215
Provisão e atualização de encargos setoriais	-	-	**(293.013)**	(276.620)
Provisão e atualização de riscos judiciais	-	-	**408.891**	(225.431)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	**(2.267.089)**	(2.331.502)
PIS e COFINS diferidos	**-**	-	**(10.190)**	21.617
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	**(744)**	2.669	**110.377**	77.232
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	**-**	-	**409.907**	620.900
Valor justo das opções de compra	**16.917**	1.636	**129.570**	47.340
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	-	**(9.922)**	(13.508)
Benefício pós emprego	**-**	-	**(17.749)**	5.040
Provisão (reversão) para perda de estoque (ativos de contrato)	-	-	**(51.064)**	41.986
Provisão para participação nos lucros	**2.311**	1.297	**119.476**	104.063
	7.324	10.043	**8.378.489**	**5.851.983**
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	**-**	-	**(1.174.871)**	(399.594)
Subvenção-CCC	**-**	-	**(1.670)**	(15.758)
Serviços pedidos	**-**	-	**(15.011)**	(62.420)
Depósitos judiciais	**(407)**	122	**(65.388)**	(45.262)
Almoxarifado	**-**	-	**117**	(93.651)
Impostos e contribuições a recuperar	**(208)**	-	**(249.232)**	(237.829)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**1.089**	30.703	**(177.408)**	(156.903)
Sub-rogação da CCC	**-**	-	**16.744**	-
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	**-**	-	**1.332.644**	53.962
Outras contas a receber	**6.535**	67.322	**(31.116)**	(309.612)
Fornecedores	**870**	(3.100)	**(546.070)**	379.224
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**595**	509	**(437.390)**	(388.403)
Impostos e contribuições a recolher	**(22.378)**	(36.953)	**(229.997)**	759.382
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	**(12.965)**	(24.499)	**85.817**	159.851
Contribuição de iluminação pública	**-**	-	**5.517**	(967)
Encargos setoriais	**-**	-	**402.179**	299.915
Participação nos lucros	**(5.572)**	(16.037)	**(140.318)**	(153.097)
Riscos judiciais pagos	**-**	-	**(646.767)**	(461.335)
Outras contas a pagar	**(15.425)**	(11.990)	**(217.527)**	452.889
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(40.542)**	16.120	**6.288.742**	**5.632.375**
Dividendos recebidos	**1.542.500**	1.265.630	**358.544**	341.272
Juros recebidos de aplicações financeiras	**23.025**	39.708	**553.698**	695.594
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(3.805)**	(182)	**(327.384)**	(351.688)
Juros pagos	**(222.078)**	(248.095)	**(4.237.995)**	(3.584.182)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.299.100**	1.073.181	**2.635.605**	2.733.371
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no intangível	**(109)**	(30)	**(33.679)**	(35.026)
Aquisições no imobilizado	**(5.412)**	(414)	**(146.128)**	(140.109)
Aquisições de ativos de contrato	-	-	**(5.530.449)**	(6.572.217)
Aumento de capital em investidas	**(1.397.115)**	(353.074)	**-**	-
Resgates (aplicações) financeiras	**921.948**	(10.111)	**3.027.352**	(385.027)
Rendimento de aplicações financeiras	**-**	-	**5.389**	-
Exercício de opção de compra de ações de controlada	**(172.841)**	-	**-**	-
Aquisição de participação em controlada dos acionistas não-controladores	**-**	-	**(274.468)**	-
Aquisição de participação em investida	**-**	-	**(5.593.142)**	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	**(653.529)**	(363.629)	**(8.545.125)**	(7.132.379)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	**-**	(1.381.845)	**(2.398.211)**	(4.950.376)
Captação de empréstimos e financiamentos	**-**	-	**7.088.612**	5.480.526
Captação de debêntures	**-**	1.495.162	**4.144.609**	8.648.816
Amortização de debêntures	**-**	-	**(102.335)**	(2.515.189)
Amortização do passivo de arrendamento	**-**	-	**(16.257)**	(17.754)
Recebimento de instrumentos financeiro derivativos	**-**	-	**-**	120.553
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	**-**	-	**(19.741)**	(19.741)
Aumento de capital	**8.873**	145.978	**8.873**	145.978
Recompra de ações próprias	**(136.646)**	(11.572)	**(136.646)**	(11.572)
Venda de ações em Tesouraria	**26.274**	23.543	**26.274**	23.543
Dividendos pagos	**(92)**	(962.090)	**(624.344)**	(950.638)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**(101.591)**	(690.824)	**7.970.834**	5.954.146
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**543.980**	18.728	**2.061.314**	1.555.138
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**608.598**	7.797	**2.659.827**	3.306.364
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**1.152.578**	26.525	**4.721.141**	4.861.502
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**543.980**	18.728	**2.061.314**	1.555.138

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Equatorial S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)	30/09/2026	30/09/2025 (reapresentado)
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	**-**	-	**47.452.278**	42.294.257
Receitas de construção	**-**	-	**7.655.347**	7.920.792
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(682.629)**	(508.978)
Outras receitas	**(104)**	-	**6.780**	1.054
	(104)	-	**54.431.776**	49.707.125
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	**-**	-	**(25.280.470)**	(24.951.406)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(43.881)**	(21.646)	**(2.643.497)**	(2.819.406)
Subvenção - CCC	**-**	-	**(118.931)**	(79.432)
Outras despesas	**(7.170)**	2.338	**(937.762)**	(262.174)
	(51.051)	(19.308)	**(28.980.660)**	(28.112.418)
Valor (aplicado) adicionado bruto	**(51.155)**	(19.308)	**25.451.116**	21.594.707
Depreciação e amortização	**(1.078)**	(988)	**(2.391.284)**	(1.937.486)
Amortização do direito de concessão	**-**	-	**(286.498)**	(242.534)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	**(52.233)**	(20.296)	**22.773.334**	19.414.687
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	**132.911**	200.157	**4.465.297**	3.905.616
Resultado de equivalência patrimonial	**1.820.620**	2.065.539	**730.358**	839.697
	1.953.531	2.265.696	**5.195.655**	4.745.313
Valor adicionado total a distribuir de operações descontinuadas	**-**	401.485	**-**	401.485
Valor adicionado total a distribuir	**1.901.298**	2.646.885	**27.968.989**	24.561.485
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	**48.438**	38.084	**737.821**	560.082
Benefícios	**2.427**	1.719	**231.534**	194.007
FGTS	**471**	393	**81.427**	68.934
	51.336	40.196	**1.050.782**	823.023
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	**10.621**	16.683	**8.450.280**	6.957.520
Estaduais	**-**	-	**7.108.673**	6.038.155
Municipais	**-**	-	**14.534**	12.513
	10.621	16.683	**15.573.487**	13.008.188
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	**165.070**	429.693	**7.707.972**	6.469.188
Aluguéis	**183**	157	**20.978**	30.822
Encargos com partes relacionadas	**-**	-	**-**	4.980
Outros	**6.765**	61.486	**1.422.012**	1.619.563
	172.018	491.336	**9.150.962**	8.124.553
Remuneração de capitais próprios				
Lucro retido no período	**1.667.323**	2.098.670	**1.667.323**	2.098.670
Participação dos não controladores no lucro do período	**-**	-	**526.435**	507.051
	1.667.323	2.098.670	**2.193.758**	2.605.721
Valor adicionado	**1.901.298**	**2.646.885**	**27.968.989**	**24.561.485**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Equatorial S.A. ("Companhia" ou "Equatorial" ou "Controladora" ou, conjuntamente com suas controladas, referidas como "Grupo"), é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, nº 100, Anexo B, bairro Vinhais, cidade de São Luís, Estado do Maranhão, CEP 65.070-900, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e saneamento. A Companhia possui ações negociadas no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A (B3) sob o *ticker* "EQTL3" e, desde 2008, participa do Novo Mercado.

1.1. Entidades controladas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:		Tipo de sociedade	Participação societária	UF	Início da concessão	Término da concessão
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		S.A. aberta	Indireta, 92,19%	PA	28/07/1998	28/07/2058
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		S.A. aberta	Indireta, 62,20%	MA	11/08/2000	11/08/2060
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		S.A. aberta	Indireta, 99,97%	GO	08/07/2015	07/07/2045
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D		S.A. aberta	Indireta, 95,12%	RS	07/07/2015	06/07/2045
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		S.A. fechada	Indireta 90,69%	PI	18/10/2018	17/10/2048
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	S.A. fechada	Direta e indireta, 95,54%	AL	19/03/2019	18/03/2049
Companhia de Eletricidade do Amapá CEA		S.A. fechada	Indireta, 99,98%	AP	24/11/2021	23/11/2051

Saneamento:		Tipo de sociedade	Participação societária	UF	Início da concessão	Término da concessão
Concessionária de Saneamento do Amapá SPE S.A.	(e)	S.A. fechada	Indireta, 88,21%	AP	13/07/2022	12/07/2057

Geração de energia:		Tipo de sociedade	Participação societária	UF	Início outorga	Término da Outorga
Eólica Baixa Verde S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	11/08/2010	11/08/2045
Eólica Pedra do Reino S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	30/06/2010	30/06/2045
Eólicatec Sobradinho S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	03/08/2011	03/08/2046
Eólica Moxotó S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	18/04/2011	18/04/2046
Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	30/06/2011	18/03/2050
Nova Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	08/07/2011	03/04/2050
Nova Vento Formoso Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	08/07/2011	04/04/2050
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	04/07/2011	22/03/2050
Nova Ventos de Tianguá do Norte Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	CE	04/07/2011	22/03/2050
Eólica Serra de Santana S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	17/08/2011	06/02/2049
Eólica Lagoa Nova S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	03/08/2011	23/01/2049
Eólica Seridó S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	11/08/2011	31/01/2049
Eólica Paraíso S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/05/2012	01/05/2047
Eólica Lanchinha S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/05/2012	01/05/2047
Eólica Cabeço Vermelho S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	14/07/2014	13/07/2049
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	18/07/2014	17/07/2049
Ventos de São Clemente I Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente II Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	25/11/2014	25/11/2049
Ventos de São Clemente III Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente IV Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta,100%	PE	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente V Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VI Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Ventos de São Clemente VII Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	28/11/2014	28/11/2049
Ventos de São Clemente VIII Energias Renováveis S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PE	27/11/2014	27/11/2049
Eólica Pedra Rajada S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/04/2015	01/04/2050
Eólica Pedra Rajada II S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	02/04/2015	01/04/2050
Eólica Boa Esperança I S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	20/08/2015	19/08/2050
Eólica Pedra do Reino IV S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	12/05/2016	01/05/2051
Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/12/2018	25/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Part. S.A.	(d)	S.A. fechada	Indireta, 50,5%	RN	26/12/2018	25/12/2053
Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Part. S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/12/2018	25/12/2053
Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	21/03/2019	20/03/2054
Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	21/03/2019	20/03/2054
Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	21/03/2019	20/03/2054

Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/03/2019	25/03/2054
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	26/03/2019	25/03/2054
Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo III Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo IV Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	RN	12/03/2020	11/03/2055
UFV Sol do Pilar S.A.	(b)	S.A. fechada	Indireta, 100%	-	-	-
Ribeiro Gonçalves Solar VI S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	21/08/2020	20/08/2055
Ribeiro Gonçalves Solar VII S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	21/08/2020	20/08/2055
Ribeiro Gonçalves Solar VIII S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	21/08/2020	20/08/2055
Sertão Solar Barreiras XV S.A.	(c)	S.A. fechada	Indireta, 51,40%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVI S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVII S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XVIII S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XIX S.A.	(c)	S.A. fechada	Indireta, 51,40%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XX S.A.		S.A. fechada	Indireta, 50,5%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Sertão Solar Barreiras XXI S.A.		S.A. fechada	Indireta, 50,5%	BA	25/05/2021	24/05/2056
Ribeiro Gonçalves Solar III S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054
Ribeiro Gonçalves Solar IV S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054
Serra do Mel VIII Ltda.	(b)	Ltda.	Indireta, 100%	-	-	-
Serra do Mel IX Ltda.	(b)	Ltda.	Indireta, 100%	-	-	-
Serra do Mel X Ltda.	(b)	Ltda.	Indireta, 100%	-	-	-
Sol Serra do Mel XIII SA.	(b)	S.A. fechada	Indireta, 100%	-	-	-
Vila Echoenergia Empreendimentos e Participações S.A.	(b)	S.A. fechada	Indireta, 100%	-	-	-
Ribeiro Gonçalves Solar II S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054
Ribeiro Gonçalves Solar I S.A.		S.A. fechada	Indireta, 100%	PI	01/08/2019	31/07/2054

Comercialização de energia:	**Tipo de sociedade**	**Participação societária**	**UF**
Equatorial Renováveis S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Echoenergia Comercializadora de Energia Ltda.	Ltda.	Indireta, 100%	SP

Prestação de serviços:	**Tipo de sociedade**	**Participação societária**	**UF**
Equatorial Serviços S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Equatorial Telecomunicações S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	MA
Equatorial Engenharia e Construções S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	MA
E-Nova Geração Distribuída S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	MA
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	Ltda.	Indireta, 100%	RN

Holdings de Distribuição de Energia, Geração e Saneamento	**Tipo de sociedade**	**Participação Societária**	**UF**
Equatorial Energia Distribuição S.A.	S.A. fechada	Direta, 95,53%	MA
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Equatorial Participações e Investimentos III S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	MA
Echoenergia Participações S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	SP
Echoenergia Crescimento S.A.	S.A. fechada	Direta, 100%	SP
Echo Holding 1 S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE
Ventos de São Clemente Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE
Ventos de São Jorge Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	CE
Serra do Mel Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Serras Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	RN
Ribeiro Gonçalves Energia Solar S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Barreiras Holding S.A.	S.A. fechada	Indireta, 100%	SP
Gerais Saneamento S.A.	(f) S.A. fechada	Direta, 100%	MA

(a) A Companhia detém participação direta de 77,39% no capital social da Equatorial Alagoas e participação indireta de 18,15%, por meio da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A., totalizando participação efetiva de 95,54%. Nas notas explicativas nº 11.2 e 11.3, o investimento é apresentado considerando apenas a participação direta da Companhia, sendo a parcela indireta refletida no investimento na Equatorial Distribuição;

(b) Empresas pré-operacionais e sem previsão para a entrada em operação ao longo do exercício de 2026;

(c) Em janeiro de 2026, a Olfar S.A. e a Energir Geração de Energia Elétrica Ltda. na qualidade de compradoras celebraram contrato de compra e venda de ações com a Echoenergia Crescimento S.A. para autoprodução de energia solar através das controladas

indiretas Sertão Solar Barreiras XV e XIX S.A. (BA), com aquisição de 48,60% das participações em cada uma das SPEs com alienação de 140.303.488 ações ordinárias de Barreiras XV e 89.839.353 ações ordinárias de Barreiras XIX;

(d) Em abril de 2026, a PUCRS na qualidade de compradora celebrou contrato de compra e venda de ações com a Echoenergia Participações S.A. para autoprodução de energia eólica através da controlada direta Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A., com aquisição de 49,50% da participação na SPE com alienação de 15.027.744 ações preferenciais, pelo montante de R$ 103. A operação visa à previsibilidade de custos e uso de fonte renovável, sem alteração de controle societário;

(e) Em 30 de setembro de 2026, a participação indireta da Companhia na CSA passou a ser de 88,21% (92,06% em 31 de dezembro de 2025). A redução ocorreu porque a acionista não controladora SAM integralizou todas as ações que subscreveu no aumento de capital, enquanto a parcela da Equatorial Participações e Investimentos III S.A. ainda está pendente de integralização. Após essa integralização, a participação voltará ao percentual previsto no Acordo de Acionistas. Não houve perda de controle, e o efeito foi reconhecido no patrimônio líquido, como transação entre sócios (CPC 36 (R3)/IFRS 10); e

(f) A Equatorial Serviços S.A. realizou cessão gratuita de 10.000 ações ordinárias da Equatorial Finanças para a Equatorial S. A. Em maio de 2025, a Equatorial Finanças S.A. teve sua denominação social alterada para Gerais Saneamento S.A.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas Companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

1.2. Entidades coligadas

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui participação nas seguintes sociedades, classificadas como coligadas:

Coligadas:	Tipo de sociedade	Participação societária	Data de aquisição	Área de atuação
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP	S.A. aberta	15%	28/08/2024	Saneamento básico no Estado de São Paulo
Companhia de Saneamento de Minas Gerais-COPASA-MG	S.A. aberta	30%	12/08/2026	Saneamento básico no Estado de Minas Gerais

1.3. Aquisição de participação significativa da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, pelo Grupo Equatorial

Em 16 de junho de 2026, a Gerais Saneamento S.A., sociedade do Grupo Equatorial, adquiriu 114.075.921 ações ordinárias da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, correspondentes a 30% de seu capital social, pelo valor de R$ 5.593.142. A Administração concluiu que a participação adquirida caracteriza influência significativa, sem controle ou controle conjunto, nos termos do CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28), sendo o investimento classificado como participação em coligada.

A operação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em 30 de junho de 2026. Em decorrência de recurso apresentado por terceiro interessado, a matéria foi submetida ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, que, em 5 de agosto de 2026, negou provimento ao recurso e aprovou a operação sem restrições. A decisão adquiriu eficácia com sua publicação no Diário Oficial da União em 12 de agosto de 2026, data a partir da qual os direitos políticos inerentes à participação adquirida tornaram-se exercíveis e o investimento passou a ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

Para a mensuração do reconhecimento inicial do investimento foram utilizados os saldos de 31 de julho de 2026, data-base mais próxima da data de aquisição. Nessa data, a COPASA apresentava ativos totais de R$ 21.283.338, passivos totais de R$ 12.337.656 e patrimônio líquido ajustado, para

fins de apuração do investimento, de R$ 8.945.682. A diferença entre o custo do investimento e a participação da Companhia no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da investida, no valor de R$ 2.866.559, foi alocada como mais-valia relacionada ao direito de exploração das concessões, não tendo sido identificado ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). A mais-valia será amortizada pelo prazo da concessão e realizada no resultado de equivalência patrimonial.

Movimentação do investimento na COPASA — 3º trimestre de 2026	R$ mil
Preço pago (16/06/2026)	5.593.142
(-) JCP 2T26 (Direito a receber) 17/06/2026	(42.878)
Saldo em 31/07/2026 — investimento mensurado ao custo de aquisição	**5.550.264**
Patrimônio Líquido - COPASA - 31/07/2026	**8.945.682**
Investimento Inicial (30%)	2.683.705
Mais valia - ativo de concessão	2.866.559
Total	**5.550.264**

Para fins de reconhecimento do resultado de equivalência patrimonial no período, a Companhia considerou os resultados dos meses de agosto e setembro de 2026, uma vez que o efeito correspondente ao período de 1º a 11 de agosto de 2026 foi considerado imaterial.

O investimento está sujeito a determinadas restrições, incluindo restrições à transferência das ações adquiridas (*lock-up*) e limite estatutário de 45% ao exercício do direito de voto por acionista ou grupo de acionistas. Adicionalmente, o Estado de Minas Gerais permanece titular de ação preferencial, com direitos específicos previstos no Estatuto Social da COPASA.

1.4. Fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de emissão da Equatorial Transmissão S.A.

Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações detidas pela Equatorial S.A. na Equatorial Transmissão S.A., empresa controladora e única acionista de sete SPEs de ativos de transmissão, além da Equatorial Transmissora Holding S.A. (coletivamente, Grupo Transmissão). As participações foram adquiridas pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora, subsidiária integral da Verene Energia S.A., esta última controlada pela Caisse de Dépôt et Placement du Québec.

O *equity value* da operação foi de R$ 5.188.000, na data-base de 30 de junho de 2025, atualizado pelo CDI, desde a data-base até a data do fechamento da operação, juntamente com os ajustes de preço definidos pelo Contrato, sendo o preço de aquisição, pago nesta data pela Infraestrutura e Energia S.A. à Companhia, no montante de R$ 5.389.191.

Conforme estabelecido no Contrato há a previsão de hipóteses de pagamentos adicionais a título de *earn-out*, condicionadas ao aproveitamento de determinados benefícios fiscais pelas Transmissoras. Maiores detalhes, veja nota explicativa nº 35 – Operações Descontinuadas.

1.5. Ocorrência de eventos climáticos extremos na área de concessão da controlada indireta CEEE-D

A área de concessão sob responsabilidade da CEEE-D está localizada em uma região sujeita à ocorrência de eventos climáticos extremos.

Em 28 de julho de 2025 ocorreu um evento climático que atingiu toda a área de concessão, com desligamento de 430 mil clientes no seu momento mais crítico. A normalização total do atendimento ocorreu em 04 de agosto de 2025. A CEEE-D não teve danos a estruturas que comprometessem a

continuidade da prestação do serviço no curto, médio e longo prazo, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 07 de novembro de 2025 um ciclone extratropical com rajadas de vento de até 100km/h atingiu a área de concessão da CEEE-D. Este evento ocasionou desligamentos em parte da concessão, chegando a 200 mil clientes desligados no seu momento mais crítico, aproximadamente 10% do total de consumidores. O atendimento em toda área de concessão foi normalizado em 11 de novembro de 2025. A CEEE-D não teve danos a estruturas que comprometessem a continuidade da prestação do serviço, sendo as principais perdas restritas a cabos, postes, transformadores e pequenas estruturas que foram substituídas durante atuação das equipes de campo para recomposição do sistema.

Em 06 e 07 de agosto de 2026, a área de concessão da CEEE-D foi impactada por um evento climático severo associado à formação de um ciclone extratropical, posteriormente caracterizado como "ciclone-bomba", que ocasionou ventos intensos, chuvas e danos à infraestrutura em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul. O evento afetou 34 dos 72 municípios da área de concessão da CEEE-D e provocou interrupções no fornecimento de energia elétrica e, em seu momento mais crítico, aproximadamente 375 mil unidades consumidoras tiveram o fornecimento interrompido na área de atuação da CEEE-D.

A CEEE-D acionou seu plano de contingência, mobilizando mais de 500 equipes próprias e terceirizadas, além de recursos adicionais para atendimento das ocorrências e recomposição do sistema elétrico. As ações implementadas tiveram como objetivo restabelecer o fornecimento de energia aos consumidores afetados no menor prazo possível. O atendimento foi substancialmente normalizado no dia 12 de agosto. Os danos identificados concentram-se, principalmente, em postes, cabos, transformadores e demais componentes da infraestrutura de distribuição atingidos pelo evento climático.

Em 20 e 21 de setembro de 2026, a área de concessão da CEEE-D foi novamente impactada por evento climático severo, com rajadas de vento superiores a 130 km/h, descargas atmosféricas, granizo e chuvas intensas, afetando os 72 municípios da área de concessão, porém mais acentuado na região Sul do Estado. No momento mais crítico, aproximadamente 588 mil unidades consumidoras tiveram o fornecimento interrompido de maneira simultânea. A CEEE-D acionou seu plano de contingência no mais alto nível e mobilizou mais de 500 equipes próprias e terceirizadas. O fornecimento foi substancialmente normalizado em 05 de outubro de 2026. Os danos identificados concentram-se, principalmente, em postes, cabos, transformadores e demais componentes da infraestrutura de distribuição atingidos pelo evento climático.

Em 30 de setembro de 2026, os eventos climáticos totalizaram despesas registradas no valor de R$ 7.273 (R$ 8.218 em 30 de setembro de 2025).

Adicionalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou, em 2025, a Resolução Normativa nº 1.137, que estabelece diretrizes relacionadas à atuação das distribuidoras em situações de emergência e à comunicação com consumidores. A CEEE-D encontra-se em fase de implementação das exigências da norma, por meio de plano de ação interno, considerando os diferentes prazos regulatórios previstos. Quanto ao dimensionamento orçamentário, a Administração informa que, até a data de encerramento do período, não foi identificada a necessidade de alocação adicional de recursos em decorrência da aplicação da referida resolução.

Dessa forma, não houve reconhecimento contábil de efeitos relacionados à norma nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2026.

1.6. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 6 de maio de 2026, as controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará celebraram termos aditivos aos respectivos contratos de concessão junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), prorrogando sua vigência por mais 30 (trinta) anos. Os aditivos promoveram a atualização das condições contratuais, contemplando aperfeiçoamentos relacionados à qualidade, continuidade da prestação do serviço público, governança corporativa, sustentabilidade econômico-financeira das concessões, alocação de riscos e ao atendimento dos indicadores regulatórios aplicáveis.

Como consequência da celebração dos referidos aditivos, as controladas reavaliaram a natureza dos direitos econômicos associados à infraestrutura das concessões existentes na data de assinatura dos instrumentos. Com base nessa avaliação, concluíram que a recuperação dos investimentos anteriormente registrados como ativo financeiro passou a ocorrer predominantemente por meio da exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica durante o período adicional das concessões. Em decorrência dessa conclusão, em maio de 2026 foram reclassificados para o ativo intangível os saldos correspondentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.1 Movimentação do Intangível.

A classificação dos direitos decorrentes da renovação das concessões como ativo intangível está fundamentada na ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que estabelece que o direito do concessionário de cobrar os usuários pela prestação do serviço público deve ser reconhecido como ativo intangível.

Após a celebração dos respectivos termos aditivos, os investimentos realizados pelas controladas continuam sendo avaliados de acordo com os critérios previstos na ICPC 01 (R1), podendo resultar no reconhecimento de ativos financeiros e/ou ativos intangíveis, conforme a natureza dos direitos contratuais associados a cada investimento. Embora os aditivos tenham sido formalizados em 6 de maio de 2026, os períodos adicionais de exploração decorrentes das prorrogações terão início apenas ao término dos prazos atualmente vigentes das concessões. Dessa forma, os benefícios econômicos associados aos novos períodos de concessão somente passarão a ser consumidos a partir das respectivas datas de início da vigência das prorrogações.

Consequentemente, as controladas concluíram que a amortização dos ativos intangíveis decorrentes da renovação das concessões deverá iniciar-se quando os correspondentes direitos estiverem disponíveis para uso, em conformidade com a ICPC 01 (R1), o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível e as disposições previstas nos respectivos termos aditivos dos contratos de concessão.

Adicionalmente, os processos tarifários subsequentes serão conduzidos com base nas disposições dos contratos de concessão prorrogados, observando as regras, parâmetros e mecanismos tarifários estabelecidos no novo modelo contratual aplicável às distribuidoras de energia elétrica:

Controlada	Contrato de Concessão	Termo Aditivo	Período Adicional de Concessão	Amortização do Intangível da Renovação	Data-base do Processo Tarifário
Equatorial Maranhão	60/2000-ANEEL	5º aditivo	11/08/2030	11/08/2030	28/08/2026
Equatorial Pará	182/1998-ANEEL	7º aditivo	28/07/2028	28/07/2028	07/08/2026

1.7. Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária sobre o consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, cujos efeitos se iniciam em 2026, com período de transição até 2032. Posteriormente, foram publicadas as Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, o Decreto nº 12.955/2026 e a Resolução CGIBS nº 6/2026, que estabeleceram e regulamentaram aspectos relacionados à implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Aspectos operacionais e específicos da reforma ainda dependem de regulamentação complementar.

O exercício de 2026 corresponde ao período de teste operacional do novo modelo, no qual ocorrem os fatos geradores e aplicam-se as alíquotas previstas em lei. Nesse período, permanece exigível o cumprimento das obrigações acessórias, sendo dispensado o recolhimento do IBS e da CBS para os contribuintes que cumprirem essas obrigações. O PIS/Pasep e a Cofins permanecem integralmente exigíveis e eventual recolhimento de IBS e CBS será passível de compensação ou ressarcimento, nos termos da legislação aplicável.

Em 20 de julho de 2026, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Orientação Técnica CFC nº 1/2026, de caráter não vinculante, que não estabelece tratamento contábil prescritivo para o reconhecimento do IBS e da CBS durante o período de teste, atribuindo essa avaliação ao julgamento profissional. Nesse contexto, a Administração avaliou o cumprimento das obrigações acessórias aplicáveis até 30 de setembro de 2026 e concluiu não estar configurada, na data-base, obrigação presente com potencial de exigir a transferência de recursos econômicos, nos termos do CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Consequentemente, não foram reconhecidos os tributos incidentes sobre as operações de saída nem os correspondentes créditos tributários decorrentes das operações de entrada. Eventual descumprimento das obrigações acessórias poderá resultar na exigência do IBS e da CBS e/ou na aplicação de penalidades, conforme aplicável, sendo os respectivos efeitos avaliados pela Administração à luz das circunstâncias existentes.

Quando a cobrança do IBS e da CBS se tornar efetiva, haverá mudança na forma de apresentação da receita. Diferentemente dos tributos atualmente apresentados como deduções da receita bruta, o IBS e a CBS não integrarão a receita, conforme o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, podendo afetar a comparabilidade das informações entre os exercícios.

A Administração permanece acompanhando a evolução da regulamentação e poderá revisar a avaliação contábil adotada à medida que novas definições sejam estabelecidas ou ocorram mudanças nas circunstâncias consideradas. Em 30 de setembro de 2026, a Reforma Tributária sobre o Consumo não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento e a mensuração das operações da Companhia.

1.8. Acordo de acionistas com o Itaú Unibanco S.A. – Equatorial Distribuição S.A.

Em 5 de janeiro de 2026, por meio de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a aprovação do exercício integral da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe A e da Opção de Compra Ações Preferenciais Classe B, em razão da integral conversão em ações ordinárias, as ações preferenciais classe “A” e as ações preferenciais classe “B” deixam de existir, de forma que, as demais ações preferencias de emissão da Controlada, as quais se enquadravam exclusivamente na classe “C”, passam a ser consideradas simplesmente como ações preferenciais, sem divisão

específica de classe, conforme termo definido nas cláusulas 9.1 e 9.2.1 do Acordo de Acionistas entre a Equatorial S.A e o Itaú Unibanco S.A.
Dessa forma, foram alienadas pelo acionista Itaú à Equatorial as quantidades de 87.644.582 ações Preferenciais Classe A e 145.530.174 ações Preferenciais Classe B, pelo preço à respectiva classe de ações. Cada ação preferencial foi convertida em 1 (uma) ação ordinária sob a titularidade da Equatorial. Em decorrência do exercício das opções de compra previstas nos instrumentos contratuais, a Companhia passou a deter 4.665.405.303 ações ordinárias da investida, passando a representar 95,53% do capital social da Equatorial Distribuição. O efeito da alteração na participação societária da controlada foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, como transação entre sócios, no montante de R$ 51.067. Ver nota explicativa 11.1.

O exercício da Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe C, pela Equatorial, durante o exercício de 2026, será condicionado à declaração em assembleia geral ordinária da Companhia e ao efetivo pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2025. Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo a partir do exercício social de 2025:

a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;
b) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;
c) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; e
d) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 em diante.

1.9. Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico (impactos na comercialização de energia solar e eólica)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, as controladas diretas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento foram impactadas por eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de entrega de energia determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) devido às limitações operacionais do sistema ou excesso de oferta.

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 1º de setembro de 2023 a 25 de novembro de 2025) quanto para o futuro (após 25 de novembro de 2025). Com a definição dos critérios de ressarcimento e a adesão ao termo de compromisso firmado com o poder concedente, que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema, os valores correspondentes já estão reconhecidos nas informações contábeis intermediárias.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025. A Administração da Companhia e suas controladas acompanham a evolução desse processo regulatório e avaliam os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia e suas controladas em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 21 de julho de 2026, foi publicada a Portaria Normativa MME nº 140/2026, que regulamentou os procedimentos para operacionalização da compensação dos custos decorrentes das restrições de geração de energia elétrica ("curtailment") aplicáveis às usinas eólicas e solares fotovoltaicas conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A regulamentação decorre da Lei nº 15.269/2025, que assegurou aos agentes de geração o direito à compensação dos custos associados aos eventos de restrição de geração classificados como indisponibilidade externa e confiabilidade elétrica ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025.

A Companhia formalizou sua adesão ao Termo de Compromisso previsto na Lei nº 15.269/2025 e na Portaria Normativa MME nº 140/2026, aderindo ao mecanismo instituído pelo Poder Concedente para a compensação dos eventos elegíveis de restrição de geração. A partir da adesão, os montantes de compensação passarão a ser apurados, validados e operacionalizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), observadas as regras e procedimentos estabelecidos na regulamentação aplicável.

A compensação será operacionalizada pela CCEE mediante recontabilização, podendo ocorrer por meio da redução de ressarcimentos contratuais e/ou do efetivo repasse financeiro ao gerador, conforme a modalidade de contratação. Para a parcela não comprometida com CCEAR-D ou CER, os valores serão apurados com base no PLD do respectivo submercado e repassados ao gerador, com atualização pelo IPCA até o efetivo pagamento.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de forma condizente com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações contábeis anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamento e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações contábeis anuais.

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL,

quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, estas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2026.

3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas informações contábeis intermediárias, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia e suas controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2026

A Companhia avaliou as normas novas ou alteradas que se tornaram aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2026, resumidas no quadro abaixo, e não identificou impactos significativos em suas informações contábeis intermediárias, não tendo sido necessário alterar suas políticas contábeis nem realizar ajustes retrospectivos em decorrência de sua adoção.

Norma	Descrição da alteração	Impactos contábeis	Vigência
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 e CPC 40)	O IASB emitiu duas alterações às referidas normas, com igual vigência: (i) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: esclarece o momento da baixa (*derecognition*) de passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos de pagamento, com a introdução de opção contábil para reconhecer a extinção antes da entrega efetiva dos recursos quando atendidas condições determinadas, e a forma de análise dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros cujas taxas ou retornos estejam vinculados a metas ambientais, sociais e de governança (ASG), definindo se tais ativos qualificam-se para mensuração ao custo amortizado. Amplia, ainda, as exigências de divulgação relativas a participações societárias designadas a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos com cláusulas contingentes. (ii) Contratos que referenciam eletricidade dependente da natureza: aplica-se a contratos de compra e venda de energia de fontes cuja geração depende de condições naturais não controláveis (eólica e solar), tipicamente estruturados como contratos de longo prazo (*Power Purchase Agreements* — PPAs). Esclarece a aplicação da exceção de "uso próprio" (*own-use*), permite a designação desses contratos como instrumentos de hedge em relações de fluxo de caixa e introduz novos requisitos de divulgação sobre seus efeitos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.	Sem impactos relevantes na aplicação inicial.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Promovem alterações de esclarecimento, simplificação e correção nas seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial (CPC 37), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48), IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas (CPC 36) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 (R2)).	Sem impactos relevantes.	01/01/2026

3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração	Avaliação de possíveis impactos	Vigência
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que todas as entidades classifiquem as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, e forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC 51/IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas relacionadas à demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração, incluindo a reconciliação com o subtotal mais diretamente comparável. A norma introduz, ainda, novos requisitos para a agregação e desagregação de informações com base nas funções identificadas nas demonstrações financeiras primárias e nas notas explicativas. Foram feitas alterações de escopo restrito ao CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida do método indireto de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros, além de alterações consequentes em outras normas.	A Companhia e suas controladas iniciaram as avaliações dos impactos do CPC 51/IFRS 18, que estão concentrados na apresentação, classificação e divulgação das demonstrações contábeis, não sendo esperados, com base na avaliação realizada até o momento, efeitos sobre o reconhecimento e a mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. A implementação contempla: (i) mapeamento das receitas e despesas entre as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de tributos sobre o lucro e de operações descontinuadas; (ii) avaliação dos novos subtotais obrigatórios; (iii) identificação das medidas de desempenho definidas pela Administração e respectivas reconciliações; (iv) revisão dos critérios de agregação e desagregação; (v) adequação da demonstração dos fluxos de caixa; e (vi) preparação das informações comparativas de 2026	01/01/2027
IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios (sem norma contábil brasileira correspondente até o momento)	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos de clientes. A IFRS 20 introduz o conceito de "diferença temporal" entre o momento em que a entidade fornece os bens ou serviços regulados e o momento em que os cobra dos clientes por meio das tarifas, exigindo o reconhecimento de ativo ou passivo regulatório e da correspondente receita ou despesa regulatória, mensurados por técnica baseada em fluxo de caixa descontado à taxa de juros regulatória. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	A Companhia está acompanhando a evolução da norma, cujos efeitos são potencialmente relevantes por atuar em atividade regulada por tarifas. Contudo, a avaliação dos impactos e a definição do tratamento contábil a ser adotado dependem do posicionamento do CPC quanto à recepção e à disciplina de aplicação da norma no Brasil. A Companhia ainda não concluiu a quantificação dos efeitos e adotará as medidas necessárias após a manifestação do referido órgão.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2029. A norma substituirá a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório. A norma ainda não foi recepcionada no Brasil, estando pendente de edição do pronunciamento correlato pelo CPC e de referendo pela CVM, dos quais dependerá a eventual permissão de adoção antecipada.
IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto	As alterações esclarecem quais investimentos em coligadas e empreendimento controlados em conjunto podem ser mensurados ao valor justo, quando aplicável a opção prevista na IAS 28. As alterações possuem escopo restrito e não modificam as práticas consolidadas de aplicação do método da equivalência patrimonial.	Poderá ser necessária a revisão da classificação e da mensuração dos investimentos abrangidos, bem como das políticas contábeis e divulgações relacionadas. A Administração deverá avaliar a aplicabilidade das alterações, não sendo esperados impactos relevantes caso as práticas atuais estejam alinhadas aos esclarecimentos.	Aplicável aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, coincidindo com a primeira aplicação da IFRS 18 pela entidade (ou antes, se a IFRS 18 for adotada antecipadamente).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários à vista	**368**	484	**253.314**	309.243
Equivalentes de caixa				
Aplicação direta (a)				
Certificado de Depósito Bancário – CDB	**1.152.210**	259	**3.916.060**	1.715.713
Operações compromissadas	**-**	607.855	**551.767**	634.871
Subtotal de equivalentes de caixa	**1.152.210**	608.114	**4.467.827**	2.350.584
Total	**1.152.578**	608.598	**4.721.141**	2.659.827

(a) A variação do período decorre, principalmente, dos ingressos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 18.4 e 19.3), parcialmente compensados pelos pagamentos de aquisições de novos ativos (Nota 1.3), dividendos, juros e amortizações de principal. Adicionalmente, houve realocação de recursos de fundos de investimento e operações compromissadas para Certificados de Depósito Bancário (CDB).

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de setembro 2026 equivale a 100,19 % do CDI (100,02% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento	**4.730**	932.408	**3.381.496**	6.335.460
Cotas de fundos de investimento FIDC	**-**	-	**169.521**	185.700
Fundo de investimento aberto	**523**	493	**965.366**	1.127.302
Recursos vinculados	**-**	-	**191.712**	173.610
Total circulante	**5.253**	932.901	**4.708.095**	7.822.072
Não circulante				
Recursos vinculados	**-**	-	**807.056**	724.835
Total não circulante (b)	**-**	-	**807.056**	724.835
Total (a)	**5.253**	932.901	**5.515.151**	8.546.907

(a) A variação do período decorre, principalmente, dos mesmos fatores descritos na nota (a) da Nota Explicativa nº 4 – Caixa e equivalentes de caixa; e

(b) Os recursos vinculados referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas no período findo em 30 de setembro de 2026 equivale a 101,26% do CDI (101,16% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

6. Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1. Composição dos saldos

	30/09/2026				31/12/2025			
		Vencidos				Vencidos		
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	**1.224.803**	**1.229.516**	**2.763.665**	**5.217.984**	1.374.853	1.233.079	2.568.162	5.176.094
Industrial	**86.632**	**33.469**	**75.080**	**195.181**	159.958	26.969	77.463	264.390
Comercial	**385.415**	**161.900**	**430.189**	**977.504**	518.873	178.737	402.423	1.100.033
Rural	**169.318**	**121.177**	**465.391**	**755.886**	193.186	137.272	404.605	735.063
Poder público	**316.141**	**93.303**	**112.498**	**521.942**	257.746	87.752	106.744	452.242
Iluminação pública	**73.499**	**12.237**	**57.441**	**143.177**	84.094	17.264	71.253	172.611
Serviço público	**126.877**	**60.102**	**217.647**	**404.626**	124.992	60.361	156.003	341.356
Contas a receber de consumidores faturados	**2.382.685**	**1.711.704**	**4.121.911**	**8.216.300**	**2.713.702**	**1.741.434**	**3.786.653**	**8.241.789**
Residencial	**655.202**	**84.141**	**964.070**	**1.703.413**	643.723	81.709	995.214	1.720.646
Industrial	**63.862**	**3.171**	**31.702**	**98.735**	67.563	3.031	32.501	103.095
Comercial	**269.354**	**11.620**	**182.998**	**463.972**	283.703	13.601	193.987	491.291
Rural	**88.559**	**8.829**	**63.529**	**160.917**	81.575	7.614	62.602	151.791
Poder público	**359.016**	**7.891**	**71.590**	**438.497**	370.579	9.097	79.198	458.874
Iluminação pública	**168.227**	**3.781**	**9.502**	**181.510**	174.432	4.578	9.220	188.230
Serviço público	**105.150**	**17.810**	**85.722**	**208.682**	139.471	17.413	48.732	205.616
Parcelamentos (a)	**1.709.370**	**137.243**	**1.409.113**	**3.255.726**	**1.761.046**	**137.043**	**1.421.454**	**3.319.543**
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	**1.953.715**	**-**	**-**	**1.953.715**	**1.546.475**	**-**	**-**	**1.546.475**
Baixa renda (c)	**510.051**	-	-	**510.051**	398.427	-	-	398.427
Outras (d)	**1.411.846**	**543**	**1.101**	**1.413.490**	1.049.634	15.386	32.562	1.097.582
Subtotal bruto	**7.967.667**	**1.849.490**	**5.532.125**	**15.349.282**	**7.469.284**	**1.893.863**	**5.240.669**	**14.603.816**
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	**(508.726)**	**(254.603)**	**(3.704.082)**	**(4.467.411)**	(523.619)	(250.465)	(3.514.168)	(4.288.252)
Total	**7.458.941**	**1.594.887**	**1.828.043**	**10.881.871**	6.945.665	1.643.398	1.726.501	10.315.564
Circulante				**10.090.782**				**9.491.337**
Não circulante				**791.089**				**824.227**

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R$ 358.862 em 30 de setembro de 2026 (R$ 381.362 em 31 de dezembro de 2025), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R$ 22.500 (R$ 38.676 em 30 de setembro de 2025), conforme nota explicativa nº 32 – Resultado financeiro;

(b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores, reconhecida pela competência de consumo, e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura conforme ciclo contratual;

(c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e

(d) O saldo de outras são compostos, principalmente, por: montantes de juros moratórios e multas por auto religação dos consumidores das controladas distribuidoras; contratos de venda de energia nos ambientes de contratação regulada (ACR) e livre (ACL) da controlada indireta Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento; a prestação de serviço de telefonia, integração de telecomunicações de *internet* que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos das controladas Equatorial Telecomunicação e Serviços e aos contratos de venda de energia da controlada Equatorial Renováveis S.A. Adicionalmente, a variação do período decorre, principalmente, do reconhecimento de compensações relacionadas às restrições de geração de energia elétrica (curtailment) classificadas como eventos de indisponibilidade externa, ocorridas entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. O reconhecimento está amparado pela Lei nº 15.269/2025 e pela Portaria Normativa MME nº 140/2026, que estabeleceram as condições e os procedimentos para a compensação dos custos decorrentes de cortes de geração de usinas eólicas e solares fotovoltaicas, mediante o atendimento dos critérios de elegibilidade e a adesão ao respectivo Termo de Compromisso. No período, foram reconhecidos R$ 197.131 na Echoenergia Participações e R$ 48.908 na Echoenergia Crescimento, totalizando R$ 246.039 no consolidado.

6.2. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	Reclassifi-cação	30/09/2026
Contas a receber de consumidores faturados	(2.509.241)	**(455.840)**	**265.658**	**-**	**(2.699.423)**
Parcelamentos	(1.527.053)	**(96.826)**	**117.449**	**-**	**(1.506.430)**
Contas a receber de consumidores não faturados	(40.161)	**(10.361)**	**-**	**-**	**(50.522)**
Outras (a)	(211.797)	**(16.475)**	**17.830**	**(594)**	**(211.036)**
Total	(4.288.252)	**(579.502)**	**400.937**	**(594)**	**(4.467.411)**

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1.000 de 07 de dezembro de 2021; e

(b) A movimentação líquida do período, resultou na constituição de provisão, no montante de R$ 579.502, com impacto de provisão no resultado operacional e no resultado financeiro de R$ 578.317 e R$ 1.185, respectivamente, conforme notas explicativas nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 32 - Resultado financeiro. A Companhia e suas controladas revisaram e atualizaram a matriz de provisão utilizada na apuração da PECLD, visando refletir de forma mais tempestiva as variações no perfil de risco da carteira de clientes. Não houve alteração da política contábil divulgada nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025, nem da metodologia de mensuração nela descrita. A alteração decorre da atualização dos parâmetros e premissas utilizados na elaboração da estimativa, caracterizando-se como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com efeitos reconhecidos prospectivamente e sem reapresentação de períodos anteriores.

7. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	31/12/2025	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	Reclassificação	30/09/2026
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	369.828	**213.297**	**(43.390)**	**83.659**	**-**	**-**	**-**	**623.394**
PROINFA (b)	71.672	**(31.395)**	**(77.881)**	**1.055**	**-**	**-**	**-**	**(36.549)**
Rede básica	278.200	**146.538**	**(76.588)**	**30.587**	**-**	**-**	**-**	**378.737**
Compra de energia CVA (c)	1.376.568	**343.319**	**125.144**	**171.918**	**-**	**-**	**-**	**2.016.949**
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(33.458)	**122.769**	**(43.254)**	**(1.486)**	**-**	**-**	**-**	**44.571**
Transporte Itaipu	16.204	**13.972**	**(5.901)**	**1.828**	**-**	**-**	**-**	**26.103**
Subtotal	2.079.014	**808.500**	**(121.870)**	**287.561**	**-**	**-**	**-**	**3.053.205**
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia (e)	156.965	**242.305**	**(99.010)**	**20.099**	**(1.281)**	**-**	**-**	**319.078**
Neutralidade (f)	24.030	**62.188**	**(105.500)**	**(10.754)**	**-**	**-**	**3.814**	**(26.222)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(487.287)	**(121.010)**	**89.293**	**(32.342)**	**-**	**-**	**-**	**(551.346)**
Risco hidrológico	(954.352)	**339.292**	**(279.099)**	**(35.883)**	**-**	**-**	**-**	**(930.042)**
Compensação créditos PIS/COFINS	647	**-**	**419.710**	**1.461**	**-**	**(421.663)**	**89**	**244**
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(36.908)	**8.752**	**18.768**	**(2.057)**	**(21.778)**	**-**	**(2.382)**	**(35.605)**
Outros (g)	691.664	**1.510.093**	**(806.013)**	**72.605**	**(1.309.585)**	**-**	**(1.432)**	**157.332**
Subtotal	(605.241)	**2.041.620**	**(761.851)**	**13.129**	**(1.332.644)**	**(421.663)**	**89**	**(1.066.561)**
Total	1.473.773	**2.850.120**	**(883.721)**	**300.690**	**(1.332.644)**	**(421.663)**	**89**	**1.986.644**
Circulante								
Valores a receber	710.572							**2.049.555**
Valores a devolver	(205.506)							**(274.075)**
Efeito líquido	505.066							**1.775.480**
Não circulante								
Valores a receber	1.102.886							**403.346**
Valores a devolver	(134.179)							**(192.182)**
Efeito líquido	968.707							**211.164**
Efeito líquido total	1.473.773							**1.986.644**

(a) O saldo da CVA da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE foi impactado no período, principalmente, pelos custos com a quota CDE USO, de acordo com a REH nº 3.564 de 09 de dezembro de 2025. A diferença entre o custo efetivamente incorrido e o valor considerado na tarifa resultou na constituição de ativo regulatório no montante de R$ 213.297, a ser compensado nos processos tarifários subsequentes, conforme a sistemática da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A (CVA);

(b) O saldo da CVA do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) foi impactado, principalmente, pelo fato de a quota mensal estabelecida pela REH nº 3.558, de 9 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026, ser inferior à cobertura tarifária concedida no processo tarifário de 2025 e 2026, vigente no mesmo período. Essa diferença entre o custo incorrido e a cobertura tarifária resultou na constituição de CVA no montante de R$ 31.395;

(c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no período: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, com movimento positivo de constituição de R$ 215.824; (ii) o efeito positivo de R$ 127.495 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada de agosto e setembro a homologar pela ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R$ 343.319;

(d) O saldo da CVA ESS compreende os custos com os Encargos de Serviço do Sistema (ESS), Encargos de Energia de Reserva (EER) e Encargos de Reserva de Capacidade (ERCAP), destinados a assegurar a segurança, a confiabilidade e o atendimento da demanda do Sistema Interligado Nacional (SIN). A constituição positiva de R$ 122.769 decorre da insuficiência da cobertura tarifária desses encargos frente aos custos efetivamente incorridos, em razão do maior despacho de usinas térmicas pelo ONS e dos maiores custos de contratação de energia e potência, resultando em valores faturados pela CCEE superiores aos considerados pela ANEEL no processo tarifário;

(e) O saldo do item Sobrecontratação com movimento de constituição ativa (positiva) de R$ 242.305 decorre da insuficiência da cobertura tarifária frente aos custos efetivamente incorridos com a sobrecontratação de energia. No período, as receitas obtidas com a venda da energia excedente no Mercado de Curto Prazo (MCP) foram inferiores aos custos associados e exposição financeira dos submercados reconhecidos no mecanismo de sobrecontratação, resultando em uma diferença não coberta pela tarifa homologada pela ANEEL e, consequentemente, na constituição desse ativo regulatório;

(f) A neutralidade dos encargos corresponde à diferença entre os valores faturados e os valores considerados no processo tarifário anterior (cobertura tarifária), atualizados pela SELIC, conforme procedimento de regulamentação vigente. No período, a constituição líquida foi positiva de R$ 62.188; e

(g) O saldo da linha "Outros" de constituição de efeito caixa, no montante negativo de R$ 1.309.585, refere-se, principalmente, ao repasse dos recursos de Uso de Bem Público (UBP) às controladas, no montante negativo de R$ 1.182.368. Desse total, R$ 231.181 referem-se à Controlada indireta Equatorial Alagoas e R$ 155.097 à Controlada indireta CEA, conforme valores definidos pelo Despacho ANEEL nº 3.111/2026. Para as Controladas indiretas Equatorial Maranhão e a Equatorial Pará, que estavam em processo de reajuste tarifário na data do referido despacho, foram estabelecidos valores preliminares. Esses valores foram posteriormente recalculados e definidos nos respectivos processos tarifários, homologados pelas Resoluções Homologatórias nº 3.604/2026 e nº 3.608/2026. Assim, foram definidos R$ 331.915 para a Equatorial Maranhão e R$ 464.175 para a Equatorial Pará. Compõem também o saldo a Repactuação do risco hidrológico (GSF), no montante negativo de R$ 118.642, e outros valores, no montante negativo de R$ 8.575, relacionados principalmente à compensação de DIC/FIC.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) das controladas distribuidoras da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há Revisão Tarifária Periódica (RTP) também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Abaixo é apresentado o resumo, por controlada, dos processos tarifários vigentes em 30 de setembro de 2026. Para a Equatorial Maranhão e a Equatorial Pará, o ciclo tarifário atualmente aplicável é de quatro anos. Conforme previsto nos respectivos termos aditivos aos contratos de concessão, após as próximas revisões tarifárias periódicas (RTP) dessas controladas, os ciclos subsequentes passarão a ser de cinco anos, em linha com as demais distribuidoras do Grupo.

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito	Prox. RTP
Equatorial Maranhão	Reajuste Tarifário Anual	28/08/2026	3.604/2026	5,76%	2029
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	18/09/2026	3.508/2026	6,94%	2027
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2025	3.555/2025	13,57%	2028
Equatorial Alagoas	Reajuste Tarifário Anual	03/05/2026	3.584/2026	5,43%	2029
CEEE-D	Reajuste Tarifário Anual	22/11/2025	3.547/2025	19,53%	2026
CEA	Reajuste Tarifário Anual	13/04/2026	3.572/2026	3,54%	2026
Equatorial Goiás	Reajuste Tarifário Anual	22/10/2025	3.544/2025	18,55%	2028

No período findo em 30 de setembro de 2026, as controladas da Companhia reconheceram o montante de R$ 333.463 (R$ 1.039.544 em 31 de dezembro de 2025) de bandeira tarifária, sendo que R$ 172.292 (R$ 893.093 em 31 de dezembro de 2025) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R$ 161.171 (R$ 146.451 em 31 de dezembro de 2025) recebendo via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifárias – CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

8. Impostos e contribuições a recuperar (Consolidado)

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	**746.772**	625.275
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	**881.981**	821.603
PIS e COFINS	**57.481**	47.332
Outros	**70.629**	42.744
Total circulante	**1.756.863**	1.536.954
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	**1.141.020**	1.111.893
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) (a)	**1.137.640**	1.184.498
Outros	**48.604**	66.549
Total não circulante	**2.327.264**	2.362.940
Total	**4.084.127**	**3.899.894**

(a) Referem-se aos créditos tributários reconhecidos em conformidade com a Lei nº 14.385/22, os quais são compensados via PERDCOMP. A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

	30/09/2026	
	Valor	%
Circulante	**881.981**	**44%**
2027	**212.535**	**11%**
2028	**925.105**	**46%**
Não circulante	**1.137.640**	**56%**
Total	**2.019.621**	**100%**

9. Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente, dos contratos de compartilhamento, empréstimos, dividendos, entre outros.

		Controladora			
		30/09/2026		31/12/2025	30/09/2025
Empresas	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Outras contas a receber					
Controladas indiretas					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**15.138**	**11.924**	7.175	12.820
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	7.464
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	4.761
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	-	-	3.312	16.076
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	-	-	1.963	8.239
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	2.042	28.178
Subtotal		**15.138**	**11.924**	14.492	77.538
Controlada direta					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	-	-	-	2.550
Subtotal		-	-	-	2.550
Total		**15.138**	**11.924**	14.492	80.088
Recuperação judicial					
Controladas indiretas					
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	**143.926**	**7.466**	138.663	2.288
Subtotal		**143.926**	**7.466**	138.663	2.288
Dividendos a receber					
Controladas diretas					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(e)	-	-	382.302	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	**87**	-	51.396	-
Equatorial Participações e Investimentos S.A.	(e)	**3.976**	-	3.975	-
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	(e)	-	-	6.162	-
Equatorial Serviços S.A.	(e)	-	-	7.932	-
Coligada					
SABESP	(e)	-	-	308.748	-
Subtotal		**4.063**	-	760.515	-
Total		**147.989**	**7.466**	899.178	2.288
Total geral		**163.127**	**19.390**	913.670	82.376

		Consolidado			
		30/09/2026		31/12/2025	30/09/2025
Empresas	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Outros tipos de partes relacionadas					
Associação para Assinatura de Energia	(f)	**4.224**	**23.692**	3.766	14.222
Outras contas a pagar					
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência	(g)	**-**	**(451)**	-	(1.827)
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto Equatorial	(h)	**-**	**(16.831)**	-	(14.259)
Fornecedores					
Outros tipos de partes relacionadas					
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(c)	**(32.133)**	**-**	(8.386)	-
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial					
Outros tipos de partes relacionadas					
AXIA Energia	(d)	**(695.152)**	**(42.731)**	(652.421)	(40.780)
Dividendos a receber					
Coligada					
SABESP	(e)	**-**	**-**	308.748	-
COPASA	(i)	**24.060**	**-**	-	-
Total líquido		**(699.001)**	**(36.321)**	**(348.293)**	**(42.644)**

(a) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;

(b) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial;

(c) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) referem-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE), de gestão corporativa. Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2026, as controladas da Companhia realizaram doações para o Instituto no montante de R$ 16.831;

(d) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a AXIA Energia, é detentora de créditos homologados no valor original de R$ 423.463, que serão quitados da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;

(e) Referente aos dividendos a receber do exercício de 2025;

(f) Referente a despesas com consultoria, taxas e fatura de energia da controlada indireta E-Nova com a Associação;

(g) Os valores com a EQTPREV são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas indiretas Equatorial Maranhão, CEEE-D controladas diretas Equatorial Piauí e Equatorial Alagoas com sua Fundação de Previdência Complementar;

(h) Em 30 de setembro de 2026 a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o Instituto Equatorial; e

(i) Refere-se a juros sobre o capital próprio a receber da coligada Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, detida indiretamente por meio da Gerais Saneamento S.A., relativos ao 3º trimestre de 2026, deliberados em Reunião do Conselho de Administração da COPASA realizada em 10 de setembro de 2026, no montante bruto de R$ 29.163 (R$ 24.060 líquido de imposto de renda retido na fonte), com pagamento em 9 de novembro de 2026.

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas informações contábeis intermediárias consolidadas.

9.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselhos de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R$ 53.752, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2026 (R$ 53.650, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2025).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos ou outros com a Companhia e suas controladas.

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chaves da Administração.

Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa n° 32 – Benefício pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações e pagamento baseado em ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 27 – Planos de incentivo de longo prazo.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de setembro de 2026:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Total Remuneração fixa anual	**4.850**	**13.802**	3.194	9.033
Salário ou Pró-labore	**4.738**	**13.474**	3.116	8.819
Benefícios diretos e indiretos	**112**	**328**	78	214
Total Remuneração variável	**-**	**7.866**	-	17.039
Total Remuneração baseada em ações	**3.605**	**12.175**	2.766	6.020
Cessação do Cargo	**2.818**	**2.818**	-	-
Benefícios pós emprego	**81**	**226**	50	70
Valor total da remuneração	11.354	36.887	6.010	32.162

9.2. Garantias

A Companhia pode prestar garantia como avalista ou fiadora das controladas nas apólices de seguros e fianças sem ônus ou remuneração e nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com remuneração em 1% a.a. sobre o saldo devedor. As garantias estão descritas nas notas explicativas n° 18.2 e 19.4. A partir de 31 de outubro de 2025, a Equatorial S.A. não detém mais responsabilidade pelas garantias anteriormente prestadas em favor da Equatorial Transmissão S.A., em função do fechamento da operação de alienação da totalidade das ações de sua emissão, conforme descrito na nota explicativa 1.4.

10. Outras contas a receber (Consolidado)

10.1. Composição dos saldos

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	**441.314**	260.555
Neutralidade PIS/COFINS	**72.227**	51.318
Subvenção descontos tarifários (b)	**771.309**	974.658
Sobra física	**6.087**	6.087
Uso mútuo de poste	**34.872**	59.286
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	**51.561**	95.578
Reinvestimento SUDAM/SUDENE	**218.485**	156.421
Outros	**288.278**	277.649
Total circulante	**1.884.133**	1.881.552
Não circulante		
Crédito a receber - Recuperação judicial	**24.977**	24.977
Sobra física	**14.459**	14.459
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (c)	**386.565**	395.956
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	**212.884**	253.823
Outros	**76.240**	70.783
Total não circulante	**715.125**	759.998
Total	**2.599.258**	2.641.550

(a) A variação decorre de adiantamentos realizados a fornecedores no curso normal das operações, conforme condições contratuais, para viabilizar a execução dos contratos;

(b) Os valores a receber são referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 3.507, de 05 de agosto de 2025; e

(c) Ver nota explicativa nº 10.2. - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC.

A Lei Estadual nº 17.555/2012 instituiu o FUNAC com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento de pagamentos de contingências administrativas e judiciais cujo fatos geradores ocorreram até a venda do controle acionário para a AXIA Energia. O contrato de compra e venda de ações de 2017, entre Equatorial Goiás, AXIA Energia e CELGPAR, assegurou aos compradores indenização do Estado de Goiás em caso de alterações legais sobre o FUNAC.

Em 2019, a Lei nº 20.416 alterou as Leis nº 17.555/2012 e 19.473/2016, reduzindo o exercício de cobertura do FUNAC de 27 de janeiro de 2015 para 24 de abril de 2012. Ainda em 2019, a Lei nº 20.468 revogou créditos de ICMS vinculados às contingências. Tais alterações foram questionadas judicialmente pela Companhia, por afrontarem direitos adquiridos e o contrato de venda. Houve decisões liminares favoráveis e desfavoráveis no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) entre 2019 e 2023. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), ainda em 2019, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF, rejeitada em 2021 por razões processuais, sem análise do mérito.

Em maio de 2023, o TJ-GO reconheceu o direito da Companhia ao ressarcimento conforme Leis nº 17.555/12 e 19.473/16. Posteriormente, em dezembro de 2023, o órgão especial do TJ-GO anulou tal decisão, determinando novo julgamento. O processo seguiu para julgamento do incidente pelo plenário do Tribunal de Justiça de Goiás. Em 11 de março de 2026, após iniciada a seção, o relator apresentou voto julgando parcialmente procedente a arguição de inconstitucionalidade. Votaram com relator treze desembargadores. Processo com vista, com quatro julgadores aguardando seu voto.

A Administração da Equatorial Goiás concluiu, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito, da boa-fé objetiva, da proteção da confiança na contratação com a Administração Pública, da supremacia do interesse público e do *pacta sunt servanda*, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Equatorial Goiás sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o crédito outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula nº 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da mesma, garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

10.2. Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC

	31/12/2025	30/09/2026					
	Saldo inicial	Adições/ Reversões (a)	Decisão Judicial / Pagamento	Provisão para redução ao valor recuperável (b)	Baixa por recebimento	PECLD (c)	Saldo final
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	620.597	**111.155**	**(200.246)**	**-**	**-**	**-**	**531.506**
(-) *Impairment* - Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial (b)	(224.641)	**-**	**-**	**79.700**	**-**	**-**	**(144.941)**
Créditos especiais – FUNAC – Em decisão judicial	395.956	**111.155**	**(200.246)**	**79.700**	**-**	**-**	**386.565**
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	1.371.488	**-**	**200.246**	**-**	**(1.772)**	**-**	**1.569.962**
(-) *Impairment* - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (b)	(656.792)	**-**	**-**	**(159.862)**	**-**	**-**	**(816.654)**
(-) PECLD - Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento (c)	(365.295)	**-**	**-**	**-**	**-**	**(123.568)**	**(488.863)**
Créditos especiais – FUNAC – Aguardando ressarcimento	349.401	**-**	**200.246**	**(159.862)**	**(1.772)**	**(123.568)**	**264.445**
Total	745.357	**111.155**	**-**	**(80.162)**	**(1.772)**	**(123.568)**	**651.010**

(a) O montante de R$ 111.155 (R$ 152.026 em 30 de setembro de 2025), refere-se à movimentação líquida, que resultou em uma adição no montante de R$ 43.714 (R$ 83.327 em 30 de setembro de 2025), em contrapartida ao passivo e as atualizações no montante de R$ 67.441 (R$ 68.699 em 30 de setembro de 2025).

(b) A Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC, no montante total de R$ 961.595 em 30 de setembro de 2026 (R$ 881.433 em 31 de dezembro de 2025), com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16, ou seja, os processos compreendidos entre abril de 2012 e janeiro de 2015 possuem 100% de provisão ao valor recuperável. O impacto líquido da referida provisão com atualização, no período findo em 30 de setembro de 2026, foi uma provisão de R$ 80.162, (R$ 31.375 em 30 de setembro de 2025), sendo R$ 24.231 com impacto no resultado operacional (R$ 39.744 em 30 de setembro de 2025) e R$ 55.931 no resultado financeiro (R$ 8.369 em 30 de setembro de 2025), conforme nota (c) da nota explicativa nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais e nº 32 - Resultado financeiro; e

(c) Sobre o saldo de "Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento" é calculada a perda estimada, considerando a expectativa de recebimento da Administração. Para 30 de setembro de 2026, foi calculada uma provisão de R$ 123.568 (R$ 110.202 em 30 de setembro de 2025), sendo R$ 93.528 com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 29 – Custos do serviço e despesas operacionais e R$ 30.040 com impacto no resultado financeiro, conforme nota explicativa, nº 32 - Resultado financeiro. Para a estimativa, é observado o volume de recebimento x requerimentos nos últimos cinco exercícios sociais.

11. Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas estão conforme a seguir demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Avaliados por equivalência patrimonial:				
Controladas:				
Equatorial Distribuição	**11.562.205**	10.267.469	-	-
Equatorial Alagoas	**1.993.527**	1.836.593	-	-
Equatorial Serviços	**422.484**	344.797	-	-
Equatorial Participações	**573.348**	810.691	-	-
Equatorial Participações II	**351.860**	359.623	-	-
Echoenergia Participações	**4.249.839**	3.938.119	-	-
Equatorial Renováveis	**5.420**	16.807	-	-
Echoenergia Crescimento (a)	**-**	116.252	-	-
Gerais Saneamento	**401.245**	-	-	-
Subtotal Investimento	**19.559.928**	17.690.351	**-**	-
Coligadas:				
SABESP – coligada direta (b)	8.182.366	7.555.898	8.182.366	7.555.898
COPASA – coligada indireta (c)	-	-	5.583.934	-
Subtotal Coligadas	**8.182.366**	7.555.898	**13.766.300**	7.555.898
Outros investimentos				
Outros investimentos	-	-	**10.932**	12.391
Total investimentos	**27.742.294**	25.246.249	**13.777.232**	7.568.289
Equatorial Participações III (a)	**(375.397)**	(351.288)	-	-
Echoenergia Crescimento (a)	**(280.528)**	-	-	-
Total Provisão para perda em investimento	**(655.925)**	(351.288)	-	-
Efeito líquido total	**27.086.369**	24.894.961	**13.777.232**	7.568.289

(a) Representado pelos investimentos na CSA e Echo Crescimento, que apresentam patrimônio líquido negativo. Os ativos relacionados à CSA e Echo Crescimento foram ajustados ao seu valor recuperável, após resultado do teste de *impairment* – ver maiores detalhes na nota explicativa 16;

(b) Representa a participação de 15,00% detida pela Equatorial S.A. na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. O investimento é classificado como coligada, por haver influência significativa, e é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Mais informações estão descritas na nota explicativa 1.2; e

(c) Representa a participação de 30,00% detida pela Gerais Saneamento S.A., empresa integrante do Grupo Equatorial, na Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG que é coligada indireta da Companhia. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. As informações sobre a aquisição, a mensuração do valor justo e a alocação do custo de aquisição estão divulgadas na nota explicativa 1.3.

11.1. Movimentação dos investimentos em controladas – Controladora

	31/12/2025	Aumento de capital	Exercício da opção de compra	Dividendos intermediários	Resultado de equivalência patrimonial (a)	Outros resultados abrangentes	Mudança na participação relativa em controladas	*Stock Options/ Matching Shares*	Outros	30/09/2026
Controladas										
Equatorial Distribuição	10.267.469	**434.000**	**181.707**	**(791.695)**	**1.540.881**	**(28.689)**	**(51.067)**	**8.188**	**1.411**	**11.562.205**
Equatorial Alagoas	1.836.593	**-**	**-**	**(110)**	**166.788**	**(11.081)**	**-**	**1.337**	**-**	**1.993.527**
Equatorial Serviços	344.797	**213.400**	**-**	**-**	**(135.966)**	**98**	**155**	**-**	**-**	**422.484**
Equatorial Participações	810.691	**-**	**-**	**-**	**(201.440)**	**(36.283)**	**(746)**	**1.126**	**-**	**573.348**
Equatorial Participações II	359.623	**6.162**	**-**	**-**	**(12.866)**	**(1.412)**	**-**	**353**	**-**	**351.860**
Equatorial Participações III	(351.288)	**25.001**	**-**	**-**	**(111.750)**	**-**	**62.640**	**-**	**-**	**(375.397)**
Echoenergia Participações	3.938.119	**107.214**	**-**	**-**	**222.463**	**(2.310)**	**(17.888)**	**2.241**	**-**	**4.249.839**
Echoenergia Crescimento	116.252	**7.500**	**-**	**-**	**(95.042)**	**-**	**(309.238)**	**-**	**-**	**(280.528)**
Equatorial Renováveis	16.807	**-**	**-**	**-**	**(11.234)**	**-**	**(153)**	**-**	**-**	**5.420**
Gerais Saneamento	-	**610.000**	**-**	**-**	**(208.739)**	**-**	**-**	**-**	**(16)**	**401.245**
Subtotal	17.339.063	**1.403.277**	**181.707**	**(791.805)**	**1.153.095**	**(79.677)**	**(316.297)**	**13.245**	**1.395**	**18.904.003**
Coligada										
SABESP	7.555.898	**-**	**-**	**-**	**667.525**	**(67)**	**(70.955)**	**-**	**29.965**	**8.182.366**
Efeito líquido total	24.894.961	**1.403.277**	**181.707**	**(791.805)**	**1.820.620**	**(79.744)**	**(387.252)**	**13.245**	**31.360**	**27.086.369**
Total de investimentos	25.246.249									**27.742.294**
Total de provisão para perda em investimento	(351.288)									**(655.925)**

(a) O valor de equivalência da coligada SABESP, da controlada direta Equatorial Alagoas e da controlada indireta Echoenergia Participações está líquido da amortização da mais valia e do direito de concessão nos valores de R$ 25.869, R$ 28.809 e R$ 72.286, respectivamente.

11.2. Informações das controladas -Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas.

		Balanço patrimonial em 30/09/2026					Resultado em 30/09/2026					
		Circulante		Não circulante								
	Participação societária	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do período
Equatorial Distribuição	95,53%	**6.255**	**5**	**11.868.345**	**-**	**11.874.595**	**-**	**-**	**1.726.205**	**271**	**-**	**1.726.476**
Equatorial Alagoas	77,39%	**1.811.108**	**1.190.231**	**4.372.363**	**3.259.376**	**1.733.864**	**2.827.003**	**818.736**	**(254.806)**	**(207.115)**	**(107.963)**	**248.852**
Equatorial Serviços	100,00%	**148.912**	**94.327**	**447.495**	**79.785**	**422.295**	**222.175**	**102.350**	**(212.836)**	**(5.160)**	**(20.344)**	**(135.990)**
Equatorial Participações	100,00%	**10.236**	**4.093**	**567.205**	**-**	**573.348**	**-**	**-**	**(202.180)**	**930**	**(190)**	**(201.440)**
Equatorial Participações II	100,00%	**474**	**1**	**351.387**	**-**	**351.860**	**-**	**-**	**(12.908)**	**44**	**(2)**	**(12.866)**
Equatorial Participações III	100,00%	**66**	**109**	**-**	**376.361**	**(376.404)**	**-**	**-**	**(112.030)**	**4**	**-**	**(112.026)**
Echoenergia Participações	100,00%	**111.045**	**236.564**	**229.929**	**2.662.435**	**2.686.015**	**-**	**-**	**311.764**	**(41.086)**	**5.379**	**276.057**
Echoenergia Crescimento	100,00%	**25.693**	**1.510**	**161.328**	**466.040**	**(280.529)**	**-**	**-**	**(101.075)**	**7.840**	**(1.808)**	**(95.043)**
Equatorial Renováveis	3,45%	**574.000**	**466.859**	**74.894**	**25.056**	**156.979**	**1.489.026**	**(204.571)**	**(6.735)**	**3.487**	**13.209**	**(194.610)**
Gerais Saneamento	100%	**95.427**	**2.777**	**5.583.934**	**5.275.339**	**401.245**	**-**	**-**	**4.023**	**(212.762)**	**-**	**(208.739)**

		Balanço patrimonial em 31/12/2025					Resultado em 30/09/2025 (reapresentado)					
		Circulante		Não circulante								
	Participação societária	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado líquido do período
Equatorial Distribuição	90,42%	511.972	505.834	11.043.486	-	11.049.624	-	-	1.133.999	639	(120)	1.134.518
Equatorial Alagoas	77,39%	2.097.635	1.279.268	3.973.911	3.294.143	1.498.135	1.710.553	516.547	(164.054)	(128.429)	(62.009)	162.055
Equatorial Serviços	100,00%	93.277	77.374	393.862	65.132	344.633	135.203	66.390	(38.299)	(3.786)	(16.702)	7.603
Equatorial Participações	100,00%	11.436	6.008	805.264	-	810.692	-	-	287.554	426	(78)	287.902
Equatorial Participações II	100,00%	469	6.166	365.320	-	359.623	-	-	(408)	31	-	(377)
Equatorial Participações III	100,00%	198	41	-	352.177	(352.020)	-	-	(87.481)	49	-	(87.432)
Echoenergia Participações	100,00%	960.050	762.468	5.758.732	3.659.193	2.297.121	469.449	166.451	(54.031)	(133.320)	(28.384)	(49.284)
Echoenergia Crescimento	100,00%	202.798	182.771	2.245.138	2.173.529	91.636	207.803	59.903	(8.157)	(156.021)	(8.089)	(112.364)
Equatorial Renováveis	9,10%	557.824	426.286	84.574	64.523	151.589	908.615	(7.489)	(1.448)	5	(5.659)	(14.591)

11.3. Conciliação dos investimentos

	30/09/2026									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Valor do investimento	Intangível de concessão	*Stock Options/ Matching Shares*	Provisão para perda desvalorização de investimento/*Impairment*	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição (a)	95,53%	**11.874.595**	**1.726.476**	**1.540.881**	**11.343.801**	**-**	**12.655**	**-**	**205.749**	**11.562.205**
Equatorial Alagoas	77,39%	**1.733.864**	**248.852**	**166.788**	**1.341.837**	**650.532**	**1.158**	**-**	**-**	**1.993.527**
Equatorial Serviços	100,00%	**422.295**	**(135.990)**	**(135.966)**	**422.295**	**-**	**-**	**-**	**189**	**422.484**
Equatorial Participações I	100,00%	**573.348**	**(201.440)**	**(201.440)**	**573.348**	**-**	**-**	**-**	**-**	**573.348**
Equatorial Participações II	100,00%	**351.860**	**(12.866)**	**(12.866)**	**351.860**	**-**	**-**	**-**	**-**	**351.860**
Equatorial Participações III	100,00%	**(376.404)**	**(112.026)**	**(111.750)**	**(376.404)**	**-**	**-**	**375.397**	**1.007**	**-**
Echoenergia Participações	100,00%	**2.662.435**	**276.057**	**222.463**	**2.662.435**	**3.946.669**	**-**	**(2.359.265)**	**-**	**4.249.839**
Echoenergia Crescimento	100,00%	**(280.528)**	**(95.042)**	**(95.042)**	**(280.528)**	**-**	**-**	**280.528**	**-**	**-**
Equatorial Renováveis (c)	3,45%	**156.979**	**(194.610)**	**(11.234)**	**5.420**	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.420**
Gerais Saneamento	100,00%	**401.245**	**(208.739)**	**(208.739)**	**401.245**	**-**	**-**	**-**	**-**	**401.245**
Subtotal:		**17.519.689**	**1.290.672**	**1.153.095**	**16.445.309**	**4.597.201**	**13.813**	**(1.703.340)**	**206.945**	**19.559.928**
Coligada										
SABESP	15%	**46.719.526**	**4.580.003**	**667.525**	**7.007.929**	**1.169.860**	**-**	**-**	**4.577**	**8.182.366**
Total		**64.239.215**	**5.870.675**	**1.820.620**	**23.453.238**	**5.767.061**	**13.813**	**(1.703.340)**	**211.522**	**27.742.294**

(a) O resultado de equivalência patrimonial da Companhia é ajustado pelo benefício econômico efetivo sobre o resultado da controlada Equatorial Distribuição, em virtude da distribuição desproporcional de dividendos a ser recebido pela ação preferencial C. No exercício de 2026, a Companhia tem direito a recebimento de 90% sobre o resultado distribuível do ano de 2026, enquanto os acionistas detentores das ações preferenciais possuem um montante de 10% sobre o resultado distribuível do ano de 2026. Esses montantes são ajustados a cada ano conforme o Acordo de Acionistas. Este procedimento está alinhado com os requerimentos do CPC 36/IFRS 10 item B95 e B96, que afirma que se a controlada tiver ações preferenciais em circulação com direito a dividendos cumulativos, que sejam classificadas como patrimônio líquido, e sejam detidas por acionistas não controladores, a entidade deve calcular sua parcela de lucros e prejuízos após efetuar ajuste para refletir os dividendos sobre essas ações, tenham ou não esses dividendos sido declarados. Na operação, todo e qualquer dividendo distribuído aos acionistas, pela controlada, deverá ser pago, primeiramente ao detentor de ações preferenciais, conforme tabela abaixo:

	2026	2027	2028 a 2029	2030
Ação preferencial C	10%	15%	25%	25%
Ação ordinária	90%	85%	75%	75%

(b) Na controlada direta Equatorial Alagoas, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R$ 28.809 (R$ 28.809

em 30 de setembro de 2025), conforme item 23, letra (a), do ICPC 09 e na coligada SABESP, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização de mais valia no montante de R$ 25.869 (R$ 25.869 em 30 de setembro de 2025) e na controlada direta Echo Participações, o resultado de equivalência patrimonial contempla o efeito da amortização do direito de concessão no montante de R$ 72.286 ; e

(c) A Equatorial S.A. é controladora indireta da Equatorial Renováveis, detendo 3,45% de participação direta e 96,55% de participação indireta, por intermédio de sua controlada Equatorial Serviços.

	31/12/2025									
	Participação no capital	Patrimônio Líquido	Resultado	Equivalência patrimonial (b)	Valor do investimento	Intangível de concessão	*Stock Options/ Matching Shares*	Provisão para perda desvalorização de investimento/*Impairment*	Outros	Total do investimento
Controladas										
Equatorial Distribuição (a)	90,42%	11.049.624	2.466.418	1.930.743	9.991.098	-	12.288	-	264.083	10.267.469
Equatorial Alagoas	77,39%	1.498.135	283.033	184.639	1.159.360	676.323	910	-	-	1.836.593
Equatorial Serviços	100,00%	344.633	33.398	33.448	344.633	-	-	-	164	344.797
Equatorial Participações I	100,00%	810.692	69.366	69.366	810.691	-	-	-	-	810.691
Equatorial Participações II	100,00%	359.623	(52.034)	(52.033)	359.623	-	-	-	-	359.623
Equatorial Participações III	100,00%	(352.020)	(456.513)	(456.143)	(352.020)	-	-	352.020	-	-
Echoenergia Participações	100,00%	2.297.121	(220.129)	(283.815)	2.297.121	4.000.263	-	(2.359.265)	-	3.938.119
Echoenergia Crescimento	100,00%	91.636	(14.447)	(765.841)	91.636	-	-	-	24.616	116.252
Equatorial Renováveis	7,28%	151.589	(32.253)	(2.330)	16.807	-	-	-	-	16.807
Subtotal:		16.251.033	2.076.839	658.034	14.718.949	4.676.586	13.198	(2.007.245)	288.863	17.690.351
Coligada										
SABESP	15%	42.401.125	8.462.059	1.234.817	6.360.169	1.195.729	-	-	-	7.555.898
Total		58.652.158	10.538.898	1.892.851	21.079.118	5.872.315	13.198	(2.007.245)	288.863	25.246.249

12. Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão das controladas distribuidoras está a seguir demonstrada:

	31/12/2025	Atualização do ativo financeiro	Transferência do Ativo de contrato	Baixas	Reclassificação (a)	30/09/2026
Ativo financeiro – Distribuição	25.250.803	**904.889**	**1.600.733**	**(35.067)**	**(21.328.445)**	**6.392.913**
Obrigações especiais - Distribuição	(6.115.047)	**(245.768)**	**(228.678)**	**-**	**5.967.480**	**(622.013)**
Total	19.135.756	**659.121**	**1.372.055**	**(35.067)**	**(15.360.965)**	**5.770.900**

(a) Em decorrência da renovação da concessão descrita na Nota Explicativa nº 1.6, as controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará promoveram a reclassificação de R$ 21.328.445 do ativo financeiro da concessão e de R$ 5.967.480 das obrigações especiais para a rubrica de ativo intangível, totalizando efeito líquido de R$ 15.360.965. A movimentação representa exclusivamente reclassificação entre rubricas patrimoniais, sem impacto no resultado ou no fluxo de caixa do período. Os efeitos da reclassificação no ativo intangível estão apresentados na Nota Explicativa nº 14.1.

13. Imobilizado (Consolidado)

A composição do ativo imobilizado está apresentada da seguinte forma:

		30/09/2026		
Imobilizado	**Vida útil**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	**649.685**	**(117.268)**	**532.417**
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	**7.523.107**	**(2.104.534)**	**5.418.573**
Móveis e utensílios	16 anos	**27.915**	**(4.134)**	**23.781**
Veículos	5 anos	**4.517**	**(2.333)**	**2.184**
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	**2.924**	**(2.063)**	**861**
Imobilizado em andamento	-	**470.117**	**-**	**470.117**
Desmobilização de ativos	-	**163**	**(163)**	**-**
Total		**8.678.428**	**(2.230.495)**	**6.447.933**

		31/12/2025		
Imobilizado	**Vida útil**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 anos	590.613	(47.343)	543.270
Máquinas e equipamentos	15 - 30 anos	7.574.078	(1.954.264)	5.619.814
Móveis e utensílios	16 anos	27.728	(3.387)	24.341
Veículos	5 anos	3.155	(1.308)	1.847
Equipamentos de processamento de dados	6 anos	2.924	(2.026)	898
Imobilizado em andamento	-	350.737	-	350.737
Desmobilização de ativos	-	163	(163)	-
Total		8.549.398	(2.008.491)	6.540.907

13.1. Movimentação do ativo imobilizado

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2026
Custo do Imobilizado						
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	590.613	-	-	**59.072**	-	**649.685**
Máquinas e equipamentos	7.574.078	**2.407**	**(14.291)**	**(39.087)**	-	**7.523.107**
Móveis e utensílios	27.728	-	-	**187**	-	**27.915**
Veículos	3.155	-	**(190)**	**1.552**	-	**4.517**
Equipamentos de processamento de dados	2.924	-	-	-	-	**2.924**
Imobilizado em andamento	350.737	**143.721**	**(5.666)**	**(18.419)**	**(256)**	**470.117**
Desmobilização de ativos	163	-	-	-	-	**163**
Total do custo de imobilizado	8.549.398	**146.128**	**(20.147)**	**3.305**	**(256)**	**8.678.428**

	31/12/2025	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2026
Depreciação acumulada						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(47.343)	**(69.925)**	-	-	-	**(117.268)**
Máquinas e equipamentos	(1.954.264)	**(147.134)**	**169**	**(3.305)**	-	**(2.104.534)**
Móveis e utensílios	(3.387)	**(747)**	-	-	-	**(4.134)**
Veículos	(1.308)	**(1.232)**	**207**	-	-	**(2.333)**
Equipamentos de processamento de dados	(2.026)	**(37)**	-	-	-	**(2.063)**
Desmobilização de ativos	(163)	-	-	-	-	**(163)**
Total da depreciação	(2.008.491)	**(219.075)**	**376**	**(3.305)**	-	**(2.230.495)**
Total	6.540.907	**(72.947)**	**(19.771)**	-	**(256)**	**6.447.933**

Os ativos imobilizados das controladas Echoenergia Participações e Echoenergia Crescimento são dados como garantia em face dos financiamentos obtidos. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 18.2 – Garantias.

14. Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

		30/09/2026				
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	*Impairment*	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição						
Em serviço – Distribuição	4,23%	**76.786.982**	**(25.122.792)**	**-**	**(9.904.211)**	**41.759.979**
Direito de concessão						
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	**291.810**	**(230.498)**	**-**	**-**	**61.312**
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	**172.904**	**(171.883)**	**-**	**-**	**1.021**
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	**1.196.831**	**(300.191)**	**-**	**-**	**896.640**
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	**1.714.448**	**(458.722)**	**-**	**-**	**1.255.726**
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	**2.786.062**	**(609.448)**	**-**	**-**	**2.176.614**
Direito de concessão – CEA	3,33%	**1.199.957**	**(193.325)**	**-**	**-**	**1.006.632**
Subtotal		**7.362.012**	**(1.964.067)**	**-**	**-**	**5.397.945**
Outros		**141.677**	**(31.821)**	**-**	**-**	**109.856**
Subtotal		**84.290.671**	**(27.118.680)**	**-**	**(9.904.211)**	**47.267.780**
Saneamento						
Direito de concessão – CSA	2,88%	**870.442**	**180.443**	**(299.242)**	**-**	**751.643**
Outros		**2.878**	**(500)**	**(1.273)**	**-**	**1.105**
Subtotal		**873.320**	**179.943**	**(300.515)**	**-**	**752.748**
Geração						
Direito de exploração	6,78%	**3.554.723**	**(846.577)**	**(1.312.531)**	**-**	**1.395.615**
Direito de autorização	3,22%	**1.821.806**	**(319.790)**	**(1.046.734)**	**-**	**455.282**
Outros		**79.811**	**(14.044)**	**-**	**-**	**65.767**
Subtotal		**5.456.340**	**(1.180.411)**	**(2.359.265)**	**-**	**1.916.664**
Total		**90.620.331**	**(28.119.148)**	**(2.659.780)**	**(9.904.211)**	**49.937.192**

		31/12/2025				
	Taxas anuais*	Custo	Amortização	*Impairment*	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Distribuição						
Em serviço – Distribuição	4,23%	50.098.143	(22.916.858)	-	(3.786.596)	23.394.689
Direito de concessão						
Direito de concessão – Equatorial Maranhão	3,33%	291.810	(218.760)	-	-	73.050
Direito de concessão – Equatorial Pará	3,33%	172.904	(170.902)	-	-	2.002
Direito de concessão – Equatorial Alagoas	3,33%	1.196.831	(270.303)	-	-	926.528
Direito de concessão – Equatorial Piauí	3,33%	1.714.448	(415.912)	-	-	1.298.536
Direito de concessão – CEEE-D	4,17%	2.786.062	(522.382)	-	-	2.263.680
Direito de concessão – CEA	3,33%	1.199.957	(163.326)	-	-	1.036.631
Subtotal		7.362.012	(1.761.585)	-	-	5.600.427
Outros		110.226	(19.526)	-	-	90.700
Subtotal		57.570.381	(24.697.969)	-	(3.786.596)	29.085.816
Saneamento						
Direito de concessão – CSA	2,88%	735.477	202.901	(299.242)	-	639.136
Outros		13.262	3.354	(1.273)	-	15.343
Subtotal		748.739	206.255	(300.515)	-	654.479
Geração						
Direito de exploração	6,78%	2.991.127	(797.277)	(1.559.842)	-	634.008
Direito de autorização	3,22%	2.385.402	(294.103)	(799.423)	-	1.291.876
Outros		77.327	(13.515)	-	-	63.812
Subtotal		5.453.856	(1.104.895)	(2.359.265)	-	1.989.696
Total		63.772.976	(25.596.609)	(2.659.780)	(3.786.596)	31.729.991

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

14.1. Movimentação do ativo intangível

	31/12/2025	Adições	Baixas (a)	Transferências ativo de contrato	Reclassificação (b)	Outros	30/09/2026
Distribuição							
Em serviço	50.099.884	-	(483.066)	5.843.460	21.328.445	(1.741)	76.786.982
(-) Amortização	(22.918.599)	(2.568.959)	363.025	-	-	1.741	(25.122.792)
Total em serviço	27.181.285	(2.568.959)	(120.041)	5.843.460	21.328.445	-	51.664.190
Obrigações especiais	(8.299.661)	-	-	(588.796)	(5.967.480)	-	(14.855.937)
(-) Amortização	4.513.065	438.661	-	-	-	-	4.951.726
Total em obrigações especiais	(3.786.596)	438.661	-	(588.796)	(5.967.480)	-	(9.904.211)
Direito de concessão	7.362.012	-	-	-	-	-	7.362.012
(-) Amortização	(1.761.585)	(202.482)	-	-	-	-	(1.964.067)
Total em direito de concessão	5.600.427	(202.482)	-	-	-	-	5.397.945
Outros	90.700	18.900	-	-	-	256	109.856
Total Distribuição	29.085.816	(2.313.880)	(120.041)	5.254.664	15.360.965	256	47.267.780
Saneamento							
Direito de concessão	999.146	-	-	134.965	-	-	1.134.111
(-) Amortização	(256.182)	(25.841)	-	-	-	-	(282.023)
Total de direito de concessão	742.964	(25.841)	-	134.965	-	-	852.088
Softwares	5.354	-	-	-	(1.203)	-	4.151
(-) Amortização Outros	(2.194)	(852)	-	-	-	-	(3.046)
Total software	3.160	(852)	-		(1.203)	-	1.105
Obrigações especiais	(263.669)	-	-	-	-	-	(263.669)
(-) Amortização	159.841	3.383	-	-	-	-	163.224
Total em obrigações especiais	(103.828)	3.383	-	-	-	-	(100.445)
Em curso							
Softwares	12.183	-	(13.386)	-	1.203	-	-
Total Saneamento	654.479	(23.310)	(13.386)	134.965	-	-	752.748
Geração							
Direito de exploração	3.554.723	-	-	-	-	-	3.554.723
(-) Amortização - direito de exploração	(797.277)	(49.300)	-	-	-	-	(846.577)
(-) *Impairment* - direito de exploração	(1.312.531)	-	-	-	-	-	(1.312.531)
Direito de autorização	1.821.806	-	-	-	-	-	1.821.806
(-) Amortização - direito de autorização	(294.103)	(22.987)	-	-	(2.700)	-	(319.790)
(-) *Impairment* - direito de autorização	(1.046.734)	-	-	-	-	-	(1.046.734)
Subtotal	1.925.884	(72.287)	-	-	(2.700)	-	1.850.897
Outros	63.812	(745)	-	-	2.700	-	65.767
Total Geração	1.989.696	(73.032)	-	-	-	-	1.916.664
Total	31.729.991	(2.410.222)	(133.427)	5.389.629	15.360.965	256	49.937.192

(a) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível entre as quais destacamos: baixa de medidores, condutores e transformadores. Estes foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas. O saldo de baixas do exercício decorre, principalmente, das controladas indiretas Equatorial Goiás, Equatorial Pará e CEEE-D; e

(b) Ver informações no item (a) da nota explicativa nº 12 – Ativo financeiro da concessão.

15. Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	Distribuição e Saneamento				
			Transferências		
	31/12/2025	Adições (a)	Ativo intangível	Ativo financeiro	30/09/2026
Em curso	9.358.098	**7.655.347**	**(5.978.425)**	**(1.600.733)**	**9.434.287**
Obrigações especiais	(2.558.958)	**(1.239.596)**	**588.796**	**228.678**	**(2.981.080)**
Total	6.799.140	**6.415.751**	**(5.389.629)**	**(1.372.055)**	**6.453.207**

(a) O montante de R$ 6.415.751 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício. Deste total, R$ 5.530.449 impactaram o caixa das controladas e, conforme nota explicativa n° 34.1 - Transações não envolvendo caixa, R$ 209.197 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores das controladas, R$ 496.160 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas das controladas e R$ 128.881 deve-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Adicionalmente, as controladas reconheceram o montante de R$ 51.064 de reversão de provisão do estoque, conforme nota explicativa nº 31 Outras despesas operacionais, líquidas.

As controladas da Companhia que atuam no ramo de distribuição de energia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço: (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. A Companhia e suas controladas realizaram avaliação de perda ao valor recuperável, conforme nota explicativa nº 16 – Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida.

16. Avaliação de *impairment* para os ativos com vida útil definida

A Companhia e suas controladas realizaram o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e consideram, entre outros fatores, a existência de prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo, quando efetuaram a revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável das controladas Equatorial Goiás, CEEE-D, CEA, CSA, Echo Crescimento e Echo Participações e suas controladas.

Como resultado dessa análise, a Administração concluiu que as UGCs representadas pela CSA e por algumas controladas da Echo Participações, além do investimento realizado pela Equatorial na Echo Participações, apresentaram a necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável no valor de R$ 3.391.261 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2024). As demais UGCs, representadas pelas Companhias Equatorial Goiás, CEEE-D e CEA, submetidas ao teste de *impairment* não apresentaram necessidade de provisão ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A Companhia e suas controladas vem acompanhando indicativos de perda por redução ao valor recuperável desde a última análise no exercício anterior, e para o período findo em 30 de setembro de 2026, não foram identificadas situações que exigissem novas análises.

17. Fornecedores (Consolidado)

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Suprimento de energia elétrica (a)	**2.028.743**	2.426.977
Encargos de uso da rede elétrica	**662.832**	592.932
Materiais e serviços	**1.863.624**	1.783.737
Parcelamento Itaipu (b)	**-**	58.012
Outros	**134.508**	108.962
Subtotal	**4.689.707**	4.970.620
Não circulante		
Materiais e serviços	**19.472**	23.003
Total	**4.709.179**	4.993.623

(a) O saldo em 30 de setembro de 2026 apresentou uma redução de R$ 398.234 em relação a 31 de dezembro de 2025, em função, principalmente, das variações nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia e despesas do Mercado de Curto Prazo; e

(b) Refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Energia de Itaipu — ECF 3286/2016, celebrado entre a controlada indireta Equatorial Goiás e a AXIA Energia em 17 de junho de 2016. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R$ 58.012 correspondia às seis parcelas remanescentes do referido termo. As parcelas foram integralmente liquidadas no primeiro semestre de 2026 e, consequentemente, não há saldo em aberto em 30 de setembro de 2026.

O saldo de Fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 52 dias (53 dias em 31 de dezembro de 2025).

17.1. Fornecedores – Risco sacado

As controladas da Companhia, com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, as controladas da Companhia realizarão o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pelas controladas da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. As controladas da Companhia não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, fomentada pela Companhia (não sendo parte relacionada do Grupo). As controladas da Companhia disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia.

As controladas da Companhia não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação das controladas da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual as controladas da Companhia são cotistas. As controladas da Companhia quitam a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada. Em 30 de setembro de 2026, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R$ 406.003 (R$ 458.432 em 31 de dezembro de 2025), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R$ 2.564.190 para 30 de setembro de 2026 (R$ 2.347.907 em 30 de setembro de 2025). O prazo médio de pagamento destes títulos é de 52 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2025).

18. Empréstimos e financiamentos

18.1. Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	30/09/2026			Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos				Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira								
CDI	0,61% até 1,85%	**2.037.867**	**5.316.085**	**7.353.952**	0,80% até 1,85%	1.264.769	5.149.958	6.414.727
(-) Custo de transação		**(3.021)**	**(11.806)**	**(14.827)**		(1.370)	(11.690)	(13.060)
Total moeda estrangeira		**2.034.846**	**5.304.279**	**7.339.125**		1.263.399	5.138.268	6.401.667
Moeda Nacional								
PRÉ-FIXADO	2,35% até 6,80%	**127.241**	**1.339.088**	**1.466.329**	2,35% até 6,80%	69.637	1.568.739	1.638.376
IPCA	0,96% até 11,00%	**894.922**	**7.110.857**	**8.005.779**	0,96% até 11,00%	876.761	7.386.592	8.263.353
CDI	-0,05% até 1,10%	**219.895**	**8.779.044**	**8.998.939**	-0,05% até 1,62%	1.191.004	3.233.726	4.424.730
TJLP	2,02% até 2,88%	**112.674**	**678.928**	**791.602**	0,00% até 2,88%	108.493	743.972	852.465
Subtotal		**1.354.732**	**17.907.917**	**19.262.650**		2.245.895	12.933.029	15.178.924
(-) Custo de transação		**(6.480)**	**(101.396)**	**(107.876)**		(6.836)	(77.302)	(84.138)
(-) Ajuste a valor presente (a)		**(3.096)**	**(495.704)**	**(498.800)**		(2.918)	(515.032)	(517.950)
Subtotal		**(9.576)**	**(597.100)**	**(606.676)**		(9.754)	(592.334)	(602.088)
Total moeda nacional		**1.345.156**	**17.310.817**	**18.655.973**		2.236.141	12.340.695	14.576.836
Total		**3.380.002**	**22.615.096**	**25.995.098**		3.499.540	17.478.963	20.978.503

(a) Contrato de empréstimo via recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), entre a controlada Equatorial Piauí e a CCEE, na condição de gestora da RGR. A gestora da RGR concede, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 748/2016, empréstimo à devedora com recursos da RGR, necessário para assegurar a remuneração adequada prevista no art. 11 da Portaria MME nº 388/2016, com o objetivo de criar condições para a continuidade e a prestação adequada do serviço. A controlada indireta Equatorial Piauí reconheceu o ajuste a valor presente de R$ 674.930 utilizando como data base 30 de junho de 2019, e taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Controlada. Em 30 de setembro de 2026, o saldo de ajuste a valor presente corresponde a R$ 495.447 (R$ 512.274 em 31 de dezembro de 2025).

18.2. Garantias

Os empréstimos e financiamentos das controladas podem contar com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

18.3. Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2026, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Consolidado

	30/09/2026	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**3.380.002**	**13%**
2027	**7.820.494**	**30%**
2028	**2.395.844**	**9%**
2029	**1.952.248**	**8%**
2030	**1.511.296**	**6%**
Após 2030	**9.544.121**	**37%**
Subtotal	**23.224.003**	**89%**
Custo de transação/ajuste a valor presente (não circulante)	**(608.907)**	**-2%**
Não circulante	**22.615.096**	**87%**
Total	**25.995.098**	**100%**

18.4. Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	**Passivo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.236.141	12.340.695	1.263.399	5.138.268	20.978.503
Ingressos	**13.842**	**5.326.721**	**-**	**1.780.881**	**7.121.444**
Encargos	**708.687**	**219.101**	**262.516**	**(1.594)**	**1.188.710**
Variação monetária e cambial	**32.826**	**310.339**	**(83.508)**	**(243.627)**	**16.030**
Marcação a valor justo	**1.672**	**26.621**	**-**	**-**	**28.293**
Transferências	**883.692**	**(883.692)**	**1.365.785**	**(1.365.785)**	**-**
Amortizações de principal	**(1.851.170)**	**-**	**(547.041)**	**-**	**(2.398.211)**
Pagamentos de juros	**(704.913)**	**-**	**(228.403)**	**-**	**(933.316)**
Custo de transação (a)	**5.229**	**(28.968)**	**2.098**	**(3.864)**	**(25.505)**
Ajuste a valor presente (b)	**19.150**	**-**	**-**	**-**	**19.150**
Saldos em 30 de setembro de 2026	**1.345.156**	**17.310.817**	**2.034.846**	**5.304.279**	**25.995.098**

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição; e

(b) Refere-se à movimentação do ajuste a valor presente das controladas indiretas Equatorial Piauí e Equatorial Goiás que, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

18.5. *Covenants* dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e suas controladas possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou ações e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, com o período de apuração trimestral nas controladas:

Equatorial Maranhão			
***Covenants* Empréstimos**	**Scotiabank**	**FINDEV**	**SMBC**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**1,8**	**1,8**	**1,8**

Equatorial Pará	
***Covenants* Empréstimos**	**BofA**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	**2,1**

Equatorial Alagoas		
***Covenants* Empréstimos**	**BofA**	**Scotiabank**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**2,7**	**2,7**

Equatorial Piauí		
***Covenants* Empréstimos**	**BofA**	**Scotiabank**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**2,7**	**2,7**

A Companhia é garantidora nos seguintes empréstimos e financiamentos nos quais a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

Gerais Saneamento	
***Covenants* Empréstimos**	**1ª emissão NC**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**3,1**

CEEE-D				
***Covenants* Empréstimos**	**BofA**	**Citibank**	**Santander**	**Scotiabank**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**3,1**	**3,1**	**3,1**	**3,1**

CEA		
***Covenants* Empréstimos**	**Scotiabank**	**Citibank**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**3,1**	**3,1**

Equatorial Goiás				
***Covenants* Empréstimos**	**BofA**	**Santander**	**Scotiabank**	**IFC**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**3,1**	**3,1**	**3,1**	**3,1**

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipuladas nos contratos.

Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem contratos financeiros junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, apurados anualmente com base em informações auditadas. Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia encontravam-se em conformidade com os limites estabelecidos contratualmente.

19. Debêntures

19.1. Composição do Saldo (Controladora)

	Custo da dívida (% a.a.)	30/09/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R$)				
CDI	0,72%	**8.900**	**1.500.000**	**1.508.900**
(-) Custo de transação		**(970)**	**(2.424)**	**(3.394)**
Total		**7.930**	**1.497.576**	**1.505.506**

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R$)				
CDI	0,72%	66.646	1.500.000	1.566.646
(-) Custo de transação		(970)	(3.152)	(4.122)
Total		**65.676**	**1.496.848**	**1.562.524**

19.2. Composição do saldo (Consolidado)

	Custo da dívida (% a.a.)	30/09/2026		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R$)				
IPCA	4,75% até 9,00%	**290.903**	**6.918.692**	**7.209.595**
CDI	-0,79% até 1,20%	**1.273.944**	**30.197.673**	**31.471.617**
Subtotal		**1.564.847**	**37.116.365**	**38.681.212**
(-) Custo de transação		**(67.903)**	**(487.521)**	**(555.424)**
Total		**1.496.944**	**36.628.844**	**38.125.788**

	Custo da dívida (% a.a.)	31/12/2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda Nacional (R$)				
IPCA	4,65% até 9,00%	55.779	4.986.190	5.041.969
CDI	-0,19% até 1,20%	915.906	28.034.189	28.950.095
Subtotal		971.685	33.020.379	33.992.064
(-) Custo de transação		(57.740)	(441.064)	(498.804)
Total		913.945	32.579.315	33.493.260

19.3. Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no período está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	65.676	1.496.848	1.562.524
Encargos	**164.332**	**-**	**164.332**
Transferências	**(728)**	**728**	**-**
Pagamento de juros	**(222.078)**	**-**	**(222.078)**
Custo de transação (a)	**728**	**-**	**728**
Saldos em 30 de setembro de 2026	**7.930**	**1.497.576**	**1.505.506**

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Consolidado

	Moeda Nacional		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	913.945	32.579.315	33.493.260
Ingressos	**-**	**4.250.000**	**4.250.000**
Encargos	**2.789.291**	**73.790**	**2.863.081**
Variação monetária e cambial	**17.099**	**532.251**	**549.350**
Marcação a valor justo	**-**	**(95.044)**	**(95.044)**
Transferências	**606.077**	**(606.077)**	**-**
Amortização do principal	**(102.335)**	**-**	**(102.335)**
Pagamento de juros	**(2.775.903)**	**-**	**(2.775.903)**
Custo de transação (a)	**48.770**	**(105.391)**	**(56.621)**
Saldos em 30 de setembro de 2026	**1.496.944**	**36.628.844**	**38.125.788**

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

19.4. Garantias

As debêntures das controladas podem contar com aval e/ou fiança da Equatorial S.A., na qualidade de controladora e garantidora. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva, recebíveis, direitos creditórios/emergentes, ações e equipamentos e direitos emergentes, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

19.5. Cronograma de amortização da dívida

Controladora

	30/09/2026	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**7.930**	**1%**
2028	**500.000**	**33%**
2029	**500.000**	**33%**
2030	**500.000**	**33%**
Subtotal	**1.500.000**	**100%**
Custo de transação/ ajuste a valor presente (não circulante)	**(2.424)**	**-**
Não circulante	**1.497.576**	**99%**
Total	**1.505.506**	**100%**

Consolidado

	30/09/2026	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**1.496.944**	**4%**
2027	**1.485.419**	**4%**
2028	**4.523.087**	**12%**
2029	**5.751.099**	**15%**
2030	**11.548.038**	**30%**
Após 2030	**13.808.723**	**36%**
Subtotal	**37.116.366**	**97%**
Custo de transação/ ajuste a valor presente (não circulante)	**(487.522)**	**-1%**
Não circulante	**36.628.844**	**96%**
Total	**38.125.788**	**100%**

19.6. *Covenants* das debêntures

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros com o período de apuração trimestral:

Equatorial S.A.					
***Covenants* debêntures**	**7ª debêntures**				
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	**3,1**				

Equatorial Pará					
***Covenants* debêntures**	**7ª debêntures**	**8ª debêntures**	**9ª debêntures**	**10ª debêntures**	**11ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**2,1**	**2,1**	**2,1**	**2,1**	**2,1**

Equatorial Maranhão					
***Covenants* debêntures**	**10ª debêntures**	**11ª debêntures**	**12ª debêntures**		
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	**1,8**	**1,8**	**1,8**		

Equatorial Piauí				
***Covenants* debêntures**	**3ª debêntures**	**4ª debêntures**	**5ª debêntures**	**6ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**2,7**	**2,7**	**2,7**	**2,7**

Equatorial Alagoas		
***Covenants* debêntures**	**1ª debêntures**	**2ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	**2,7**	**2,7**

A Companhia é garantidora nas seguintes emissões, na qual a apuração dos *covenants* se dá de forma consolidada, a saber:

***Covenants* debêntures**	**CEEE-D (1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª. 11ª debêntures)**	**CEA (2ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10 ª debêntures)**	**CSA (2ª debêntures)**	**EQTL GO (3ª, 4ª, 5ª, 6ª,7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª debêntures)**	**BARREIRAS (1ª debêntures)**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	**3,1**	**3,1**	**3,1**	**3,1**	**3,1**

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas mantiveram-se em cumprimento das obrigações contratuais previstas nas emissões de debêntures.

20. Impostos e contribuições a recolher (Consolidado)

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
ICMS	**814.485**	751.502
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	**241.270**	152.235
PIS e COFINS	**231.967**	244.892
Encargos sociais e outros	**76.389**	96.879
Outros	**221.420**	211.632
Total circulante	**1.585.531**	1.457.140
Não circulante		
ICMS	**95.580**	99.368
ICMS parcelamento – Equatorial Pará e CEEE-D	**1.830.857**	2.631.171
Outros	**96.175**	190.953
Total não circulante	**2.022.612**	2.921.492
Total	**3.608.143**	4.378.632

O saldo ICMS parcelamento oriundo da controlada CEEE-D está de acordo com o Instrumento Particular de Assunção de Obrigação de Pagamento de Dívidas e Outras Avenças, assinado em 07 de dezembro de 2020, em que a CEEE-D cedeu e transferiu à sua controladora, CEEE-Par, a obrigação de pagamento de débitos de ICMS no montante de R$ 2.778.735, mediante capitalização dos créditos correspondentes na CEEE-D. Esses débitos foram parcelados junto à SEFAZ/RS no Programa REFAZ Energia Elétrica (Decreto nº 55.577/2020), em 180 parcelas mensais atualizadas pela Selic, com possibilidade de redução de 60% dos juros e da multa em caso de quitação antecipada.

Em 30 de abril de 2026, a Companhia migrou R$ 911.460 desse parcelamento para o Programa de Transação Tributária Acordo Gaúcho (Lei Estadual nº 16.241/2024). O programa prevê redução de 75% dos juros e das multas, e a migração gerou benefício de R$ 354.583, reconhecido no resultado do período. Em 30 de setembro de 2026, o saldo de ICMS parcelado é de R$ 2.048.469, sendo R$ 1.909.466 do REFAZ e R$ 139.003 do Acordo Gaúcho. Ainda nos termos da transação celebrada, a liquidação do saldo ocorreu mediante pagamento de 40% em espécie, em quatro parcelas mensais, e quitação dos 60% remanescentes ocorrerá por meio de compensação com precatórios estaduais.

Na hipótese de a empresa optar pela quitação antecipada no âmbito do REFAZ Energia, os valores correspondentes são os apresentados a seguir:

	Parcelamentos sem descontos	Descontos	Parcelamentos com descontos
Principal	**1.054.559**	**-**	**1.054.559**
Multa	**210.912**	**(126.547)**	**84.365**
Juros	**782.998**	**(469.799)**	**313.199**
Total	**2.048.469**	**(596.346)**	**1.452.123**

20.1. Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	30/09/2026	
	Valor	%
Circulante	**241.270**	**12%**
2027	**23.475**	**1%**
2028	**81.197**	**4%**
2029	**86.349**	**4%**
2030	**145.971**	**7%**
Após 2030	**1.493.865**	**72%**
Não circulante	**1.830.857**	**88%**
Total ICMS parcelamento	**2.072.127**	**100%**

21. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

21.1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (Consolidado)

	30/09/2026	31/12/2025
Prejuízo fiscal	**1.695.392**	1.743.217
Base negativa	**563.864**	582.395
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	**757.552**	811.526
PECLD	**1.371.908**	1.254.910
Provisão para participação nos lucros	**62.426**	63.569
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	**(1.023.257)**	(978.954)
Provisão para pagamento baseado em ações	**69.624**	47.829
Receita /Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	**5.141**	5.401
Arrendamentos – CPC 06 (R2) /IFRS 16	**976**	980
Intangível – Concessão – Aquisição Equatorial Pará	**25.050**	24.900
Contingências e encargos da dívida – Aquisição EQTL PA, AL e PI	**48.573**	50.184
SWAP	**414.911**	191.320
Provisão laudo atuarial	**184.812**	171.315
AIC Reversível	**-**	73.546
Atualização do ativo financeiro VNR	**(1.521.549)**	(1.314.694)
Ajuste a valor presente	**(183.993)**	(192.749)
Reavaliação bens da concessão	**(8.762)**	(18.637)
Depreciação acelerada	**(408.481)**	(435.298)
Opção de compra de ações	**-**	(744)
Provisão para perdas de estoques	**68.208**	69.371
Contratos de comercialização	**39.491**	43.687
Marcação a mercado - valor justo	**(57.105)**	(40.282)
Variação monetária, cambial	**(186.975)**	(107.387)
Outras diferenças temporárias	**82.590**	23.447
Imposto diferido líquido	**2.000.396**	2.068.852
Ativo diferido líquido	**3.378.475**	3.402.456
Passivo diferido líquido	**(1.378.079)**	(1.333.604)

21.2. Movimentação dos tributos diferidos (Consolidado)

	Saldo em 31/12/2025	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Saldo em 30/09/2026	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Prejuízo fiscal	1.743.217	**(47.825)**	**-**	**1.695.392**	**1.695.392**	**-**
Base negativa	582.395	**(18.531)**	**-**	**563.864**	**563.864**	**-**
Provisão para riscos judiciais	811.526	**(53.974)**	**-**	**757.552**	**757.552**	**-**
PECLD	1.254.910	**116.998**	**-**	**1.371.908**	**1.371.908**	**-**
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	299.687	**27.256**	**-**	**326.943**	**326.943**	**-**
Provisão para participação nos lucros	63.569	**(1.143)**	**-**	**62.426**	**62.426**	**-**
Instrumentos financeiros - CPC 48/ IFRS 09	(978.954)	**(44.303)**	**-**	**(1.023.257)**	**-**	**(1.023.257)**
Provisão para pagamento baseado em ações	47.829	**21.795**	**-**	**69.624**	**69.624**	**-**
Receita /Custo de Construção – CPC 47/IFRS 15	5.401	**(260)**	**-**	**5.141**	**5.141**	**-**
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	980	**(4)**	**-**	**976**	**976**	**-**
Contingências e encargos da dívida - aquisição EQTL PA, AL e PI	50.184	**(1.611)**	**-**	**48.573**	**48.573**	**-**
SWAP	191.320	**191.403**	**32.188**	**414.911**	**414.911**	**-**
Variação monetária e cambial	(107.387)	**(79.588)**	**-**	**(186.975)**	**-**	**(186.975)**
Marcação a mercado – valor justo	(40.282)	**(16.823)**	**-**	**(57.105)**	**-**	**(57.105)**
Provisão para perdas de estoques	69.371	**(1.163)**	**-**	**68.208**	**68.400**	**(192)**
Provisão laudo atuarial	171.315	**3.764**	**9.733**	**184.812**	**184.812**	**-**
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.314.694)	**(206.855)**	**-**	**(1.521.549)**	**-**	**(1.521.549)**
Incorporação reversa da Enel Investimentos S.A.	(312.643)	**11.823**	**-**	**(300.820)**	**-**	**(300.820)**
Depreciação acelerada	(435.298)	**26.817**	**-**	**(408.481)**	**-**	**(408.481)**
Ajuste a valor presente	(192.749)	**8.756**	**-**	**(183.993)**	**25.934**	**(209.927)**
Intangível - Concessão - aquisição Equatorial Pará	24.900	**150**	**-**	**25.050**	**25.050**	**-**
Contratos de comercialização	43.687	**(4.196)**	**-**	**39.491**	**146.863**	**(107.372)**
Opção de compra de ações	(744)	**744**	**-**	**-**	**-**	**-**
AIC Reversível	73.546	**(73.546)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Reavaliação bens da concessão	(18.637)	**9.875**	**-**	**(8.762)**	**-**	**(8.762)**
Outras diferenças temporárias	36.403	**20.064**	**-**	**56.467**	**72.927**	**(16.460)**
Diferido líquido	2.068.852	**(110.377)**	**41.921**	**2.000.396**	**5.841.296**	**(3.840.900)**
Ativo diferido líquido	3.402.456			**3.378.475**		
Passivo diferido líquido	(1.333.604)			**(1.378.079)**		

21.3. Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido (Consolidado)

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, considerando a projeção de lucros tributáveis futuros, a Administração das controladas estimam que a realização dos créditos fiscais diferidos, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Equatorial Maranhão	**484.334**	**-**	**-**	**-**	**484.334**
Equatorial Pará	**728.921**	**-**	**-**	**-**	**728.921**
Equatorial Alagoas	**47.398**	**32.112**	**30.429**	**464.086**	**574.025**
Equatorial Piauí	**27.236**	**59.527**	**62.511**	**614.366**	**763.640**
Equatorial Goiás	-	**264.344**	**353.718**	**2.451.527**	**3.069.589**
Equatorial Serviços	**301**	**-**	**-**	**-**	**301**
Ativo bruto das controladas	**1.288.190**	**355.983**	**446.658**	**3.529.979**	**5.620.810**
PPA – Equatorial Pará, Alagoas e Piauí e Echo Participações	**12.840**	**12.840**	**12.840**	**181.966**	**220.486**
Total	**1.301.030**	**368.823**	**459.498**	**3.711.945**	**5.841.296**

21.4. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, está demonstrada a seguir:

Controladora

	01/07/2026 a 30/09/2026		01/01/2026 a 30/09/2026		01/07/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)		01/01/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**756.542**	**756.542**	**1.666.579**	**1.666.579**	283.096	283.096	1.699.854	1.699.854
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	**(189.136)**	**(68.089)**	**(416.645)**	**(149.992)**	(70.774)	(25.479)	(424.964)	(152.987)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	**204.274**	**73.539**	**455.151**	**163.855**	185.866	66.913	586.492	211.138
Adições (exclusões) de ativos fiscais não reconhecidos	**(2.825)**	**(763)**	**(26.895)**	**(9.080)**	(160)	510	(808)	628
Outras (adições) exclusões permanentes	**(11.442)**	**(4.617)**	**(11.063)**	**(4.587)**	(108.447)	(39.612)	(162.680)	(59.488)
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	**871**	**70**	**548**	**196**	6.485	2.332	(1.960)	(709)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	**871**	**70**	**-**	**-**	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	**-**	**-**	**548**	**196**	6.485	2.332	(1.960)	(709)
Alíquota efetiva	**-**	**-**	**-**	**-**	2%	1%		-

Consolidado

	01/07/2026 a 30/09/2026		01/01/2026 a 30/09/2026		01/07/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)		01/01/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	**1.048.564**	**1.048.564**	**2.714.042**	**2.714.042**	585.888	585.888	2.748.715	2.748.715
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	**(262.141)**	**(94.371)**	**(678.511)**	**(244.264)**	(146.472)	(52.730)	(687.179)	(247.384)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro								
Atualização de Indébito tributário	**13.231**	**4.763**	**85.298**	**30.707**	21.355	12.424	41.471	19.666
Juros sobre capital próprio	**(17.980)**	**(6.473)**	**(39.864)**	**(14.351)**	(5.976)	-	-	-
Incentivo PAT	**4.214**	**-**	**10.687**	**-**	8.856	-	8.856	-
Amortização da Mais Valia	**(6.024)**	**(2.168)**	**(25.837)**	**(9.301)**	(3.883)	(1.398)	(11.649)	(4.194)
(+) IRPJ Subvenção Governamental	**214.620**	**-**	**534.562**	**-**	120.822	-	398.566	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	**(1)**	**(2)**	**(51.362)**	**(18.535)**	2.735	672	1.955	2.739
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	**61.673**	**22.202**	**182.590**	**65.732**	(78.791)	(28.364)	(210.156)	(75.656)
Adições (exclusões) de ativos fiscais não reconhecidos	**(29.842)**	**(13.245)**	**(150.540)**	**(55.323)**	(9.231)	(2.794)	151.183	53.946
Outras adições permanentes	**22.734**	**12.241**	**(44.414)**	**(10.583)**	11.230	(1.677)	14.047	(1.037)
Diferença de presunção de base de lucro presumido	**(26.172)**	**(12.254)**	**(60.565)**	**(27.090)**	-	-	-	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	**426**	**-**	**680**	**-**	150	-	345	-
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	**(25.262)**	**(89.307)**	**(237.276)**	**(283.008)**	(79.205)	(73.866)	(292.560)	(251.919)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do período	**(57.425)**	**(97.013)**	**(162.572)**	**(247.335)**	(117.998)	(97.782)	(315.465)	(264.506)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do período	**32.163**	**7.706**	**(74.704)**	**(35.673)**	38.793	23.916	22.905	12.587
Alíquota efetiva	**-2%**	**-9%**	**-9%**	**-10%**	-14%	-13%	-11%	-9%

21.5. Impostos diferidos não reconhecidos

Determinadas controladas indiretas da Companhia não constituíram impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois estão em fase de afirmação do período de *turnaround* e, consequentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 30 de setembro de 2026, as controladas indiretas CEEE-D, CEA e CSA apresentaram o saldo de R$ 4.695.354 (R$ 4.723.445 em 31 de dezembro de 2025) a realizar na rubrica de impostos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscais e base negativa de contribuição social.

	30/09/2026		31/12/2025	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	**13.252.593**	**3.313.125**	12.726.134	3.181.533
Base negativa de CSLL	**13.255.3994**	**1.192.986**	12.726.079	1.145.348
Diferenças temporárias	**558.452**	**232.299**	1.166.363	396.564
Total de tributos diferidos	**27.066.444**	**4.738.410**	26.618.576	4.723.445

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

22. Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial – Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Pine S/A e Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação à sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Para esta última apelação, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório jurídico que conduz o processo, que, desde então, está sem movimentação. Quanto está apelação for concluída, espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

22.1. Composição da dívida

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Outras concessionárias	**8.651**	5.695
Credores financeiros (a)	**33.564**	27.821
Partes relacionadas	**179.426**	113.359
Total circulante	**221.641**	146.875
Não circulante		
Outras concessionárias	**79.639**	83.854
Credores financeiros (a)	**289.752**	308.158
Partes relacionadas	**608.331**	640.349
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	**(92.605)**	(101.287)
(-) Ajuste a valor presente (b)	**(41.354)**	(46.004)
Total não circulante	**843.763**	885.070
Total	**1.065.404**	1.031.945

(a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e

(b) Em 30 de setembro de 2026, o saldo era composto por: R$ 29.254 de empréstimos e financiamentos e R$ 12.100 de outras concessionárias (R$ 32.770 de empréstimos e financiamentos e R$ 13.234 de outras concessionárias em 31 de dezembro de 2025).

22.2. Cronograma de pagamento

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

	30/09/2026	
Vencimento	**Valor**	**%**
Circulante	**221.641**	**21%**
2028	**59.054**	**6%**
2029	**51.061**	**5%**
2030	**51.061**	**5%**
Após 2030	**816.546**	**77%**
Subtotal	**977.722**	**92%**
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	**(133.959)**	**-13%**
Não circulante	**843.763**	**79%**
Total	**1.065.404**	**100%**

22.3. Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	31/12/2025	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	Ajuste a valor presente	30/09/2026
Outras concessionárias	76.315	**3.770**	**-**	**-**	**(5.029)**	**1.134**	**76.190**
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	652.421	**34.051**	**-**	**-**	**-**	**8.680**	**695.152**
Credores financeiros	303.209	**4.141**	**7.390**	**(19.741)**	**(4.454)**	**3.517**	**294.062**
Total	1.031.945	**41.962**	**7.390**	**(19.741)**	**(9.483)**	**13.331**	**1.065.404**

23. Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração analisou as demandas judiciais e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	**2.085.432**	**240.983**	2.139.569	203.685
Fiscais	**177.949**	**228.926**	197.310	218.131
Trabalhistas	**2.112.369**	**357.111**	2.254.018	339.950
Regulatórias	**122.995**	**2.338**	118.357	2.204
Ambientais	**44.106**	**-**	40.480	-
Total	**4.542.851**	**829.358**	4.749.734	763.970
Circulante	**1.482.496**	**17.619**	1.551.426	24.063
Não circulante	**3.060.355**	**811.739**	3.198.308	739.907

Movimentação dos processos no período

	31/12/2025	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	30/09/2026
Cíveis	2.139.569	**150.304**	**(251.025)**	**(63.414)**	**109.998**	**2.085.432**
Fiscais	197.310	**817**	**(475)**	**(10.066)**	**(9.637)**	**177.949**
Trabalhistas	2.254.018	**133.272**	**(388.688)**	**(52.276)**	**166.043**	**2.112.369**
Regulatórias	118.357	**136**	**(6.579)**	**(423)**	**11.504**	**122.995**
Ambientais	40.480	**-**	**-**	**(45)**	**3.671**	**44.106**
Total	4.749.734	**284.529**	**(646.767)**	**(126.224)**	**281.579**	**4.542.851**

(1) Contingências provisionadas no período;
(2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(3) Reversões realizadas no período; e
(4) Engloba as atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic e as reversões das referidas atualizações quando aplicável.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No período findo em 30 de setembro de 2026, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são partes em processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	30/09/2026	31/12/2025
Cíveis	**2.539.547**	2.542.117
Fiscais	**399.191**	591.260
Trabalhistas	**353.070**	363.591
Regulatórias	**1**	11
Total	**3.291.809**	3.496.979

24. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema 69 da Repercussão Geral), o Supremo Tribunal Federal definiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com modulação dos efeitos da decisão a partir de 15 de março de 2017, considerando o ICMS destacado nas notas fiscais.

Em atendimento a essa decisão e conforme a Lei nº 14.385/22, as controladas da Companhia reconheceram créditos tributários relativos aos valores pagos indevidamente, bem como os correspondentes passivos regulatórios, considerando que os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica são repassados integralmente aos consumidores.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324 e, em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento ratificando a constitucionalidade da referida Lei. Contudo, foram opostos embargos de declaração pela ABRADEE, atualmente pendentes de apreciação, os quais discutem aspectos relevantes da operacionalização da decisão, tais como a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido, a forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial, entre outros pontos de ambiguidade.

Nesse sentido, a Administração monitora continuamente os desenvolvimentos jurídicos e regulatórios do tema, a fim de garantir o reconhecimento e a avaliação tempestiva de quaisquer impactos que possam alterar as estimativas contábeis atualmente registradas.

Os saldos passivos são amortizados via CVA, em atendimento à nota técnica nº 9/2021–FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária ocorridos a cada ciclo. Os valores passivos constituídos pelas controladas da Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação do período, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.958.336
Complemento de créditos tributários	**-**
Incremento do principal	**185.761**

Atualização monetária	**274.754**
Compensação	**(416.607)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**2.002.244**

	30/09/2026				
	Equatorial Piaui	**Equatorial Alagoas**	**CEEE-D**	**Equatorial Goiás**	**Total**
Circulante	**622**	**-**	**158.859**	**497.992**	**657.473**
Não circulante	**-**	**160.751**	**394.950**	**789.070**	**1.344.771**
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**622**	**160.751**	**553.809**	**1.287.062**	**2.002.244**

	31/12/2025				
	Equatorial Piaui	**Equatorial Alagoas**	**CEEE-D**	**Equatorial Goiás**	**Total**
Circulante	3.992	-	86.609	367.877	458.478
Não circulante	-	159.065	154.801	1.185.992	1.499.858
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	3.992	159.065	241.410	1.553.869	1.958.336

25. Outras contas a pagar (Consolidado)

	30/09/2026	**31/12/2025**
Circulante		
Devolução a consumidores	**120.751**	159.494
Convênios de arrecadação	**291.496**	269.195
Créditos de geração distribuída (a)	**732.399**	865.011
Cauções	**291.906**	239.686
Provisão para ressarcimento	**239.240**	229.036
Neutralidade PIS/COFINS	**-**	55.859
Devolução 4ª Tranche PLPT	**65.940**	83.172
Outras contas a pagar	**436.166**	373.261
Total circulante	**2.177.898**	2.274.714
Não circulante		
Parcelamento – ANEEL	**240.376**	218.183
Provisão para desmobilização	**501.667**	488.869
Provisão para ressarcimento	**196.538**	143.151
Phantom - liquidação caixa (b)	**142.408**	98.736
Adiantamento de clientes	**55.966**	73.659
Devolução a consumidores	**32.562**	32.559
Outras contas a pagar	**134.802**	140.379
Total não circulante	**1.304.319**	1.195.536
Totais	**3.482.217**	3.470.250

(a) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 30 – Custos com energia elétrica; e

(b) A variação do saldo no período decorre, principalmente, do reconhecimento de novas parcelas do plano de *Phantom Shares* e da reavaliação do passivo remanescente, após pagamentos efetuados no encerramento do exercício de 2025, relacionados ao exercício de direitos pelos beneficiários.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

Em 30 de setembro de 2026, o capital social é R$ 22.178.154 (R$ 22.169.281 em 31 de dezembro de 2025), o capital autorizado é de 1.500.000.000 de ações e sua composição de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2026		31/12/2025	
Acionistas	**ON**	**%**	**ON**	**%**
Opportunity	**126.397.320**	**10,04%**	126.397.320	10,04%
Squadra Investimentos	**57.650.288**	**4,58%**	57.650.288	4,58%
Canada Pension Plan	**57.556.847**	**4,57%**	57.556.847	4,57%
BlackRock	**125.673.503**	**9,98%**	57.299.125	4,55%
Demais minoritários	**889.092.316**	**70,83%**	960.116.217	76,26%
Total	**1.256.370.274**	**100%**	1.259.019.797	100%

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia aprovou R$ 8.873 de aumento de capital decorrente do exercício das opções previstas no Quinto Plano de Opção de Compra de Ações, com a emissão de 418.750 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

26.2. Reservas de capital

Esta reserva é constituída, em parte: (i) pelas opções outorgadas reconhecidas, por meio da deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10 (R1) /IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações; e (ii) pelos efeitos de alterações na participação relativa da controladora sobre uma controlada, que não resultam em perda de controle, conforme determina o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. Em 30 de setembro de 2026, o saldo desta reserva era de R$ 1.459.480 (R$ 1.798.082 em 31 de dezembro de 2025).

26.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 30 de setembro de 2026, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial era R$ 11.411 (R$ 91.155 em 31 de dezembro de 2025), contemplando, principalmente, efeitos de benefícios pós-emprego e de instrumentos financeiros derivativos. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação de ativos/passivos a que elas se referem.

26.4. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir concilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Numerador				
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Companhia	**757.483**	**1.667.323**	468.901	2.098.670
Denominador (em milhares)				
1. Média ponderada de ações no cálculo do LPA básico	**1.256.187**	**1.256.589**	1.254.726	1.251.873
2. Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	**1.257.330**	**1.257.792**	1.255.525	1.252.672
Lucro do período básico por lote de mil ações - R$	**0,60300**	**1,32686**	0,37371	1,67642
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R$	**0,60245**	**1,32559**	0,37347	1,67536

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
(i) Fator de diluição				
3. Quantidade de Ações *Stock Options* (5º Plano) e *Matching Shares*	**2.969**	**2.969**	2.489	2.489
4. Diluição	**1.143**	**1.203**	799	799
Média ponderada de ações no cálculo do LPA diluído	**1.257.330**	**1.257.792**	1.255.525	1.252.672

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)
Lucro líquido do período atribuível de operações em continuidade	**757.483**	**1.667.323**	291.913	1.697.185
Lucro líquido do período atribuível de operações em descontinuidas	**-**	**-**	176.988	401.485
Lucro do período básico por lote de mil ações - R$ (operações em continuidade)	**0,60300**	**1,32686**	0,23265	1,35572
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R$ (operações em continuidade)	**0,60245**	**1,32559**	0,23250	1,35485
Lucro do período básico por lote de mil ações - R$ (operações descontinuadas)	**-**	**-**	0,14106	0,32071
Lucro do período diluído por lote de mil ações - R$ (operações descontinuadas)	**-**	**-**	0,14097	0,32050

26.5. Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações detidas pela Companhia. Em 15 de maio de 2024, a Companhia aprovou Programa de Recompra de Ações com o objetivo prioritário atender ao Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano de *Matching Shares*"). No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia realizou recompra de ações próprias no montante de R$ 136.746 e venda de ações em tesouraria no montante de R$26.274, resultando em um aumento líquido de R$ 110.473 no saldo da rubrica. Em decorrência dessas movimentações, o saldo de ações em tesouraria em 30 de setembro de 2026 é de R$ 234.185, correspondente a 3.068.273 ações ordinárias de emissão da Companhia (R$ 123.712 em 31 de dezembro de 2025, correspondente a 895.716 ações ordinárias de emissão da Companhia), registrado em conta redutora do patrimônio líquido.

27. Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

27.1. Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Movimentação durante o período

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Em opções	**30/09/2026**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**31/12/2025**
Existentes em 1º de janeiro	**1.692.200**	**-**	4.887.168	-
Exercidas durante o período/exercício	**(268.750)**	**-**	(344.550)	-
Encerramento durante o período/exercício	**-**	**-**	(2.850.418)	-
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	**160.950**	**22,12**	354.700	22,67
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	**65.000**	**22,08**	80.000	22,64
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	**862.500**	**25,34**	882.500	25,73
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	**335.000**	**29,72**	375.000	30,11
Existentes ao fim do período/exercício	**1.423.450**	**26,34**	1.692.200	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de setembro de 2026 era de 3,79 anos e 31 de dezembro de 2025 era de 4,13 anos. Não houve novas outorgas durante os períodos/exercícios encerrados em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para o período e exercício findos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Premissas	30/09/2026	31/12/2025
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R$)	**11,51**	12,53
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	**25,84**	31,46
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	**10,36**	10,85
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	**3,79**	4,13
Média ponderada do preço das ações (R$)	**26,34**	30,98
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de setembro de 2026, de R$ 1.794 (reversão de R$ 2.539 em 30 de setembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

27.2. Plano de outorga de "*Phantom Shares*"

A Companhia possui três contratos ativos de "*Phantom shares*" referente aos anos de 2023 e 2025 e 2026.

O valor justo da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia e as suas controladas fizeram jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

Companhia e suas controladas

Em ações	Número de ações 30/09/2026	Valor justo médio ponderado 30/06/2026	Número de ações 31/12/2025	Valor justo médio ponderado 31/12/2025
Existentes em 1° de janeiro	**4.552.681**	**38,41**	3.818.496	-
Cancelamento/transferência (a)	**(152.526)**	**-**	(595.296)	31,60
Outorgadas durante o período/exercício	**1.975.111**	**-**	2.391.981	-
Pagamentos	**(1.047.250)**	**-**	(1.062.500)	-
Existentes ao fim do período/exercício	**5.328.016**	**45,58**	**4.552.681**	**38,59**

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O Plano de 2019 esteve atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários tiveram direito de receber, do qual dependeu da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto vinculado às suas metas de performance. As quantidades de ações para esse plano puderam variar conforme o desempenho, sendo multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O referido plano foi encerrado em maio de 2026.

Para os planos de 2023, 2025 e 2026, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o período findo em 30 de setembro de 2026, foi reconhecida uma despesa de R$ 112.803 para a Companhia e suas controladas, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R$ 42.717 em 30 de setembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

27.3. Plano de Outorga de "*Matching Shares*"

As Ações *Matching Shares* referentes ao Programa de 2024 serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do total em cada data de aniversário da outorga. A entrega ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados de cada data de cumprimento do respectivo período de carência.

As Ações *Matching Shares* referentes aos Programas de 2025 e 2026 foram entregues aos participantes na Data de Outorga, permanecendo bloqueadas até o cumprimento do respectivo período de carência. O desbloqueio ocorrerá em até 60 (sessenta) dias contados da data de cumprimento da carência.

O valor justo por ação para cálculo da despesa é equivalente à média ponderada por volume de negociação em Reais das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à Data de Outorga ou ao preço do pregão no dia anterior à Data de Outorga, o que for menor.

Companhia e suas controladas

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
Em ações	**30/09/2026**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**31/12/2025**
Existentes em 1° de janeiro	**1.035.050**	**31,77**	363.018	31,12
Outorgadas durante o período/exercício	**1.166.583**	**39,65**	682.640	32,22
Encerradas durante o período/exercício	**(642.323)**	**40,44**	(10.608)	-
Canceladas durante o período/exercício	**(14.094)**	**-**	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 1º Plano	**234.347**	**31,12**	352.410	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2º Plano	**668.546**	**32,22**	682.640	32,22
Existentes ao fim do período/exercício 3º Plano	**642.323**	**40,44**	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	**1.545.216**	**35,44**	1.035.050	31,77

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no período findo em 30 de setembro de 2026 foi de R$ 14.973 (R$ 7.162 em 30 de setembro de 2025) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

28. Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Distribuição				
Receita de distribuição	**11.810.517**	**33.330.156**	10.040.293	28.719.531
Remuneração financeira WACC (a)	**67.292**	**583.886**	427.369	1.183.910
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	**519.996**	**1.966.399**	1.200.714	2.303.612
Subvenção CDE – outros (c)	**802.095**	**2.378.083**	741.650	2.030.744
Subtotal Fornecimento de energia elétrica	**13.199.900**	**38.258.524**	12.410.026	34.237.797
Suprimento de energia elétrica (d)	**250.014**	**652.214**	380.717	728.263
Receita pela disponibilidade - uso da rede	**1.011.320**	**3.112.843**	869.562	2.537.156
Receita de construção (e)	**2.556.279**	**7.619.712**	2.932.014	7.858.467
Atualização do ativo financeiro	**10.495**	**659.121**	41.905	593.264
Outras receitas (f)	**511.968**	**1.650.931**	405.046	1.024.963
Subtotal	**4.340.076**	**13.694.821**	4.629.244	12.742.113
Subtotal distribuição	**17.539.976**	**51.953.345**	17.039.270	46.979.910
Saneamento				
Abastecimento de água e serviços de esgoto	**32.719**	**96.283**	26.433	78.496
Receita de construção	**14.487**	**35.635**	14.135	62.324
Outras receitas	**1.506**	**4.053**	1.721	5.069
Subtotal saneamento	**48.712**	**135.971**	42.289	145.889
Geração				
Receita com venda de energia	**463.907**	**1.120.486**	429.185	1.129.559
Outras receitas	**3.723**	**12.443**	(513)	14.501
Subtotal geração	**467.630**	**1.132.929**	428.672	1.144.060
Outros				
Receita de comercialização	**644.191**	**1.755.199**	825.177	1.831.705
Outras receitas	**76.695**	**130.181**	43.803	113.485
Subtotal outros	**720.886**	**1.885.380**	868.980	1.945.190
Receita operacional bruta	**18.777.204**	**55.107.625**	18.379.211	50.215.049
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	**(2.460.749)**	**(7.108.673)**	(2.142.716)	(6.038.155)
PIS e COFINS corrente	**(1.198.560)**	**(3.410.773)**	(1.035.296)	(2.931.827)
PIS e COFINS diferido	**(1.069)**	**10.190**	(2.150)	(4.194)
Encargos do consumidor	**(110.137)**	**(319.751)**	(107.229)	(297.848)
ISS	**(4.902)**	**(14.534)**	(4.196)	(12.513)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (g)	**(1.276.026)**	**(3.887.375)**	(1.105.359)	(2.894.854)
Penalidades DIC/FIC e outras	**(81.471)**	**(243.231)**	(174.750)	(375.279)
Outros	**(122)**	**(436)**	(1.487)	(4.802)
Deduções da receita operacional	**(5.133.036)**	**(14.974.583)**	(4.573.183)	(12.559.472)
Receita operacional líquida	**13.644.168**	**40.133.042**	13.806.028	37.655.577

(a) A redução decorre da renovação do contrato de concessão das Controladas indiretas Equatorial Maranhão e Equatorial Pará que resultou na redução do saldo do ativo financeiro da concessão após a bifurcação dos ativos, reduzindo, consequentemente, a base de incidência da remuneração financeira;

(b) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos , principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL; (ii) variações dos financeiros amortizados; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente de reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) efeito da CVA da Bandeira Faturada;

(c) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário nas controladas. Essa variação decorre, principalmente, pelo registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos, a partir de 2023. Além do crescimento do subsídio dos consumidores do sistema de compensação, destacamos o crescimento do subsídio dos consumidores livres que compram energia de fonte incentivada;

(d) A receita de suprimento de energia elétrica reduziu no período em comparação ao mesmo período anterior, devido a redução do volume de energia vendida que passou de 1.282.747 MWh em 2025 para 636.922 MWh em 2026, resultando em uma apuração menor de receitas nas vendas desse mercado;

(e) Ver explicação do custo de construção, conforme nota explicativa nº 29 - Custos do serviço e despesas operacionais;

(f) A variação decorre, principalmente, da adesão da controlada CEEE-D ao Programa de Transação Tributária "Acordo Gaúcho", em abril de 2026, no montante de R$ 354.583, conforme descrito na Nota 20 – Impostos e contribuições a recolher e R$ 80.816 que ocorreu pela compensação de precatórios estaduais; e

(g) A variação apresentada refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, devido a atualização dos valores estabelecidos pela Resolução Homologatória nº 3.564, de 09 de dezembro de 2025 e REH nº 3.484 de 15 de julho de 2025, a qual definiu as quotas da CDE USO e CDE GD aplicáveis ao exercício de 2026 em valores superiores aos vigentes em 2025. O aumento verificado para 2026 reflete, entre outros fatores, a necessidade de recomposição dos recursos da CDE para cobertura de subsídios tarifários, encargos associados à geração distribuída, programas sociais (como a Tarifa Social de Energia Elétrica) e outros custos regulatórios definidos pela agência reguladora.

29. Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	01/07/2026 a 30/09/2026					01/01/2026 a 30/09/2026				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(147.080)	(53.086)	(226.749)	-	(426.915)	(458.923)	(163.826)	(643.472)	-	(1.266.221)
Material	(41.953)	(11.726)	(5.186)	-	(58.865)	(105.304)	(34.622)	(13.595)	-	(153.521)
Serviços de terceiros	(336.859)	(233.403)	(136.571)	-	(706.833)	(1.051.248)	(689.165)	(308.065)	-	(2.048.478)
Custo com Energia elétrica – Nota explicativa nº 30	(5.879.203)	-	-	-	(5.879.203)	(17.625.123)	-	-	-	(17.625.123)
Custo de construção – Distribuição	(2.556.279)	-	-	-	(2.556.279)	(7.619.712)	-	-	-	(7.619.712)
Custo de construção – Saneamento	(14.487)	-	-	-	(14.487)	(35.635)	-	-	-	(35.635)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(198.102)	(198.102)	-	-	-	(578.317)	(578.317)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC (a)	-	-	52.970	(51.997)	973	-	-	(21.902)	(93.528)	(115.430)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(30.709)	-	(30.709)	-	-	(121.766)	-	(121.766)
Depreciação/Amortização	(541.280)	-	(347.777)	-	(889.057)	(1.873.445)	-	(804.337)	-	(2.677.782)
Subvenção CCC	(40.059)	-	-	-	(40.059)	(118.931)	-	-	-	(118.931)
Outros	(41.238)	(3.741)	(7.562)	(582)	(53.123)	(127.964)	(15.199)	(53.745)	(10.784)	(207.692)
Total	(9.598.438)	(301.956)	(701.584)	(250.681)	(10.852.659)	(29.016.285)	(902.812)	(1.966.882)	(682.629)	(32.568.608)

	01/07/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)					01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(145.250)	(51.657)	(171.561)	-	(368.468)	(383.871)	(155.402)	(477.961)	-	(1.017.234)
Material	(36.092)	(8.228)	(5.926)	-	(50.246)	(111.751)	(24.362)	(18.608)	-	(154.721)
Serviços de terceiros	(301.189)	(233.342)	(189.424)	-	(723.955)	(946.829)	(668.812)	(508.558)	-	(2.124.199)
Custo com Energia elétrica – Nota explicativa nº 30	(6.635.718)	-	-	-	(6.635.718)	(17.030.615)	-	-	-	(17.030.615)
Custo de construção – Distribuição	(2.932.014)	-	-	-	(2.932.014)	(7.858.467)	-	-	-	(7.858.467)
Custo de construção – Saneamento	(14.135)	-	-	-	(14.135)	(62.324)	-	-	-	(62.324)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do contas a receber - nota explicativa nº 6.2	-	-	-	(145.954)	(145.954)	-	-	-	(451.041)	(451.041)
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	-	-	(12.718)	15.824	3.106	-	-	(8.754)	(70.002)	(78.756)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(42.644)	-	(42.644)	-	-	285.591	-	285.591
Depreciação/Amortização	(510.425)	-	(142.764)	-	(653.189)	(1.649.236)	-	(530.784)	-	(2.180.020)
Subvenção CCC	(25.553)	-	-	-	(25.553)	(79.498)	-	-	-	(79.498)
Outros	(34.732)	(12.746)	(13.696)	11.181	(49.993)	(117.134)	(23.191)	(42.083)	12.065	(170.343)
Total	(10.635.108)	(305.973)	(578.733)	(118.949)	(11.638.763)	(28.239.725)	(871.767)	(1.301.157)	(508.978)	(30.921.627)

(a) Para fins de consolidado, no período findo em 30 de setembro de 2026, além do valor proveniente da despesa de provisão do FUNAC no valor de R$ 24.231, foi contabilizada a reversão da despesa referente a realização de processos do FUNAC contidos no PPA no valor de R$ 2.329.

30. Custos com energia elétrica (Consolidado)

	01/07/2026 a 30/09/2026		01/01/2026 a 30/09/2026	
	GWh (*)	R$	GWh (*)	R$
Suprimentos de energia elétrica – Geração (a)	181	216.322	1.369	119.146
Suprimentos de energia elétrica – Distribuição (b)	13.734	(4.216.961)	39712	(12.443.179)
Suprimentos de energia elétrica - Comercialização	2.455	(609.157)	6.932	(1.653.578)
Energia comprada para revenda	16.370	(4.609.796)	48.013	(13.977.611)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição de energia e transmissão de dados	-	(1.269.407)	-	(3.647.512)
Total	16.370	(5.879.203)	48.013	(17.625.123)

	01/07/2025 a 30/09/2025		01/01/2025 a 30/09/2025	
	GWh (*)	R$	GWh (*)	R$
Suprimentos de energia elétrica – Geração	422	(117.306)	1.221	(297.228)
Suprimentos de energia elétrica - Distribuição	13.791	(4.635.756)	40.255	(11.762.329)
Suprimentos de energia elétrica - Comercialização	3.750	(746.948)	9.163	(1.640.899)
Energia comprada para revenda	17.963	(5.500.010)	50.639	(13.700.456)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição de energia e transmissão de dados	-	(1.135.708)	-	(3.330.159)
Total	17.963	(6.635.718)	50.639	(17.030.615)

(a) No Ambiente de Contratação Livre (ACL), as SPEs possuem volumes de energia contratados com clientes. Quando a geração é restringida por *curtailment*, essas controladas adquirem energia no mercado para honrar esses contratos. A compensação prevista na Lei nº 15.269/2025 e na Portaria MME nº 140/2026 tem a finalidade de recompor esse custo já incorrido. Por essa razão, é reconhecida como redução do custo de energia comprada, e não como receita. No período findo em 30 de setembro de 2026, o montante reconhecido no resultado de custos com energia a esse título foi de R$ 229.320; e

(b) A rubrica compreende principalmente aos custos com a contratação de energia no ambiente regulado, o efeito do risco hidrológico, os encargos setoriais e a energia de curto prazo. As variações no período são explicadas a seguir: (i) Volume contratado: o volume de energia contratado para atendimento do mercado aumentou 3,19% em relação ao mesmo período do ano anterior, com reflexo nos custos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD);(ii) Cotas de garantia física e risco hidrológico: além dos custos dos Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), a rubrica inclui os custos associados ao risco hidrológico, que aumentaram R$ 49.081 no período em razão das condições hidrológicas desfavoráveis; (iii) Encargos setoriais: a elevação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), de Energia de Reserva (EER) e de Reserva de Capacidade (ERCAP) decorreu do maior despacho de usinas térmicas e dos maiores custos de contratação de energia e potência para garantir a segurança e a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN); e (iv) Energia de curto prazo: no acumulado findo em 30 de setembro de 2026, a variação foi de R$ 1.122.272, em razão do aumento das despesas relacionadas à contratação por disponibilidade e às operações no Mercado de Curto Prazo.

31. Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Ganho/ (Perdas) pela desativação de bens e direitos (a)	**(248.294)**	**(634.370)**	(259.606)	(434.671)
Indenização por danos a terceiros	**(8.216)**	**(26.051)**	(5.126)	(15.680)
Provisão (Reversão) de provisão para perda de estoque (b)	**(12.982)**	**51.064**	(29.713)	(41.986)
Reversão de baixa de recebíveis incobráveis	**(4.848)**	**(51.562)**	(11.713)	(61.215)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(117.320)**	**(148.297)**	(35.295)	6.841
Total	**(391.660)**	**(809.216)**	(341.453)	(546.711)

(a) O aumento das perdas de desativação decorre, principalmente na controlada indireta Equatorial Pará, refere-se ao crescimento de 73% na quantidade de obras baixadas no comparativo entre os trimestres. Esse movimento resultou em um aumento de 63% na quantidade de ativos desativados, o que elevou, de forma significativa, os custos associados à desativação no período.

(b) A Companhia e suas controladas realizam avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão; e

32. Resultado financeiro

Controladora

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos financeiros (a)	**39.176**	**92.298**	11.029	52.772
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(2.526)**	**(5.611)**	(1.071)	(6.819)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**-**	**8.866**	-	54.707
Rendimento de aval (d)	**3.971**	**11.924**	4.255	80.088
Outras receitas financeiras	**11.925**	**19.823**	7.694	12.590
Total de receitas financeiras	**52.546**	**127.300**	21.907	193.338
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	**(56.179)**	**(165.060)**	(160.208)	(429.674)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**-**	**(2.190)**	(25.930)	(44.772)
Outras despesas financeiras	**(1.320)**	**(4.585)**	(391)	(16.733)
Total de despesas financeiras	**(57.499)**	**(171.835)**	(186.529)	(491.179)
Efeito líquido total	**(4.953)**	**(44.535)**	(164.622)	(297.841)

Consolidado

	01/07/2026 a 30/09/2026	01/01/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendimentos financeiros (a)	**345.213**	**1.090.592**	416.843	1.047.985
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(33.397)**	**(106.847)**	(34.477)	(90.107)
Atualização de valores a receber parcela A e itens financeiros	**223.433**	**559.970**	127.611	282.904
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**20.479**	**973.014**	(197.859)	314.534
Acréscimo moratório de energia vendida	**117.630**	**384.773**	120.027	399.676
Receita financeira de AVP	**16.822**	**41.975**	12.247	40.972
Variação monetária e cambial (c)	**624**	**557.033**	284.567	1.266.374
Marcação a valor justo da dívida	**(417.183)**	**382.654**	112.797	263.663
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores - nota explicativa nº 24	**2.072**	**4.975**	14.730	22.444
Reversão de PECLD sobre Juros de mora de contas a receber – nota explicativa nº 6.2	**7.105**	**11.765**	1.798	3.122
Outras receitas financeiras	**104.389**	**458.546**	99.386	263.943
Total de receitas financeiras	**387.187**	**4.358.450**	957.670	3.815.510
Despesas financeiras				
Encargos da dívida	**(1.485.127)**	**(4.015.582)**	(1.326.021)	(3.607.988)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	**(11.253)**	**(2.260.379)**	(680.577)	(2.468.080)
Atualização de valores a devolver parcela A e itens financeiros	**(101.998)**	**(259.280)**	(82.299)	(255.014)
Variação monetária e cambial (c)	**(4.307)**	**(1.129.802)**	(90.161)	(705.799)
Marcação a valor justo da dívida	**(48.333)**	**(315.905)**	94.389	(4.615)
Despesa financeira de AVP	**(12.330)**	**(51.956)**	(32.047)	(79.648)
Atualização de contingências	**(69.968)**	**(209.292)**	(61.565)	(59.775)
Descontos concedidos	**(22.309)**	**(67.078)**	(30.426)	(74.433)
PECLD sobre Juros de mora de contas a receber – nota explicativa nº 6.2	**(7.336)**	**(12.950)**	(4.989)	(8.190)
Perda esperada sobre componentes financeiros de créditos (e)	**(15.100)**	**(30.040)**	(40.200)	(40.200)
Juros, multas s/ impostos	**(143.650)**	**(143.650)**	(50.245)	(123.961)
Impairment - Créditos especiais – FUNAC- nota explicativa nº 10.2	**(40.659)**	**(55.931)**	11.909	8.369
Outras despesas financeiras	**(22.791)**	**(578.139)**	(219.911)	(674.397)
Total de despesas financeiras	**(1.985.161)**	**(9.129.984)**	(2.512.143)	(8.093.731)
Resultado financeiro líquido	**(1.597.974)**	**(4.771.534)**	(1.554.473)	(4.278.221)

(a) Na Controladora, o aumento da receita de aplicações financeiras em relação ao mesmo período de 2025 decorre principalmente do maior saldo de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras no período. No Consolidado, o aumento reflete principalmente o maior saldo médio de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras. Também contribuiu a variação do CDI acumulado, que foi de 10,50% em 2026, ante 10,37% em 2025;

(b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, das operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No período findo em 30 de setembro de 2026, foi reconhecida despesa financeira líquida em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 5,84% (de R$ 5,50 para R$ 5,18). Essa queda foi inferior à de 14,11% registrada no mesmo período de 2025 (de R$ 6,19 para R$ 5,32), o que reduziu a perda com os swaps cambiais. Esse efeito foi parcialmente compensado pela maior desvalorização do euro, que apresentou queda de 9,13% em 2026 (de R$ 6,47 para R$ 5,88), ante 3,03% em 2025 (de R$ 6,43 para R$ 6,24), e pelo custo dos swaps de IPCA para CDI. O resultado dos swaps é compensado pela variação cambial das dívidas protegidas.

(c) A variação monetária e cambial decorre, principalmente, da atualização monetária das dívidas indexadas ao IPCA e da variação cambial sobre as dívidas em moeda estrangeira. No período findo em 30 de setembro de 2026, o Consolidado registrou despesa financeira líquida. A atualização monetária das dívidas superou o ganho cambial gerado pela queda do dólar, de 5,84% (de R$ 5,50 para R$ 5,18), e do euro, de 9,13% (de R$ 6,47 para R$ 5,88). No mesmo período de 2025, foi registrada receita financeira líquida, em razão da queda mais acentuada do dólar, de 14,11% (de R$ 6,19 para R$ 5,32). A variação cambial das dívidas em moeda estrangeira é compensada pelo resultado das operações de swap contratadas para sua proteção.

(d) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre as controladas (Contratantes) e a Companhia (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos; e

(e) Referente a PECLD sobre a atualização financeira calculada sobre o saldo de Créditos Especiais – Aguardando ressarcimento, conforme detalhado na nota explicativa nº 10.2 - Movimentação do saldo de Créditos Especiais – Ativo FUNAC.

33. Instrumentos financeiros

33.1. Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 18.5 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 19.6 – *Covenants* das debêntures.

33.2. Estratégia de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas realizam *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

33.3. Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido. A Companhia e suas controladas adotam o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia e suas controladas adotam índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nocional, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos

33.4. Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Para o período findo em 30 de setembro de 2026 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito no item a seguir.

(a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 estão identificados conforme a seguir:

Controladora			30/09/2026		31/12/2025	
Ativo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**5.253**	**5.253**	932.901	932.901
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações	3	Valor justo por meio do resultado	-	-	2.190	2.190
Total do ativo			**5.253**	**5.253**	935.091	935.091

			30/09/2026		31/12/2025	
Passivo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Fornecedores	-	Custo amortizado	**5.008**	**5.008**	4.138	4.138
Debêntures	-	Custo amortizado	**1.505.506**	**1.509.543**	1.562.524	1.579.445
Total do passivo			**1.510.514**	**1.514.551**	**1.566.662**	**1.583.583**

Consolidado			30/09/2026		31/12/2025	
Ativo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	**5.515.151**	**5.515.151**	8.546.907	8.546.907
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	**10.881.871**	**10.881.871**	10.315.564	10.315.564
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	**2.452.901**	**2.452.901**	1.813.458	1.813.458
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	**333.186**	**333.186**	349.930	349.930
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**25.209**	**25.209**	24.027	24.027
Instrumentos financeiros derivativos – opção de compra de ações	3	Valor justo por meio do resultado	**-**	**-**	2.190	2.190
Ativo financeiro de concessão – Distribuidoras	3	Valor justo por meio do resultado	**5.770.900**	**5.770.900**	19.135.756	19.135.756
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	**240.220**	**240.220**	243.233	243.233
Total do ativo			**25.219.438**	**25.219.438**	40.431.065	40.431.065

			30/09/2026		31/12/2025	
Passivo	**Níveis**	**Categoria dos instrumentos financeiros**	**Contábil**	**Valor justo**	**Contábil**	**Valor justo**
Fornecedores	-	Custo amortizado	**4.709.179**	**4.709.179**	4.993.623	4.993.623
Fornecedores – risco sacado (convênio)	-	Custo amortizado	**406.003**	**406.003**	458.432	458.432
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	**22.928.746**	**22.707.734**	18.176.834	18.236.053
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	**3.066.352**	**3.066.352**	2.801.669	2.801.669
Debêntures	-	Custo amortizado	**25.505.563**	**24.489.874**	24.158.665	23.707.289
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	**12.620.225**	**12.620.225**	9.334.595	9.334.595
Valores a pagar da recuperação judicial	-	Custo amortizado	**1.065.404**	**1.209.331**	1.031.945	1.170.608
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	**466.257**	**466.257**	339.685	339.685
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	**1.528.910**	**1.528.910**	635.151	635.151
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	**95.916**	**108.778**	100.132	112.884
AICs Ressarcíveis	3	Valor justo por meio do resultado	**-**	**-**	14.948	14.948
Compromissos futuros	2	Valor justo por meio do resultado	**192.413**	**192.413**	146.151	146.151
Total do passivo			**72.584.968**	**71.505.056**	62.191.830	61.951.088

33.5. Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

33.5.1. Controladora (Opção de compra)

Em 05 de novembro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de acordo de investimento entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), com a interveniência e anuência da controlada Equatorial Energia Distribuição S.A. (“Equatorial Distribuição”), regulando os termos e condições gerais para a realização de um investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais do capital social. Em 21 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”), regulando os termos e condições

para a realização de um novo investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 21 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de um novo acordo de investimento entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), regulando os termos e condições para a realização do investimento, pelo Itaú, na Equatorial Distribuição, através da subscrição e integralização de ações preferenciais classe C e adicional de ações preferenciais classe B do capital social da Equatorial Distribuição.

Com a conclusão do novo investimento, o Itaú Unibanco S.A. passou a ser titular da totalidade das ações preferenciais (Classe A, B e C) representativas de 25,79% do capital social total da Equatorial Distribuição, e a Equatorial S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações ordinárias representativas de 74,21% do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 11 de novembro de 2025, a Companhia realizou o exercício parcial das opções de compra junto ao Itaú, no montante de R$ 2.000.000, sendo R$ 392.000 na Classe A e R$ 1.608.000 na Classe B. Com o exercício parcial das opções de compra, a Equatorial S.A. passou a ser titular de parte das ações ordinárias (Classe A, B e C) representativas de 90,42% do capital social total da Equatorial Distribuição, e o Itaú Unibanco S.A., por sua vez, sendo titular da totalidade das ações preferenciais representativas de 9,58% do capital social da Equatorial Distribuição.

Em 05 de janeiro de 2026, a Companhia exerceu a totalidade da opção de compra para aquisição das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição, representativas, na data do exercício, respectivamente, de aproximadamente 1,66% do capital social da Equatorial Distribuição, pelo valor de R$ 28.212, e de aproximadamente 2,75% do capital social da Equatorial Distribuição, pelo valor de R$ 144.629.

Nos termos do Acordo de Acionistas Equatorial Distribuição, a totalidade das ações preferenciais classe A e classe B foi convertida em ações ordinárias, de forma que, com a conclusão da operação: (i) a Equatorial Distribuição passou a ter seu capital social composto por ações ordinárias e ações preferenciais classe C, as quais passaram a ser denominadas apenas como ações preferenciais; (ii) a Companhia manteve-se titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da Equatorial Distribuição, as quais passaram a representar aproximadamente 95,53% do capital social total da Equatorial Distribuição; e (iii) o Itaú manteve-se titular de ações preferenciais que passaram a representar aproximadamente 4,47% do capital social total da Equatorial Distribuição.

Adicionalmente, a Companhia e o Itaú celebraram, em 05 de janeiro de 2026, o quarto aditivo ao Acordo de Acionistas Equatorial Distribuição, o qual regula os direitos e obrigações da Companhia e do Itaú na qualidade de únicos acionistas da Equatorial Distribuição, para refletir os ajustes decorrentes do exercício integral da opção de compra das ações preferenciais classe A e classe B, e a subsequente conversão da totalidade das ações preferenciais classe A e classe B de emissão da Equatorial Distribuição em ações ordinárias.

A Companhia detém um direito de recompra da totalidade das ações preferenciais (Classes A, B e C) da Equatorial Distribuição que pode ser exercida entre 31 de março de 2026 a 31 de março de 2030. O preço da compra, se a opção for exercida, será: o valor de R$ 1.000.000 corrigido por 105% do CDI desde 22 de dezembro de 2023 até 10 novembro de 2025, e corrigido por 100% do CDI a partir de 11 de novembro de 2025, até a data do exercício da opção de compra. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, estando no controle da Companhia o exercício ou não deste direito.

Destaca-se que os direitos e obrigações da Equatorial S.A. e do Itaú Unibanco S.A., na qualidade de acionistas da Equatorial Distribuição, foram disciplinados por meio de acordo de investimento e acordo de acionistas celebrados entre as partes aditados de tempos em tempos.

A desproporcionalidade dos dividendos em relação à participação no capital social levaria a Companhia a exercer a opção mesmo em cenários na qual o valor das ações reduzisse, ou seja, em situações nas quais a Companhia obtivesse prejuízo no exercício da *call*. Tal efeito não é capturado tradicionalmente no cálculo de uma opção de compra.

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, que podem ser assim resumidos:

		Valor justo	
Objetivo de proteção de risco de mercado	**Indexadores**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Opção de compra de ações			
Itaú Unibanco	100% do CDI	-	2.190
Ativo não circulante		-	2.190

(a) Mensuração a valor justo

A mensuração do valor justo deste instrumento é baseada em dados não observáveis uma vez que o preço da compra, caso incorrido pela Companhia, é calculado sobre o valor do aporte do acionista minoritário acrescido pela correção de cada classe, reduzido dos dividendos distribuídos aos minoritários.

Em 30 de setembro de 2026, não há montante da posição favorável do valor justo das opções de compra (derivativo embutido) (R$ 2.190 em 31 de dezembro de 2025), reconhecido como instrumento financeiro de nível 3, conforme segue:

Técnicas de valorização	**Valor justo - opção de compra de ações (resultado) em 30/09/2026**	***Inputs* significativos não observáveis**	**Sensibilidade dos *inputs* ao valor justo**
Método de fluxo de caixa descontado	-	Dividendos (*)	+10% (aumento no valor justo de R$99.575) -10% (redução no valor justo de R$99.575)

(*) Projeção de dividendos a serem recebidos pelas ações PN da controlada Equatorial Distribuição S.A. até 31 de março de 2030.

33.5.2. Consolidado

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia, diretas e indiretas, possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

										30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025
Controladas	**Tipo**	**Risco**	**Vencimento do Último contrato**	**Moeda da Contratação**	**Conversão da Taxa**	**Valor contratado (Moeda Estrangeira)**	**Valor contratado (R$)**	**Intervalo de Custos Ponta Ativa**	**Intervalo de Custos Ponta Passiva**	**Total**	**Total**	**Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA**	**Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA**
Equatorial Pará	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	10/12/2027	US$	-	50.000	300.000	*6,01% a.a.*	*CDI + 1,09% a.a.*	(70.160)	(26.054)	(3.394)	21.849
Equatorial Pará	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	20/07/2029	CNY	-	266.454	200.000	*2,20% a.a.*	*CDI + 0,90% a.a.*	(66)	-	(1.622)	-
Equatorial Pará	Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	15/01/2038	R$	IPCA - CDI	-	3.575.000	*De IPCA + 6,57% a.a. até IPCA + 7,75% a.a.*	*De CDI - 0,79% a.a. até CDI + 0,38% a.a.*	(170.500)	(90.366)	-	28.960
Equatorial Maranhão	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	31/03/2033	US$	-	174.367	975.143	*De 5,26% a.a. até 5,88% a.a.*	*De CDI + 0,61% a.a. até CDI + 1,36% a.a.*	(119.076)	(48.788)	(31.978)	12.509
Equatorial Maranhão	Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	15/08/2043	R$	IPCA - CDI	-	1.225.449	*De IPCA + 6,65% a.a. até IPCA + 7,52% a.a.*	*De CDI + 0,04% a.a. até CDI + 0,29% a.a.*	(75.630)	(46.933)	-	49.249
Equatorial Piauí	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	08/08/2028	US$	-	167.236	933.630	*De 4,87% a.a. até 6,24% a.a.*	*De CDI + 1,00% a.a. até CDI + 1,62% a.a.*	(122.002)	(50.475)	(16.558)	20.753
Equatorial Piauí	Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	15/08/2043	R$	IPCA - CDI	-	2.120.000	*De IPCA + 6,57% a.a. até IPCA + 7,52% a.a.*	*De CDI - 0,79% a.a. até CDI + 0,41% a.a.*	(59.414)	(37.427)	-	26.468
Equatorial Alagoas	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	15/09/2032	US$	-	312.984	1.765.977	*De 4,87% a.a. até 6,45% a.a. | De SOFR + 1,80% a.a. até SOFR + 2,10% a.a.*	*De CDI + 0,82% a.a. até CDI + 1,62% a.a.*	(212.079)	(87.824)	(21.027)	11.317
Equatorial Alagoas	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	30/12/2030	EUR	-	25.590	167.028	*EURIBOR + 1,50% a.a.*	*CDI + 0,80% a.a.*	(21.147)	(3.609)	(668)	-
Equatorial Alagoas	Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	15/08/2043	R$	IPCA - CDI	-	504.000	*De IPCA + 6,36% a.a. até IPCA + 7,71% a.a.*	*De CDI - 0,19% a.a. até CDI + 0,74% a.a.*	(23.758)	(19.274)	-	11.496
CEEE-D	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	27/04/2029	US$	-	268.000	1.313.060	*De 4,74% a.a. até 6,79% a.a. | SOFR + 1,09% a.a.*	*De CDI + 0,98% a.a. até CDI + 1,85% a.a.*	(1.538)	89.329	(35.341)	11.228
CEEE-D	Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	15/08/2043	R$	IPCA - CDI	-	1.650.000	*De IPCA + 6,56% a.a. até IPCA + 7,71% a.a.*	*De CDI - 0,02% a.a. até CDI + 1,08% a.a.*	(117.622)	(77.817)	-	77.660
CEA	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	24/08/2028	US$	-	91.288	510.000	*2,52% a.a. | SOFR + 1,10% a.a.*	*De CDI + 0,99% a.a. até CDI + 1,85% a.a.*	(36.107)	(464)	(3.030)	16.038
CEA	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	11/07/2027	EUR	-	92.830	600.000	*3,61% a.a.*	*CDI + 0,92% a.a.*	(78.597)	(40.443)	1.617	(5.188)
CEA	Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	15/08/2043	R$	IPCA - CDI	-	617.000	*De IPCA + 7,06% a.a. até IPCA + 7,91% a.a.*	*De CDI - 0,02% a.a. até CDI + 0,59% a.a.*	(32.029)	(19.533)	-	4.218
Equatorial Goiás	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	15/06/2036	US$	-	255.000	1.350.805	*De 4,64% a.a. até 6,08% a.a. | SOFR + 2,00% a.a.*	*De CDI + 0,66% a.a. até CDI + 1,20% a.a.*	(73.414)	(21.771)	(18.779)	1.040
Equatorial Goiás	Juros	Dívidas indexadas ao IPCA	15/08/2043	R$	IPCA - CDI	-	5.760.000	*De IPCA + 6,49% a.a. até IPCA + 7,71% a.a.*	*De CDI - 0,79% a.a. até CDI + 0,36% a.a.*	(272.180)	(129.934)	-	168.604
Equatorial Serviços	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	17/06/2027	US$	-	14.799	80.000	*SOFR + 2,76% a.a.*	*CDI + 1,48% a.a.*	(1.903)	699	60	689

Equatorial Serviços	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	10/02/2028	CNY	-	59.335	45.000	*2,33% a.a.*	*CDI + 0,99% a.a.*	(465)	-	(235)	-
Equatorial Telecom	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	28/12/2026	US$	-	3.495	20.000	*SOFR + 2,33% a.a.*	*CDI + 1,71% a.a.*	(1.253)	(918)	49	325
Echoenergia Participacões S.A.	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	23/09/2027	US$	-	18.802	100.000	*5,60% a.a.*	*CDI + 0,90% a.a.*	(14.761)	478	(2.312)	(324)
Ribeiro Goncalves Solar SPE Holding S.A.	Câmbio	Dívidas em Moeda estrangeira	24/04/2025	US$	-	-	-	*De 6,77% a.a. até 7,30% a.a.*	*De CDI + 0,98% a.a. até CDI + 1,70% a.a.*	-	-	-	(6.923)
Subtotal (Controladas)										**(1.503.701)**	**(611.124)**	**(133.218)**	**449.968**
Subtotal (Companhia – nota explicativa nº 29.4.1)										-	2.190		
Total (Companhia e controladas)							**23.812.092**			**(1.503.701)**	**(608.934)**		
Ativo circulante										25.209	19.470		
Ativo não circulante										-	6.747		
Passivo circulante										(149.476)	(14.283)		
Passivo não circulante										(1.379.434)	(620.868)		
Efeito líquido total										**(1.503.701)**	**(608.934)**		

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

33.6. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria avalia e monitora as exposições de risco da Companhia, acompanhando a forma como a Administração monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco e a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. A área de gestão de riscos e controles internos realiza revisões regulares nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria

Para o período findo em 30 de setembro de 2026, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

34. Demonstrações dos fluxos de Caixa

34.1. Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Consolidado	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	**1.372.055**
Transferências entre ativo contratual e intangível	**5.389.629**
Transferências entre ativo financeiro e intangível	**15.360.965**
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores	**209.197**
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**496.160**
Total atividades de investimentos	**22.828.006**
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos, juros e mútuos	**128.881**
Hedge accounting de fluxo de caixa	**109.863**
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	**7.277**
Total atividades de financiamento	**246.021**
Total	**23.074.027**

34.2. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Controladora				
	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	30/09/2026
Debêntures	1.562.524	-	(222.078)	165.060	1.505.506
Dividendos a pagar	142.737	(92)	-	-	142.645
Ações em tesouraria	(123.712)	(110.473)	-	-	(234.185)
Capital social	22.169.281	8.873	-	-	22.178.154
Total	23.750.830	(101.692)	(222.078)	165.060	23.592.120

	Consolidado						
	31/12/2025	Fluxo de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrenda-mentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	30/09/2026
Empréstimos e financiamentos	20.978.503	4.690.401	(932.972)	-	-	1.259.166	25.995.098
Debêntures	33.493.260	4.042.274	(2.775.903)	-	-	3.366.157	38.125.788
Instrumentos financeiros derivativos	635.151	-	(516.083)	-	109.863	1.299.979	1.528.910
Compromissos futuros	146.151	-	-	-	-	46.262	192.413
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.031.945	(19.741)	(9.186)	-	-	62.386	1.065.404
Passivo de arrendamento	100.132	(16.257)	(3.851)	7.277	-	8.615	95.916
Capital social	22.169.281	8.873	-	-	-	-	22.178.154
Dividendos a pagar	336.887	(624.344)	-	-	-	434.000	146.543
Ações em tesouraria	(123.712)	(110.372)	-	-	-	(101)	(234.185)
Total	78.767.598	7.970.834	(4.237.995)	7.277	109.863	6.476.464	89.094.041

(*) A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do período. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

35. Operações descontinuadas

Em 04 de abril de 2025, a Companhia aprovou o plano de desinvestimento no Grupo Transmissão, anunciando para o mercado o evento por meio de fato relevante. Em 31 de outubro de 2025, a transação foi concluída após o atendimento de condições precedentes e a Companhia passou a apresentar o resultado do segmento de transmissão como operações descontinuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

O resultado das operações descontinuadas para os períodos de três e noves meses findos em 30 de setembro de 2025 está demonstrado a seguir:

	01/07/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)			
	SPEs de 1 a 6 e SPE 8	Equatorial Transmissão	Eliminações	Total
Operações descontinuadas				
Receita operacional líquida	339.068	-	-	339.068
Custos dos serviços prestados	(23.314)	-	-	(23.314)
Lucro bruto	315.754	-	-	315.754
Despesas gerais e administrativas	(2.455)	(72.222)	9.441	(65.236)
Resultado da equivalência patrimonial	-	265.955	(265.955)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	1.358	(523)	-	835
Total de receitas (despesas) operacionais	(1.097)	193.210	(256.514)	(64.401)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	314.657	193.210	(256.514)	251.353
Receitas financeiras	41.835	25.815	(3.203)	64.447
Despesas financeiras	(68.233)	(18.542)	3.203	(83.572)
Resultado financeiro	(26.398)	7.273	-	(19.125)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	288.259	200.483	(256.514)	232.228
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(19.533)	-	-	(19.533)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(32.497)	-	(3.210)	(35.707)
Impostos sobre o lucro	(52.030)	-	(3.210)	(55.240)
Lucro líquido do período	236.229	200.483	(259.724)	176.988

	01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)			
	SPEs de 1 a 6 e SPE 8	Equatorial Transmissão	Eliminações	Total
Operações descontinuadas				
Receita operacional líquida	993.939	-	-	993.939
Custos dos serviços prestados	(68.370)	-	-	(68.370)
Lucro bruto	925.569	-	-	925.569
Despesas gerais e administrativas	(8.402)	(218.399)	28.322	(198.479)
Resultado da equivalência patrimonial	-	479.954	(479.954)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	2.626	(544)	-	2.082
Total de receitas (despesas) operacionais	(5.776)	261.011	(451.632)	(196.397)
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	919.793	261.011	(451.632)	729.172
Receitas financeiras	112.168	72.839	(12.683)	172.324
Despesas financeiras	(286.460)	(72.581)	12.683	(346.358)
Resultado financeiro	(174.292)	258	-	(174.034)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	745.501	261.269	(451.632)	555.138
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(40.929)	-	-	(40.929)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(103.095)	-	(9.629)	(112.724)
Impostos sobre o lucro	(144.024)	-	(9.629)	(153.653)
Lucro líquido do período	601.477	261.269	(461.261)	401.485

Conforme previsto no CPC 31/IFRS 5 - CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, as demonstrações do resultado referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 foram ajustadas e reapresentadas para fins de comparabilidade, de modo a refletir o segmento operacional do Grupo Transmissão como operações descontinuadas.

	01/07/2025 a 30/09/2025	Reclassificação	01/07/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)	01/01/2025 a 30/09/2025	Reclassificação	01/01/2025 a 30/09/2025 (reapresentado)
Operações em continuidade	14.145.096	339.068	13.806.028	38.649.516	993.939	37.655.
Receita de implementação de infraestrutura, O&M e outras, líquidas	13.810.005	3.977	13.806.028	37.664.736	9.159	37.655.
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	335.091	335.091	-	984.780	984.780	
Receita operacional líquida	14.145.096	339.068	13.806.028	38.649.516	993.939	37.655.
Energia elétrica comprada para revenda	(6.635.718)	-	(6.635.718)	(17.030.615)	-	(17.030.6
Custo de construção	(2.946.149)	-	(2.946.149)	(7.920.791)	-	(7.920.7
Custo da operação	(1.076.555)	(23.314)	(1.053.241)	(3.356.689)	(68.370)	(3.288.3
Custos de energia elétrica, construção e operação	(10.658.422)	(23.314)	(10.635.108)	(28.308.095)	(68.370)	(28.239.7
Lucro bruto	3.486.674	315.754	3.170.920	10.341.421	925.569	9.415.
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com vendas	(305.973)	-	(305.973)	(871.767)	-	(871.7
Despesas gerais e administrativas	(643.969)	(65.236)	(578.733)	(1.499.636)	(198.479)	(1.301.1
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(118.949)	-	(118.949)	(508.978)	-	(508.9
Resultado da equivalência patrimonial	314.549	-	314.549	839.697	-	839.(
Outras despesas operacionais, líquidas	(340.618)	835	(341.453)	(544.629)	2.082	(546.1
Total de receitas (despesas) operacionais	(1.094.960)	(64.401)	(1.030.559)	(2.585.313)	(196.397)	(2.388.9
Resultado antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	2.391.714	251.353	2..140.361	7.756.108	729.172	7.026.9
Receitas financeiras	1.022.117	64.447	957.670	3.987.834	172.324	3.815.
Despesas financeiras	(2.595.715)	(83.572)	(2.512.143)	(8.440.089)	(346.358)	(8.093.7
Resultado financeiro	(1.573.598)	(19.125)	(1.554.473)	(4.452.255)	(174.034)	(4.278.2
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	818.116	232.228	585.888	3.303.853	555.138	2.748.
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(235.313)	(19.533)	(215.780)	(620.900)	(40.929)	(579.9
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	27.002	(35.707)	62.709	(77.232)	(112.724)	35.4
Impostos sobre o lucro	(208.311)	(55.240)	(153.071)	(698.132)	(153.653)	(544.4
Lucro das operações em continuidade	609.805	176.988	432.817	2.605.721	401.485	2.204.2
Operações descontinuadas						
Resultado das operações descontinuadas	-	(176.988)	176.988	-	(401.485)	401.4
Lucro líquido do período	609.805	-	609.805	2.605.721		2.605.
Resultado atribuível aos:						
Acionistas da controladora	468.901	-	468.901	2.098.670	-	2.098.(
Acionistas não controladores	140.904	-	140.904	507.051	-	507.
Lucro líquido do período	609.805	-	609.805	2.605.721	-	2.605.

Nas demonstrações do resultado da controladora, o resultado de equivalência patrimonial do Grupo Transmissão, que totalizaram R$ 176.988 no período de três meses findos em 30 de setembro de 2025 e R$ 401.485 no período de noves meses findos em 30 de setembro de 2025, foram reclassificados e passam a serem apresentados como resultado de operações descontinuadas.

A demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas para o período findo em 30 de setembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	30/09/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do período	401.485
Ajuste para:	
Amortização e depreciação	2.125
Amortização do direito de concessão	213.795
Remuneração de ativo contratual	(1.002.203)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	336.030
Rendimentos de aplicações financeiras	(119.595)
Outros	161.538
	(6.825)
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:	
Contas a receber de clientes	835.068
Outros	62.795
Caixa proveniente das atividades operacionais	897.863
Rendimentos de aplicações financeiras	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.952)
Juros pagos/recebidos	(140.521)
	(178.473)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	712.565
Fluxo de caixa de atividades de investimento	
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(214.878)
Aplicações financeiras	(360.943)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(575.821)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	
Amortização de debêntures e empréstimos e financiamentos	(238.927)
Dividendos pagos	(745.140)
Outros	176.589
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(807.478)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(670.734)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.034.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	363.977
Redução em caixa e equivalentes de caixa	(670.734)

36. Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

A Companhia optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços. Desta forma, os segmentos econômicos em que atua são: Distribuição, Geração, Serviços[i], Saneamento e Administração[ii], cujas informações das operações por segmento estão conforme a seguir:

	01/07/2026 a 30/09/2026							01/01/2026 a 30/09/2026						
					Conciliação							Conciliação		
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Administração	Eliminações	Total	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Administração	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	12.548.807	441.341	666.822	45.636	-	(58.438)	13.644.168	37.345.190	1.062.976	1.784.156	126.770	-	(186.050)	40.133.042
Custos e despesas operacionais	(9.672.810)	99.737	(691.250)	(41.685)	(185.944)	58.438	(10.433.514)	(28.478.205)	(239.173)	(1.896.434)	(123.708)	(435.070)	186.050	(30.986.540)
Depreciação/amortização	(735.184)	(63.551)	(8.191)	(3.657)	(222)	-	(810.805)	(2.141.088)	(216.345)	(24.559)	(8.623)	(669)	-	(2.391.284)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.140.813	477.527	(32.619)	294	(186.166)	-	2.399.849	6.725.897	607.458	(136.837)	(5.561)	(435.739)	-	6.755.218
Receita financeira	284.674	46.630	(351)	1.898	59.626	(5.290)	387.187	4.077.518	144.625	16.213	4.207	135.277	(19.390)	4.358.450
Despesa financeira	(1.635.970)	(84.425)	32.699	(26.094)	(276.661)	5.290	(1.985.161)	(8.184.643)	(440.067)	(17.980)	(116.293)	(390.391)	19.390	(9.129.984)
Resultado financeiro	(1.351.296)	(37.795)	32.348	(24.196)	(217.035)	-	(1.597.974)	(4.107.125)	(295.442)	(1.767)	(112.086)	(255.114)	-	(4.771.534)
Resultado de participações societárias	-	-	(49.012)	-	1.441.214	(1.145.513)	246.689	-	-	(173.547)	-	3.549.305	(2.645.400)	730.358
Imposto de renda e contribuição social	(64.635)	(40.733)	(10.070)	-	869	-	(114.569)	(420.391)	(91.849)	(8.596)	-	552	-	(520.284)
Lucro líquido do período	724.882	398.999	(59.353)	(23.902)	1.038.882	(1.145.513)	933.995	2.198.381	220.167	(320.747)	(117.647)	2.859.004	(2.645.400)	2.193.758

	01/07/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)							01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)						
					Conciliação							Conciliação		
	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Administração	Eliminações	Total	Distribuição	Geração	Serviços e Comercialização	Saneamento	Administração	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	12.609.822	397.936	830.963	39.681	-	(72.374)	13.806.028	34.759.368	1.075.188	1.901.337	138.043	-	(218.359)	37.655.577
Custos e despesas operacionais	(10.341.388)	(208.952)	(824.158)	(44.261)	(80.367)	72.374	(11.426.752)	(26.941.439)	(552.269)	(1.847.693)	(145.063)	(262.747)	218.359	(29.530.852)
Depreciação/amortização	(487.690)	(75.290)	(7.436)	(1.730)	(199)	-	(572.345)	(1.686.818)	(225.864)	(20.807)	(3.402)	(595)	-	(1.937.486)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	1.780.744	113.694	(631)	(6.310)	(80.566)	-	1.806.931	6.131.111	297.055	32.837	(10.422)	(263.342)	-	6.187.239
Receita financeira	888.713	42.348	6.638	1.207	24.153	(5.389)	957.670	3.561.740	111.125	24.308	3.913	196.800	(82.376)	3.815.510
Despesa financeira	(2.160.622)	(124.120)	(6.367)	(40.180)	(186.243)	5.389	(2.512.143)	(7.029.357)	(482.238)	(29.435)	(144.723)	(490.354)	82.376	(8.093.731)
Resultado financeiro	(1.271.909)	(81.772)	271	(38.973)	(162.090)	-	(1.554.473)	(3.467.617)	(371.113)	(5.127)	(140.810)	(293.554)	-	(4.278.221)
Resultado de participações societárias	-	(613)	(14.547)	-	713.634	(371.463)	327.011	-	(927)	(35.059)	-	3.779.629	(2.903.946)	839.697
Imposto de renda e contribuição social	(127.990)	(18.181)	(8.679)	-	8.198	-	(146.652)	(448.740)	(61.073)	(31.180)	-	(3.486)	-	(544.479)
Lucro líquido do período	380.845	13.128	(23.586)	(45.283)	479.176	(371.463)	432.817	2.214.754	(136.058)	(38.529)	(151.232)	3.219.247	(2.903.946)	2.204.236

	30/09/2026						
					Conciliação		
	Distribuição	Geração	Serviços [i] e Comercialização	Saneamento	Administração [ii]	Eliminações	Total
Ativos operacionais	92.353.731	13.195.619	1.503.620	1.075.712	47.413.717	(35.034.332)	120.508.067
Passivos operacionais	75.528.159	6.543.659	694.522	1.502.715	7.690.157	(1.041.613)	90.917.599

	31/12/2025						
					Conciliação		
	Distribuição	Geração	Serviços [i] e Comercialização	Saneamento	Administração [ii]	Eliminações	Total
Ativos operacionais	87.271.320	13.030.328	1.400.878	1.038.059	40.341.531	(33.478.172)	109.603.944
Passivos operacionais	71.464.546	6.641.308	692.028	1.400.530	2.722.073	(1.644.488)	81.275.997

[i] "Serviços" diz respeito às atividades de serviços fornecidos pela Equatorial Serviços S.A., Equatorial Telecomunicações S.A., Equatorial Renováveis S.A., E-Nova Geração Distribuída S.A., e Equatorial Engenharia e Construções S.A. Para mais informações, consultar nota explicativa nº 11.2 - Informações das controladas; e

[ii] "Administração" refere-se aos serviços de Administração Central decorrentes da operação de *holding*, bem como compartilhamento de pessoal e infraestrutura, fornecidas pelas empresas Equatorial Energia Distribuição S.A., Equatorial Participações e Investimentos S.A., Equatorial Participações e Investimentos II S.A., Equatorial Participações e Investimentos III S.A. e Equatorial S.A. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 11.2 – Informações das controladas.

36.1. Receita operacional por segmento

	01/07/2026 a 30/09/2026						01/01/2026 a 30/09/2026					
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	Total	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	Total
Suprimento de energia elétrica	250.014	-	-	-	-	250.014	652.214	-	-	-	-	652.214
Fornecimento de energia elétrica	13.199.900	-	644.191	-	-	13.844.091	38.258.524	-	1.755.199	-	-	40.013.723
Receita de construção	2.556.279	-	-	14.488	-	2.570.767	7.619.712	-	-	35.635	-	7.655.347
Receita pela disponibilidade - uso da rede	1.026.570	-	-	-	(15.250)	1.011.320	3.145.412	-	-	-	(32.569)	3.112.843
Receita com venda de energia	-	463.907	-	-	-	463.907	-	1.120.486	-	-	-	1.120.486
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	32.719	-	32.719	-	-	-	96.283	-	96.283
Outras receitas	522.463	3.723	112.059	1.505	(35.364)	604.386	2.310.052	12.443	259.280	4.053	(129.099)	2.456.729
Total da receita bruta	17.555.226	467.630	756.250	48.712	(50.614)	18.777.204	51.985.914	1.132.929	2.014.479	135.971	(161.668)	55.107.625

	01/07/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)						01/01/2025 a 30/09/2025 (Reapresentado)					
	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	Total	Distribuição	Geração	Serviços	Saneamento	Eliminações	Total
Suprimento de energia elétrica	380.716	-	-	-	-	380.716	728.263	-	-	-	-	728.263
Fornecimento de energia elétrica	12.181.331	-	825.177	-	-	13.006.508	33.614.999	-	1.831.705	-	-	35.446.704
Receita de construção	2.932.014	-	-	14.135	-	2.946.149	7.858.468	-	-	62.324	-	7.920.792
Receita pela disponibilidade - uso da rede	874.495	-	-	-	(4.933)	869.562	2.551.596	-	-	-	(14.440)	2.537.156
Receita com venda de energia	-	429.185	-	-	-	429.185	-	1.129.559	-	-	-	1.129.559
Abastecimento de água e serviços de esgoto	-	-	-	26.433	-	26.433	-	-	-	78.496	-	78.496
Outras receitas	675.647	(513)	104.123	1.721	(60.320)	720.658	2.241.024	14.501	296.850	5.069	(183.365)	2.374.079
Total da receita bruta	17.044.203	428.672	929.300	42.289	(65.253)	18.379.211	46.994.350	1.144.060	2.128.555	145.889	(197.805)	50.215.049

(a) Receita operacional distribuição

A Companhia optou evidenciar as informações por segmentos econômicos por Unidade Federativa em que atua no setor de distribuição* de energia:

	30/09/2026							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	**5.696.712**	**9.335.028**	**3.276.121**	**2.827.003**	**5.114.698**	**9.596.800**	**1.498.828**	**37.345.190**

	30/09/2025							
	Maranhão	Pará	Piauí	Alagoas	Rio Grande do Sul	Goiás	Amapá	Total
Receita operacional líquida	4.994.622	8.917.069	3.041.861	2.560.408	4.601.804	9.308.049	1.335.555	34.759.368

* As controladas distribuidoras possuem sedes operacional e administrativa nas respectivas Unidades Federativas em que atuam.

37. Compromissos futuros

37.1. Compromissos futuros de energia

A controlada direta, Echoenergia Crescimento e a controlada indireta Equatorial Renováveis, operam no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmaram contratos de compra e venda de energia bilateralmente com suas contrapartes. Estas transações resultaram em ganhos e perdas para o Grupo, que foram reconhecidas pelos seus valores justos no resultado do período.

Em 30 de setembro de 2026, os contratos de venda e compra de energia futura (*trading*) totalizam os montantes, respectivamente, de R$ 240.220 e R$ 192.413, em recebíveis e obrigações.

	30/09/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas				
Echoenergia Crescimento	**3.539**	**2.798**	7.662	6.735
Equatorial Renováveis	**236.681**	**189.615**	235.571	139.416
Total	**240.220**	**192.413**	243.233	146.151
Circulante	**184.403**	**183.200**	171.622	117.971
Não circulante	**55.817**	**9.213**	71.611	28.180

37.2. Contratos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Energia contratada	2026 a 2046	5.200.715	15.675.519	15.866.520	186.017.175
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2046	14.005.202	53.508.267	53.068.766	523.738.057

(*) estimado em 09 anos após 2029.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2029*
Sistema isolado	2026 a 2029	631.463	201.228	190.883	636.833
Sistema isolado (MhW)	2026 a 2029	293.808	102.814	77.593	379.739
Encargos de uso do sistema de transmissão (CUST/CCT) e distribuição (CUSD)	2026 a 2046	82.853	125.735	129.667	268.979
Contratos de operação e manutenção	2026 a 2046	63.814	140.453	149.407	932.596

(*) estimado em 11 anos após 2029.

38. Eventos subsequentes

Equatorial Goiás

Reajuste tarifário
Por meio de reunião da Diretoria da ANEEL, em 20 de outubro de 2026, foi aprovado o Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Equatorial Goiás, com efeito médio de 7,25% a ser percebido pelos consumidores, sendo de 7,22% para os consumidores conectados em Alta Tensão e de 7,26% para os consumidores conectados em Baixa Tensão, com vigência a partir de 22 de outubro de 2026.

Liberação de recursos da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais

Em 5 de novembro de 2026, ocorreu a liberação de recursos da 2ª Emissão de Notas Comerciais da Equatorial Goiás, no montante total de R$ 600.000, com prazo de 6 meses, amortização do principal e pagamento de juros em parcela única na Data de Vencimento, prevista para 30 de abril de 2027. Os recursos da emissão serão destinados à gestão ordinária da Companhia.

Equatorial Maranhão

Captação de empréstimo
Em 29 de outubro de 2026, ocorreu o desembolso de operação de empréstimo no exterior pela Equatorial Maranhão, nos termos da Lei nº 14.286/2021 (antiga Lei nº 4.131), junto ao Bank of America (BofA), no montante de R$ 355.000, com prazo de até 36 meses, amortização bullet e pagamento de juros anuais. A operação contempla a contratação de derivativo para proteção cambial.

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Liberação de recursos da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debentures
Em 26 de outubro de 2026, ocorreu a liberação de recursos da 11ª Emissão de debêntures, série única, no montante total de R$ 650.000, com prazo de 6 anos, amortização anual a partir do 4ª ano e juros semestrais. Os recursos da emissão serão destinados ao pré-pagamento da 5ª e 6ª emissão.

Resgate Antecipado da 1ª Série da 5ª Emissão de Debêntures da CEA
Em 30 de Outubro de 2026, ocorreu o resgate antecipado do saldo da 1ª Série da 5ª Emissão de Debêntures da CEA no montante de R$ 290.155.

Resgate Antecipado da 1ª Série da 6ª Emissão de Debêntures da CEA
Em 30 de Outubro de 2026, ocorreu o resgate antecipado do saldo da 1ª Série da 6ª Emissão de Debêntures da CEA no montante de R$ 282.155.

Gerais Saneamento S.A

Amortização Extraordinária da 1ª Nota Comercial da Gerais Saneamento
Em 8 de Outubro de 2026, ocorreu a amortização extraordinária na 1ª Nota Comercial da Gerais Saneamento no montante de R$ 382.067.

Conselho de Administração

Eduardo Parente Menezes
(Presidente)

Guilherme Mexias Aché
(Vice-Presidente)

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Tania Sztamfater Chocolat

Tiago de Almeida Noel

Tinn Freire Amado

Dennis Herszkowicz

Conselho Fiscal

Titulares

Saulo de Tarso Alves de Lara

Maria Salete Garcia Pinheiro

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Dorgival Soares da Silva

Adilson Celestino de Lima

Marizio Martins da Costa

Comitê de Auditoria Estatutário

Tinn Freire Amado
(Coordenador)

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Diretor-Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor de Relações com Investidores

Humberto Luís Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Silva Sobral Neto
(Diretor)

Michele Teixeira da Silva
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Marcos Antônio Souza de Almeida
(Diretor)

José Ailton Rodrigues
(Diretor)

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária,
Normas e Relatórios Contábeis
Contador CRC-PE012996-O-3-S-MA